

O debate sobre a regionalização e a duplicidade política

O povo português tem o direito de conhecer o calendário e as posições do PS, depois de ter cedido à direita, feito tábua rasa dos seus compromissos anteriores e se ter empenhado em negociações de bastidores na revisão constitucional.



■ Luís Sá Pág. 18

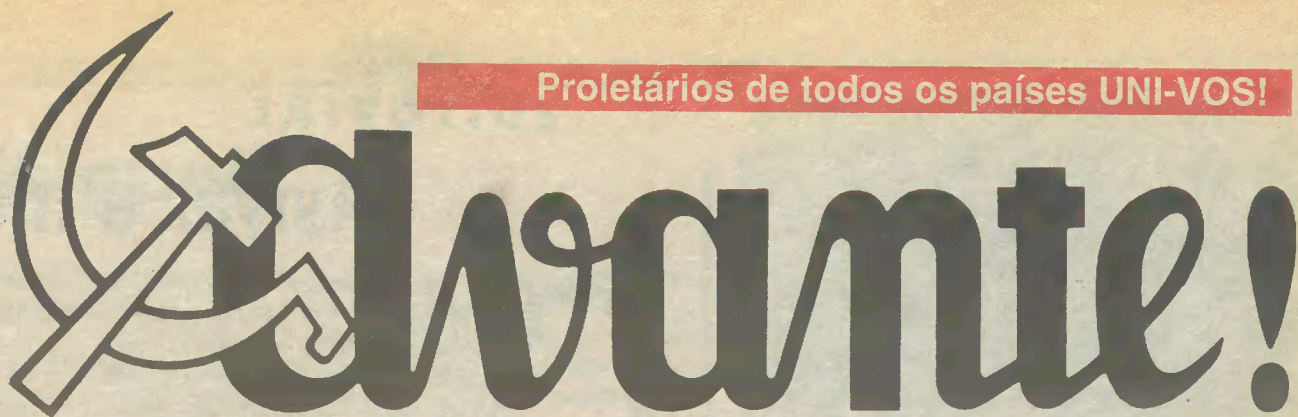
Mais Euro menos emprego

A questão da moeda única e da política económica e financeira para a ela aceder vai ser a questão nodal da vida política nacional no ano de 97.

■ João Amaral Pág. 19

OSCE Segurança e Cooperação ou caixa de ressonância da NATO?

Pág. 23



Proletários de todos os países UNI-VOS!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 16 de Janeiro de 1997 • Preço: 150\$00 (IVA incluído) • N.º 1207 • Director: Carlos Brito

Consequência de uma política que continua a penalizar o aparelho produtivo

DESEMPREGO AUMENTOU



«A Comissão Política do Comité Central do PCP considera profunda demagogia e falta de escrúpulos do Governo PS a divulgação da ideia, que não assenta em nenhuma análise séria dos valores tornados públicos, de que o desemprego diminuiu ou se encontra estabilizado» – declarou, anteontem, Agostinho Lopes, dando conta das conclusões da reunião da Comissão Política.

Págs. 5 e 6

Sábado em S. Bento pela redução dos horários

Têxteis e Calçado batem à porta de Guterres

Pág. 22

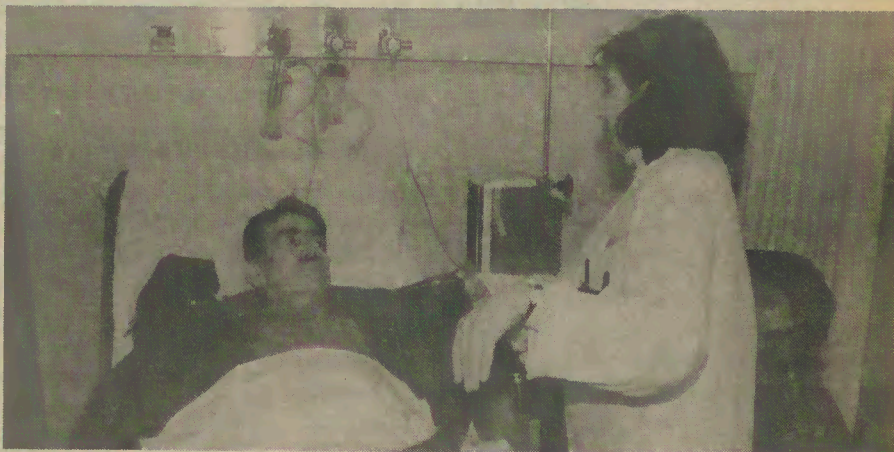


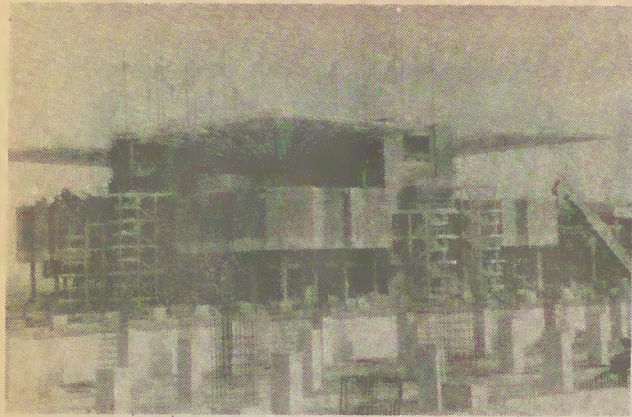
Nem só as vacas estão loucas

Págs. 20 e 21

Hospital Amadora-Sintra A lógica do lucro

Centrais





As contas da Expo'98 foram assunto esta semana

RESUMO

8
Quarta-feira

Manuel Maria Carrilho substituiu o perdão das dívidas do cinema por uma renegociação destas, após um prazo de cinco anos ■ Pacheco Pereira demite-se de vice-presidente do PSD ■ Uma casa de Fojolobal, em Ponte de Lima, que estava a ser equacionada para alojar a família de ciganos de Oleiros, é incendiada por desconhecidos ■ Um tenente-coronel do exército espanhol é assassinado a tiro pela ETA, no centro de Madrid, pouco antes da explosão de uma bomba que fere duas pessoas ■ A Turquia ameaça atacar o Chipre, depois do governo cipriota-grego comprar mísseis terra-ar à Rússia ■ A Rússia pede uma limitação prévia das capacidades de armamento dos novos membros da NATO, como condição ao alargamento da organização.

9
Quinta-feira

Na AR, é aprovado com os votos favoráveis do PCP, PEV e PS um requerimento que constitui o primeiro passo para a reforma da PSP ■ Num acampamento cigano de Matosinhos, oito pessoas são presas e 1200 doses de estupefacientes são apreendidas ■ Depois da Federação de Sindicatos Coreanos convocar os trabalhadores para mais uma paralisação a realizar-se na terça e quarta-feira, a polícia faz uma rusga à sede da Confederação de Sindicatos ■ Pelo menos 13 pessoas ficam feridas, em consequência de um atentado cometido em Telavive, Israel ■ Apesar dos problemas com que o Zaire se debate, o presidente do país, Mobutu Sesse Seko regressa à sua residência particular, no sul de França ■ Boris Ieltsin é internado com uma pneumonia.

10
Sexta-feira

O Sindicato dos Professores do Norte acusa Marçal Grilo de arrastar as escolas «para o fosso da degradação» ■ Treze militares da GNR são constituídos como arguidos por alegada prática de peculato e outras irregularidades cometidas durante investigações de tráfico de estupefacientes ■ O presidente indonésio agradece ao primeiro-ministro japonês por este se ter recusado a receber Ramos-Horta, em Tóquio ■ Na Bulgária, os manifestantes invadem e incendiam o parlamento, impedindo a saída dos deputados socialistas.

11
Sábado

O governo canadiano quer repatriar para Portugal um emigrante português, portador do vírus da sida, que mal sabe falar português e não tem familiares no nosso país ■ Em Seul, cerca de 20 mil trabalhadores sul-coreanos enfrentam a polícia de choque em mais um dia

de manifestações contra a alteração da lei eleitoral ■ Na Bulgária, os deputados socialistas conseguem sair do Parlamento, vendo-se quase envolvidos nos confrontos entre a polícia e os manifestantes que reivindicam a realização de eleições antecipadas ■ O Governo jugoslavo ordena a revisão dos resultados eleitorais contestados pela oposição ■ O Governo peruano dispõe-se a dialogar com os revolucionários do movimento Tupac Amaru.

12
Domingo

Os responsáveis municipais de Vila Franca de Xira insurgem-se contra o aumento das portagens no troço concelhio da A1 ■ Três mil trabalhadores e estudantes sul-coreanos voltam a envolver-se em confrontos com as autoridades, em Seul ■ Os socialistas búlgaros, no poder, aceitam discutir a realização de eleições antecipadas, desde que possam continuar a governar durante mais um ano ■ As autoridades peruanas libertam o jornalista japonês que entrou na embaixada do Japão em Lima para entrevistar o comando rebelde ■ Um comboio de alta velocidade da linha Milão-Roma descarrila, provocando oito mortos e 25 feridos.

13
Segunda-feira

O comissário da Expo'98, Cardoso e Cunha, reúne-se com os ministros António Vitorino, Sousa Franco e João Cravinho para discutir o plano financeiro da exposição ■ O ministro dos Negócios Estrangeiros holandês desloca-se a Lisboa para debater o programa da presidência da UE com Jaime Gama ■ Os sindicatos sul-coreanos ameaçam endurecer as formas de luta, se o Governo não abolir a reforma da lei laboral nas próximas 24 horas ■ Na Bulgária, o Partido Socialista aceita antecipar as eleições ■ As negociações sobre Hebrón prosseguem entre representantes palestinos e israelitas.

14
Terça-feira

Com a garantia de serem recebidos no dia seguinte pelo secretário de Estado dos Transportes, termina, ao fim do dia, a manifestação de protesto que mais de uma centena de camionistas mantinha desde madrugada pela satisfação das suas reivindicações ■ Elisa Damião, do PS, confirma candidatura à presidência da Câmara de Oeiras ■ Devido à peste suína, o Governo proíbe a importação de carne de porco e seus derivados, provenientes da Andaluzia ■ O Presidente sérvio, Milosevic, reconhece vitória da oposição nas eleições municipais em Belgrado ■ O democrata-cristão Gil-Robles sucede ao alemão socialista Klaus Hansch na presidência do Parlamento Europeu.

EDITORIAL

Avivar a memória

Com a concentração marcada para o próximo sábado junto da residência do primeiro-ministro, em Lisboa, concretizando a deliberação de um plenário de sindicatos efectuado no Porto, os trabalhadores dos têxteis, vestuário e calçado imprimem um novo e importante desenvolvimento à luta pela semana das 40 horas e o fim do trabalho aos sábados.

Se o Governo, o grande patronato e a UGT julgavam que fariam passar, sem grande dificuldade, a burla das 40 horas com base na escandalosa interpretação que cozinham no Conselho Económico e Social, a luta firme que os trabalhadores desenvolvem em todo o país para que se cumpra efectivamente a redução do período semanal de trabalho estabelecido na lei aí está a provar que não é e nem vai ser assim.

A luta envolvendo, entre outros, os trabalhadores da têxtil, do vestuário, do calçado, do material eléctrico, da indústria alimentar e metalúrgicos prolonga-se desde há quase dois meses revestindo as mais diversas formas de resistência e de protesto, como grandes manifestações, em especial, as de Lisboa e do Porto, e greves largamente participadas, como as dos têxteis, das maiores alguma vez realizadas no sector.

A justa posição dos trabalhadores, apresentada na interpretação defendida pela CGTP, foi reconhecida por todos os grupos parlamentares e pelo Provedor de Justiça. Esta interpretação já triunfou em algumas empresas que estão a cumprir a lei. Mas o Governo continua a tergiversar sem obrigar as empresas relapsas.

É importante dizer que a entrada em vigor, em 1 de Dezembro, da lei da flexibilidade e da polivalência, que apesar de injusta, como temos sublinhado, determina uma redução de duas horas no período semanal de trabalho desde que superior a 40 horas, veio demonstrar duas coisas especialmente graves:

- a primeira, que o grande patronato não quer aceitar qualquer redução real na jornada de trabalho, mesmo com as chamadas compensações que o Governo lhe concedeu naquela lei, inventando o período efectivo de trabalho para manter tudo na mesma ou até aumentar o período de permanência do trabalhador nas empresas;

- a segunda, que o Governo não contente com ter brindado já o patronato com a flexibilidade e a polivalência ainda se dispôs apadrinhar uma interpretação que deu cobertura à pretensão patronal de eliminar as pausas (e até o tempo de refeição, no caso dos turnos) do período normal de trabalho e que abriu caminho a todas as arbitrariedades.

O Governo já recuou, mas só parcialmente e em palavras, perante o crescendo da luta e a tomada de posições contrárias à interpretação que apadrinhou. Mas continua a dar cobertura à ilegalidade.

É bem preciso, pois, avivar a memória do primeiro-ministro em relação à promessa das 40 horas por si feita na campanha eleitoral e para a sucessão de golpes e manobras com que tem sido defraudada, incluindo com a interpretação-burla sobre as pausas, passado mais de um ano da sua chegada ao poder.

Não deixa de ser revelador de alguma má consciência por parte do primeiro-ministro o facto de ter mantido um completo silêncio, mesmo nas suas intervenções mais longas e exaustivas feitas nestes últimos dois meses, sobre esta matéria que afecta centenas de milhar de trabalhadores, que a elegem entre as suas mais profundas aspirações e em face dos escandalosos golpes em que o governo tem incorrido para a ludibriar.

Atenta a esta questão maior da vida social do nosso país,

É bem preciso, pois, avivar a memória do primeiro-ministro em relação à promessa das 40 horas por si feita na campanha eleitoral e para a sucessão de golpes e manobras com que tem sido defraudada, incluindo com a interpretação-burla sobre as pausas, passado mais de um ano da sua chegada ao poder.

a Comissão Política do PCP voltou a afirmar, por intermédio de Agostinho Lopes, na conferência de imprensa da passada terça-feira, que «o PCP considera fundamental que se mantenha em cada empresa, em cada local de trabalho, o esclarecimento, o envolvimento e a mobilização dos trabalhadores como factores determinantes que podem impedir a gravosa, injusta e arbitraria aplicação da lei do Governo PS e impedir a subversão e a destruição do conceito de horário de trabalho».

A Comissão Política do PCP alerta também o país, no texto que reproduzimos na íntegra na presente edição, para outros aspectos que marcam gravemente a situação social: o flagelo do desemprego e os gravosos aumento de preços.

Em relação ao desemprego, o PCP refuta e desmascara, com fundamento nas próprias estatísticas oficiais, a propaganda demagógica do Governo de que «o desemprego diminuiu ou se encontra estabilizado».

Esta demagogia que constitui, como fica demonstrado, uma rematada mentira com que se pretende enganar a opinião pública, também conduz, objectivamente, a desarmar a luta contra este tremendo mal social que vários indicadores fazem rezear que se agrave ainda mais, se não houver mudança na política governativa.

Em relação ao aumento de preços, o PCP volta também desmistificar a forma hipócrita como têm sido apresentados, especialmente os que são da responsabilidade do próprio Governo. A habilidade de anunciar a taxa «média» dos aumentos, escondendo que os mais pesados são os que impedem sobre as famílias, longe de atenuar está a acirrar a indignação das populações quando se confrontam com a realidade dos novos preços, entre outros, dos medicamentos, das garrafas de gás, das chamadas telefónicas locais ou das portagens.

É esta indignação que tem que ser canalizada para o terreno da luta contra os aumentos de preços e por aumentos de salários e pensões que permitam fazer-lhes face.

A Comissão Política do PCP também aviva a memória do Governo em relação à ameaça de um corte de 10 milhões de contos de subsídios comunitários à produção cerealífera.

O Governo tem-se esforçado por fazer sair esta questão da actualidade mediática e lançá-la no esquecimento para furtar às responsabilidades a política de integração europeia que tem sido seguido pelos anteriores governos e que ele próprio continua.

Os comunistas responsabilizam essa política de integração, culpam a reforma da PAC e reclamam do Governo «uma urgente iniciativa junto da Comunidade Europeia para a revisão e revogação deste e de outros absurdos que, no contexto da PAC reformada, penalizam fortemente a agricultura portuguesa».

O que é especialmente chocante é ver como a mesma demagógica leviandade com que foi defendida e propagandeada pelo PS e o PSD a reforma da PAC de que agora se evidenciam as mais gravosas consequências para o nosso país, está de novo a ser desenvolvida, por exemplo, na campanha do PS a favor da corrida para a moeda única. Os milhões folhetos que estão a ser distribuídos até proclamam, com a maior irresponsabilidade, que essa será uma forma de combater o desemprego, quando todos os especialistas prevêm exactamente o contrário.

É esta política de mentira que o país está a pagar tão cara, especialmente no quadro da integração europeia.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Socorro Pereira Gomes
— 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Socorro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,
7ª-A, 1100 Lisboa.
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 47058.
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:
DISTRIBUIÇÃO ADE'S
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7ª-A,
— 1100 Lisboa
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira.
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL

DELTA PRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Capa Rota — Linho — 2710 Sintra
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Lt. 227 — 4470 Maia
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7ª-A 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90, 7ª-A 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e Impressão
Heska Portuguesa, SA
R. Elias Garcia, 27
Venda Nova — 2700 Amadora
Depósito legal n.º 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)	EUROPA 50 números: 6 750\$00 25 números: 3 487\$50
ESPAÑA 50 números: 13 300\$00	EXTRA-EUROPA 50 números: 39 950\$00
GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE E MACAU	— 50 números: 26 650\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____

Morada _____ Telef. _____

Código Postal _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

Palhaço, Miguel?

Condenou-nos, então, Miguel Sousa Tavares (Miguel) a pena maior, medidas de segurança e perda de todos os direitos. Implacável, este Miguel. Impiedosa sentença, esta. Condenados por este Caldeira no Plenário do Poder Comunicacional, aqui estamos nós, mortos ou em vias disso. É Miguel que o diz e Miguel diz o que sabe. Como reza um provérbio que se diz ter sido feito à medida exacta de Miguel, «o sábio sabe o que diz, o tolo diz o que sabe». Com a lucidez, a inteligência, o saber e a madeixa que o caracterizam, Miguel sentenciou desta guisa: o PCP está «no caminho da morte lenta»; «deixou de pensar há muito»; só sabe fazer queixinhas contra pretensas marginalizações da comunicação social. Miguel dispara condenações e fundamenta-as à sua maneira: com a sua inteligência, com a sua cultura. Assim: o PCP está morto ou vai morrer um dia destes porque a sua existência incomoda Miguel; o PCP «deixou de pensar» porque não pensa como Miguel quer; o PCP queixa-se infundadamente de marginalização na comunicação social mas é fundamentalmente marginalizado... ou seja, e segundo Miguel: é falso que o PCP seja marginalizado mas é justo que seja marginalizado como é, porque o seu discurso não

tem nada de inovador (Miguel, menino, vá lá, tenha tento na inteligência).

Moribundos, vazios de pensamento, longos debates modernos, queixinhas... eis-nos: pobres de nós por decisão e mando de Miguel. Face a isto, que fazer? Valha-me «o primo Lénine»... já que Eça se encarregou de construir primos miguéis para todos os gostos, desde o Primo Basílio, lido a voo de pássaro por Miguel, até ao Palma Cavalão, seu primo direito, passando pelo velhaco Raposo, ao qual, apesar de tudo, «faltou esse descarado heroísmo de afirmar» que em Miguel abunda e sobeja. Miguel, coitado, é o jornalista-tipo da nova ordem comunicacional, espécie que prolifera à escala planetária com a tarefa de impor o pensamento único nas suas múltiplas tonalidades, travestido de pluralismo ornado de espampanantes lantejoulas. Por isso Miguel não é jornalista: é «jornalista». Miguel não escreve: como milhares de outros miguéis, subscreeve. Não produz: reproduz. Não reflecte: repete.

Miguel não leu muito, tem uma cultura de outiva, é duro de ouvido e tem memória fraca. Quando, num texto em que estriba parte da sua

argumentação na atribuição de um dado romance a um dado autor, qual Cavaco, erra no romance e engana-se no autor... foi a memória que falhou, não a cultura. E quando, luminar e didáctico, nos revela que os planetas têm luz própria... é novamente a sua memória perdida nas trevas, sem estrela que lhe valha. Miguel sabe tudo de nada e sabe nada de tudo mas - e isso é que conta - sabe nadar: daí as suas performances no mar sem vergonha da nova ordem comunicacional. Miguel é juiz nesse 4º Poder - Poder *sui generis*: manda que se farta sem ter sido eleito por ninguém.

Por tudo isto, Miguel não é para ler: é para rir. E é às gargalhadas que aceitamos a doce condenação de o ouvir dizer que estamos mortos - gargalhadas que não-de ser repetidas por futuras gerações de comunistas. Enquanto viver, Miguel há-de decretar que o PCP está morto: é este o castigo que lhe dou. Miguel, ai dele, confessa: «Nunca me levei muito a sério. Tenho uma imensa capacidade de asneira e de humor. A minha mulher e os filhos até acham que tenho coisas de palhaço.» Palhaço, Miguel? Bem, você lá sabe...

■ José Casanova

Com toda a franqueza

Em mais uma prova provada de como é fácil enganar os que querem e gostam de ser enganados, não faltaram apreciações elogiosas ou benévolas ao facto de, em entrevista ao «Independente», o Primeiro-Ministro se ter mostrado arrependido da iniciativa do «totonegocio».

Bem vistas as coisas, a declaração efectivamente feita por António Guterres nem justificava tanto embebecimento. Na verdade, o Primeiro-Ministro não disse nada sobre o fundo da questão - a escandalosa injustiça da iniciativa -, disse apenas que «para falar com toda a franqueza hoje não tomaria essa iniciativa», por reconhecer hoje que «não existem condições para a resolução do problema naqueles termos» e por entender que «a nossa sociedade não estava preparada para uma solução desse tipo». Ou seja, segundo Guterres, fossem outras as «condições» e outra a «preparação da sociedade» e tudo estaria impecável.

Além de que, como alguém já escreveu certamente, a verdadeira pergunta que este «arrependimento» suscita é se ele teria sido declarado por Guterres caso o «totonegocio», em vez de ter sido chumbado, tivesse passado no Parlamento, como o Primeiro-Ministro, o Governo e o PS queriam.

Em qualquer caso, há que reconhecer que o método ou o truque do arrependimento tem vastas potencialidades.

De facto, quem sabe se, lá para Outubro ou Novembro, à beira das eleições autárquicas, não vamos ver o Primeiro-Ministro a declarar numa entrevista que «para falar com toda a franqueza, hoje não teria alinhado naquela manipulação de, misturando alhos (a quebra do preço das

chamadas internacionais com bogalhos (o aumento das assinaturas e chamadas locais), inventar uma diminuição média nas telecomunicações de 0,3%; hoje não teria feito aquela excessiva valorização da baixa de uma décima no desemprego (de 7,2 para 7,1%); hoje teria até sido mais moderado na satisfação das exigências patronais em matéria de lei da flexibilidade e da polivalência - e tudo isto, e até mais, porque a sociedade portuguesa não está preparada para aceitar certas coisas».

Vendo mais longe, quem sabe mesmo se, lá para meados de 1999, à beira de eleições legislativas, não vamos ver o Primeiro-Ministro a declarar numa entrevista que «para falar com toda a franqueza, hoje não teria sido tão obcecado e intransigente com a marcha para a moeda única e teria medido melhor as suas repercussões sobre o emprego, o aparelho produtivo, as condições de vida, os salários e os direitos dos trabalhadores, e por isso, como humildemente aprendemos com os erros, o que podemos dizer aos portugueses é que, se nos derem de novo a sua confiança, não deixaremos de proceder à rectificação de política que a experiência manifestamente aconselha».

E assim, com esta sábia gestão de «arrepimentos» fiáveis, se desenvolveria a tentativa do Eng. António Guterres de evitar o único arrependimento real que, para falar com toda a franqueza, verdadeiramente o preocupa: o arrependimento de boa parte dos eleitores por terem votado no PS em Outubro de 1995.

■ Vitor Dias

A «classe média» para o PS

Notícia de que o Governo projecta melhorar significativamente o «abono de família» através da criação, a partir do segundo semestre, de uma nova prestação social - o Subsídio Social de Família - é daquelas que à medida que vão sendo conhecidos os seus contornos concretos mais enraíza a convicção do profundo logro que representam as expectativas que têm vindo a ser criadas.

Primeiro. Porque a nova prestação resulta tão só da fusão e praticamente da soma aritmética das dotações actualmente atribuídas às prestações do abono de família, casamento e maternidade. Não apresenta qualquer crescimento significativo em valor global, apesar de ser extremamente baixo o nível das prestações familiares, em comparação com o que se passa na generalidade dos países da União Europeia, e da imperativa necessidade da sua elevação.

Segundo. O Governo tenta «encher o olho» com a afirmação de que as famílias mais pobres vão passar a receber um abono de 12 contos, quando na realidade esse valor está apenas previsto para os filhos até 1 ano das famílias cujo rendimento seja inferior a 85 contos por mês. E que mesmo essas famílias de um chamado 1º escalão de rendimentos - indiscutivelmente muito pobres - a partir de um ano não receberão por filho mais do que a miserável prestação de 3.150\$00.

Esclareça-se que o PCP, desde que respeitado o princípio constitucional da universalidade, não é contrário à ideia de diferenciação dos valores do abono de família de acordo com os rendimentos familiares. E que no programa eleitoral que apresentou nas últimas legislativas propôs a elevação do abono de família de acordo com os seguintes

orientações: com carácter universal e com um montante base correspondente a 10% do salário mínimo nacional (o que significaria nas presentes circunstâncias a sua elevação no mínimo para 5670\$00); e em relação às famílias de menores rendimentos e aos desempregados, seria ainda adicionado ao montante base um valor complementar.

Ora a maneira como o Governo pretende aplicar a ideia de diferenciação é geradora da maior perplexidade e suscita a mais viva crítica.

Repare-se que o 2º escalão de rendimentos, abrangente daquilo que para o Ministério da Solidariedade constitui a chamada «classe média» portuguesa (*Diário Económico* de 19/12/96), envolve as famílias cujos rendimentos mensais se situam entre os 85.050 escudos e os 453.600 escudos.

Para esta «classe média» em que uma família pode não auferir mais de 85 contos por mês, o novo Subsídio Social de Família, nos planos do Governo, não ultrapassa os 2.800 escudos por filho com mais de um ano e por mês - exactamente o valor do actual abono de família.

Esta esperteza conceptual de meter na classe média as famílias com rendimentos de 85 contos por mês, bem como outras *habilidades* que o Ministério da Segurança Social tem vindo a preparar, não explicam os elogios que o *Expresso* recentemente decidiu prodigalizar ao Ministro Ferro Rodrigues, considerando-o «de longe a surpresa mais agradável deste Governo» e atribuindo-lhe o «estatuto de grande político»?

■ Edgar Correia

BALCÃS

O relançar da ofensiva

Os recentes desenvolvimentos da situação na Sérvia (e em geral na nova Jugoslávia) e mais recentemente na Bulgária revestem-se de uma grande importância, não apenas no quadro da problemática balcânica, mas no plano europeu e mesmo mundial. Sem dúvida que a crise política nestes países tem raízes profundas no plano interno, na deterioração da situação económica e social, em vacilações e erros da política do poder. É porém impossível não reconhecer que as pressões e ingerências externas, do mais variado tipo, estão a desempenhar um papel central na evolução dos acontecimentos.

Isso é particularmente evidente no caso da Sérvia, com a insolente e provocatória participação de congressistas norte-americanos nas manifestações de Belgrado ou o insólito convite aos partidos da oposição e ao "líder da contestação estudantil" para participarem na tomada de posse de Clinton. Mas não só. O encorajamento público à oposição é acompanhado das mais diversas pressões e ameaças, visando paralisar a acção do poder legítimo, alargar o campo de manobra das forças da direita e abrir uma crise que conduza, de um ou outro modo, ao derrube do governo liderado pelo Partido Socialista Sérvio. Neste aspecto, revestem-se de particular gravidade as ameaças de desestabilização da situação no Kosovo.

É uma evidência que o que determina a posição dos EUA e do imperialismo em geral em relação aos problemas internos da Sérvia nada tem que ver com os valores da democracia ou com as eleições municipais cujos resultados são contestados em alguns círculos. O que está em causa é o domínio imperialista dos Balcãs. É abater um governo e um regime que, forçado embora à paz de Dayton, representa um factor de resistência aos propósitos hegemónicos do imperialismo. É afastar do poder forças políticas que, apesar das transformações operadas, não romperam com valores e ideais do socialismo, procuram preservar importantes conquistas sociais, recusam enveredar pela orgia privatizadora e transformar os seus países em coutadas do grande capital transnacional. Na cavalgada para Leste do sistema de exploração capitalista, e em particular a expansão da NATO até às fronteiras da Rússia, a Sérvia, como a Bulgária, têm representado um obstáculo e um "mau exemplo" - pois se até não querem entrar para a NATO! - que é necessário eliminar a todo o custo.

A reacção e o imperialismo obtiveram grandes vitórias na estratégica região dos Balcãs. A antiga Jugoslávia foi desmembrada e repartida por esferas de influência. A Croácia está sujeita à ditadura fascizante de Tujman e à tutela alemã que se estende também à Eslovénia. A Albânia, onde as últimas eleições-burla que deram a "vitória" à direita constituíram um escândalo internacional, está transformada numa posição avançada dos EUA na região, cuja influência se estende também à Macedónia. A direita pura e dura ganhou finalmente as eleições na Roménia. Na Bósnia a NATO instalou-se com armas e bagagens para impor a solução mais conveniente para as grandes potências. Há que levar este processo até às suas últimas consequências.

O desenvolvimento da situação na Sérvia e, mais recentemente, os acontecimentos em torno da crise governamental na Bulgária (nomeadamente com o assalto e incêndio do Parlamento búlgaro) mostram que a reacção e o imperialismo parecem considerar ter finalmente chegado o seu momento. Desmascarar a duplicidade e a hipocrisia dos argumentos com que a reacção internacional procura justificar a sua brutal ingerência nos assuntos internos de estados soberanos para os submeter à sua vontade é, no actual momento, uma importante tarefa. Seja na Rússia ou no Zaire para sustentar ditadores moribundos, seja na Sérvia ou na Bulgária para derrubar as forças que ainda lhes resistem. É do interesse das forças do progresso social e da paz que os seus intentos fracassem.

■ Albano Nunes

SEMANA

Crise nos hotéis do Algarve

A Associação dos Hotéis e Empreendimentos Turísticos do Algarve (AHETA) calcula que estão paralisadas cerca de 40% das unidades da região, tendo os hoteleiros apresentado ao Governo uma proposta de redução de preços que prevê, no alojamento desta época «e só para portugueses», reduções que podem chegar aos 75%. A AHETA apresentou ao ICEP (Investimentos, Comércio e Turismo de Portugal) uma proposta para a promoção do turismo interno e externo, pedindo 200 mil contos para reactivar a campanha institucional «Vá para fora cá dentro» e um reforço de 1,2 milhões

de contos para as campanhas internacionais de promoção do nosso turismo. Entretanto, o representante do sindicato da hotelaria e turismo, João Abreu, afirmou que os números oficiais de desemprego no sector «não reflectem a realidade social», explicando que «os trabalhadores não se inscrevem no desemprego porque uma grande maioria não chega a ter contratos de seis meses que lhe garantam o direito ao subsídio», não apresentando queixa a nível sindical porque ficam «na esperança de que, na próxima época, venham a ser chamados, por isso sofrem e calam-se».



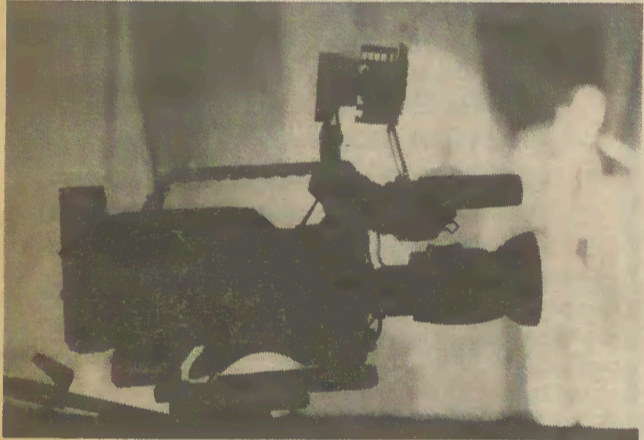
Despedimentos na TVi

Carlos Monjardino e Luís Moreno, da direcção da TVi, confirmam, numa reunião com o Sindicato dos Jornalistas (SJ), que há uma

«necessidade imperativa de redução de efectivos na empresa», embora não adiantassem números sobre os despedimentos que preten-

dem fazer. Diana Andringa, presidente do SJ, informou que a direcção da TVi quer ter esta situação resolvida antes do final de

Fevereiro, ou seja, antes da próxima assembleia geral de accionistas. De concreto, a direcção deste operador televisivo apenas assegurou aos representantes sindicais dos jornalistas que «cada caso será examinado separadamente, tendo em conta o interesse da empresa mas também de cada trabalhador». Trabalham actualmente 147 pessoas na área da informação da TVi, muitas a recibo verde.



«Ondas» na publicidade da TV

Em conferência de Imprensa, a direcção da Associação Portuguesa de Anunciantes (APAN) criticou acerbamente a decisão governamental de restringir a publicidade nos dois canais públicos de televisão, RTP-1 e RTP-2, considerando que tal restrição irá subverter «as regras da livre concorrência», provocando o encarecimento do espaço publicitário, o eventual aparecimento de situações monopolistas e um corte grave nas regras da livre concorrência, pelo que espera a anulação desta medida por parte do

Governo. O Secretário de Estado da Comunicação Social, Arons de Carvalho, já respondeu a estes protestos da APAN, considerando que «são a reacção natural de quem perde aquilo que era quase um negócio da China: a publicidade na televisão a preços muito mais baixos do que nos outros países europeus», assegurando, por outro lado, que o Governo não pretende alterar o que foi decidido nesta matéria, considerando que a questão, agora, deve ser resolvida entre os anunciantes e as televisões.

Ao contrário do prometido, restaurantes aumentaram

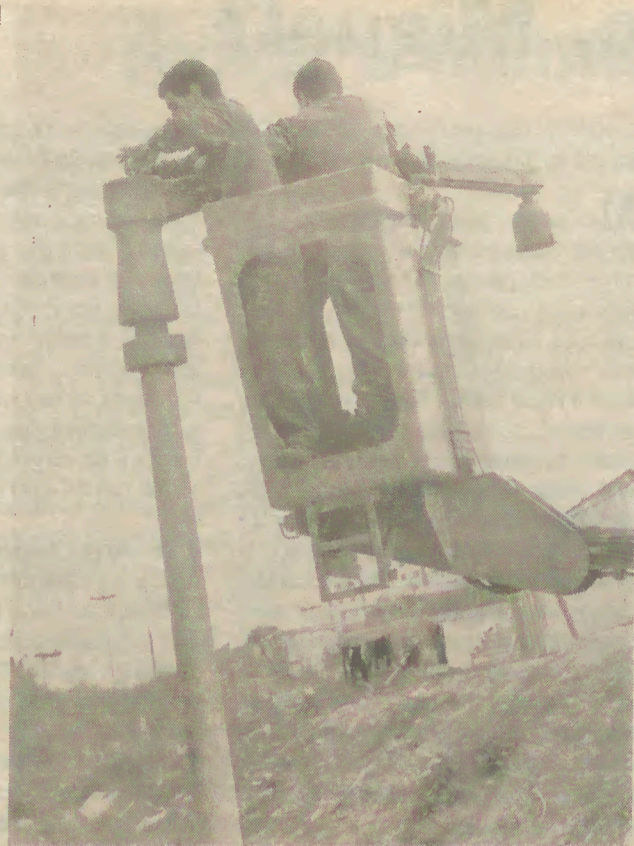


Soube-se esta semana que os preços dos bens alimentares não transaccionáveis (restauração, em geral) aumentaram significativamente entre Outubro e Novembro do ano passado, tendo a sua variação homóloga subido de 2,7% para 4,1%. Isto apesar da pro-

messa dos representantes dos empresários do sector da restauração que, em Julho passado, altura em que obtiveram do Governo a descida do IVA aplicado ao sector de 17% para 12%, terem garantido que os preços não iriam «descer nem subir». Os números aí estão

a mostrar os factos: a redução em 5% do imposto aplicado aos empresários dos restaurantes teve como consequência visível o aumento dos preços ao consumidor. Na sequência deste resultado, o Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, António Carlos dos

Santos, afirmou na Assembleia da República que as reivindicações dos empresários de restauração para uma nova descida da taxa do IVA não deverão ser atendidas, dado que a anterior redução não se reflectiu junto do consumidor.



Mudanças na EDP por causa da privatização

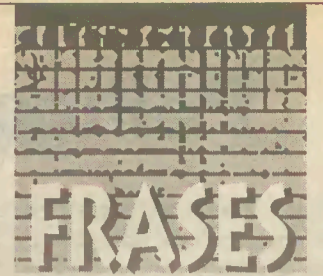
Os órgãos de administração das 21 empresas do Grupo EDP deverão ser substituídos na próxima assembleia geral, na sequência das mudanças já realizadas a semana passada na administração desta holding quando, em assembleia extraordinária, se procedeu a uma primeira remodela-

ção dos órgãos dirigentes. Estão em causa cerca de 40 gestores, colocados durante a legislatura anterior após o desmantelamento da EDP em várias empresas. Segundo o Público, «as orientações da tutela (ou seja, do Governo) são para que as mudanças estejam concluídas a tempo

de serem aprovadas na próxima assembleia geral, de forma a que a privatização da EDP decorra sem percalços e sem efeitos no mercado», acrescentando que «a celeridade do processo é determinada pela data para a qual se admite a realização da primeira fase de privatização da EDP, ou seja, Abril».

Saramago Street

Stephen Baille, vereador da cidade escocesa de Dunbartonshire, escreveu à editora londrina Harvill Press - que edita em Inglaterra os livros de José Saramago - informando que propôs o nome do escritor português para uma rua da sua cidade. «Como vereador local», explica Stephen Baille, «tenho pequenos poderes, mas um deles é na área da toponímia, pelo que sugeri que uma rua de South Kirkintilloch fosse chamada Saramago Street em honra de José». Afirmando-se «como alguém que se interessa pela literatura portuguesa contemporânea desde há algum tempo», o autarca escocês esclarece que «tenho apreciado a obra deste autor» e «agradou-me extremamente quando o José ganhou o Prémio da Literatura Estrangeira pelo Ano da Morte de Ricardo Reis», sublinhando que gostaria que «o José ficasse a saber que alguém na Escócia admira profundamente a sua obra».



«Congresso PSD/Açores / Lalanda cai com mau discurso»

(Título do Diário de Notícias, 12.1.97)

«Um homem não é um discurso»

(Lalanda Gonçalves, *idem*)

«Candidato apesar de atrasado / O mau tempo nos Açores quase impediu Costa Neves de entrar na corrida à liderança. Acabou por ser apoiado por todas as comissões de ilha»

(Título e head line do Diário de Notícias, *idem*)

«Não há razões para pessimismos, não há razões para dramatismos»

(Mota Amaral no Congresso do PSD/Açores, *idem*)

«Vale a pena pregar no deserto»

(Marcelo Rebelo de Sousa no Congresso do PSD/Açores, A Capital, 13.1.97)

«Império da IURD em queda»

(Título de A Capital, *idem*)

«Queremos saber de uma vez por todas se o PP é ou não muleta do PS. Não será por causa do PSD/Porto que esses acordos (autárquicos entre o PSD e o PP) não serão realizáveis»

(Luís Filipe Menezes, dirigente do PSD/Porto, à saída de um encontro com a congénere do PP, Público, 14.1.97)

«Há outras preocupações que o PP gostaria de ver parilhadas pelo PSD»

(Sílvio Servan, líder do PP/Porto, à saída do mesmo encontro, *idem*)

«Coligações "à la carte"»

Título do Público sobre o encontro das Distritais do PSD e do PP, *idem*)

«Há projectos com contornos indefinidos, em que o conhecimento é escasso»

(Cardoso e Cunha, Comissário da EXPO/98, depois do encontro com o Governo para explicar a «derrapagem» das contas da EXPO, *idem*)

Nota da Comissão Política

PCP desmente Governo

Desemprego continua a aumentar

A este ritmo, Portugal chegará ao ano 2005 com uma das maiores taxas de desemprego da Europa - afirmou Agostinho Lopes, membro da Comissão Política do PCP



A final, em 1996 o desemprego continuou a atingir um número crescente de portugueses - afirmou Agostinho Lopes no decorrer da conferência de imprensa realizada na terça-feira, onde foram divulgadas as principais conclusões da reunião da Comissão Política.

O documento, que publicamos na íntegra, acusa o Governo de tentar enganar o País através de uma campanha propagandística que escamoteia os dados estatísticos oficiais.

1. A Comissão Política do Comité Central do PCP chama a atenção para a continuação em 1996 do agravamento do desemprego, com particular incidência nos jovens e mulheres, e no desemprego de longa duração, e para a significativa precarização do pouco emprego que vai sendo criado. Consequência de uma política que continua a penalizar o aparelho produtivo, a promover a actividade especulativa e a valorizar artificialmente o escudo, sem correspondência com a saúde da economia.

A Comissão Política do Comité Central do PCP considera profunda demagogia e falta de escrúpulos do Governo PS a divulgação da ideia, que não assenta em nenhuma análise séria dos valores tornados públicos, de que o desemprego diminuiu ou se encontra estabilizado.

O que os dados do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) (Novembro e Dezembro) e do Instituto Nacional de Estatística (INE) (4º trimestre de 1996) evidenciam, e que o primeiro-ministro e o Governo iludem, é o facto de o desemprego ter tornado a crescer em 1996 face ao ano de 1995. Segundo critérios do INE a população desempregada era de 325 400 em 1995 e 332 300 em 1996, ou seja, mais 6 900 desempregados. Ou, comparando as médias mensais do IEFP de 1995 e 1996, mais cerca de 33 mil desempregados.

A tendência de descida da taxa de desemprego com que o Governo se enfeita é o resultado de uma reduzida descida do número de desempregados, em simultâneo com um ligeiro aumento da população activa no 4º trimestre de 1996, face aos valores homólogos de 1995.

O que o Governo esconde é que isso se deve ao crescimento de 0,5%, nesse trimestre face ao 4º trimestre de 1995, do número de indivíduos que, segundo os critérios do INE, «com 14 ou mais anos trabalharam pelo menos uma hora durante a semana anterior» ao inquérito. Com uma particularidade, o crescimento da

população empregada concentrou-se na agricultura (subida homóloga de 10,6%) enquanto o emprego diminuiu no sector secundário (principalmente na indústria transformadora) e no terciário, respectivamente, 1,7% e 0,3%!

O que o Governo esconde é que o crescimento se verificou na categoria de trabalhadores por conta própria e sem pessoal ao

serviço, os ditos isolados, enquanto continua a diminuir o número de trabalhadores por conta de outrem. Isto é, o «emprego» de que o Governo PS se gaba é, no fundamental, o biscate que o desempregado vai fazendo ou o seu regresso a uma actividade agrícola na ausência de qualquer outra perspectiva.

O que o Governo esconde ainda, mas os números evidenciam, é que o emprego por conta de outrem com vínculo permanente conheceu uma descida de 2,6%, e que o número de contratos com vínculo não permanente cresceu 17,6% na comparação do 4º trimestre de 1996 face a idêntico período de 1995. Isto é, que continua a progredir o trabalho precário: menos 60 100 contratos permanentes e mais 40 800 contratos precários é o balanço de 1996 face a 1995!

O que o Governo esconde é o crescimento, segundo o IEFP, do número de desempregados com formação escolar média ou superior, que registam elevadas variações em Novembro e Dezembro (mais 15,8% e 12,8%, respectivamente) face aos mesmos meses de 1995. Ou que o desemprego de longa duração se agravou em 2,6 pontos percentuais durante 1996.

O que o Governo esconde é que, segundo os números estatísticos oficiais, mais de 50% dos desempregados portugueses não recebe qualquer subsídio de desemprego, pelo que não será de estranhar o crescimento dos fenómenos de exclusão e pobreza na sociedade portuguesa.

O que não dizem (e, de facto, ocultam) os números divulgados quer pelo INE quer pelo IEFP, é que a dimensão real do desemprego em Portugal é bastante maior. Se tivermos em conta os chamados «inactivos que estão disponíveis para trabalhar», os chamados «desencorajados» e o chamado subemprego visível, a que se poderão acrescentar os muitos milhares de ocupados em programas de formação profissional, os números de desempregados atingirão claramente mais de 500 mil portugueses, o que significa uma taxa

de desemprego no intervalo dos 11% a 14%, bem longe dos estatísticos 7,2% do INE.

Sublinhamos a gravidade do empolamento propagandístico, pelo Governo PS e primeiro-ministro dos valores estatísticos conjunturais do emprego no 4º trimestre de 1996, porque António Guterres e os seus pares não desconhecem que as tendências objectivas da evolução do desemprego, decorrentes das políticas governamentais e comunitárias em curso, é de crescente agravamento. A grande maioria dos analistas, de esquerda ou de direita, coincide nessa análise, avançando diversos cálculos com a perspectiva de chegarmos a 2005 com uma das maiores taxas de desemprego da Europa comunitária. Resultado das opções estratégicas económicas fundamentais do Governo, do cumprimento dos critérios de Maastricht e do objectivo da Moeda Única, com as suas consequências nas restrições orçamentais, contenção salarial e reduzidos aumentos das pensões e reformas, de reestruturação empresarial e privatização (EDP, CTT, PT, CP, LISNAVE, etc.), da maior liberalização do mercado interno decorrente dos acordos bilaterais de comércio da União Europeia e das negociações do GATT/OMC.

O próprio Governo acredita pouco na possibilidade de travar e inverter a tendência objectiva de crescimento do desemprego. Basta atentarmos no limitado e mínimo objectivo previsto no chamado Acordo de Concertação Estratégica de 100 mil postos de trabalho de saldo líquido nos próximos três anos (1997/1998/1999). Isto é, o Governo, aceitando a reiteração das promessas que as confederações patronais já tinham feito a Cavaco Silva, e acreditando que estas vão continuar a assegurar «um crescimento médio real de investimento privado a um ritmo não inferior a 7,5%», propõe-se chegar ao ano 2000, no melhor dos casos, com meio milhão de portugueses desempregados.

2. O PCP manifesta a sua preocupação com os gravosos aumentos de preços recentemente verificados e que se repercutirão negativamente nas condições de vida das populações.

Depois de, ao longo dos últimos doze meses a gasolina ter subido 13%, foram anunciados, desde Dezembro, diversos outros aumentos: a garrafa de gás, 10%; 1/3 dos medicamentos 8%; as portagens 5% a 13%, com a gravidade de aquelas onde é maior o movimento, maior é o aumento; na energia eléctrica mais 1%; telefones, mais 8% nas chamadas locais e assinaturas e 2,9% nas regionais.

De sublinhar a habilidade «propagandística» do anúncio público de alguns destes valores através de média estatística, como aconteceu para os preços da energia eléctrica e dos serviços telefónicos. De sublinhar também que as subidas destes dois bens essenciais são tanto mais escandalosas quando se verifica que são fornecidos por empresas (EDP e TELECOM) que em 1996 tiveram muitos milhões de contos de lucro, o que permite deduzir ser uma política de preços coerentemente articulada com o processo de privatizações: garantir ao grande capital privado, a quem vão ser entregues, receitas garantidas.

Aqueles aumentos, mais os que em breve se seguirão (transportes, gás da cidade, etc.), e muitos outros aumentos de preços que, sendo livres, não são noticiados pela comunicação social, mas os cidadãos bem conhecem no dia a dia, mostram bem que:

- a taxa oficial de inflação não reflecte com verdade o real aumento do custo de vida da maioria dos cidadãos;

- as actualizações de salários e pensões, acompanhando unicamente o valor oficial da taxa de inflação, são absolutamente injustas e insuficientes e são uma forma de degradar o poder de compra dos trabalhadores e dos reformados; porque o rendimento das famílias vai sendo diminuído por aumentos de preços que, estranhamente, não se repercutem na taxa de inflação, por aumentos de encargos com a saúde e a educação, por aumentos de impostos indirectos;

- os aumentos de preços recentemente decretados pelo Governo chegam para «comer» em cada mês as actualizações de salários

Nota da Comissão Política

e pensões na casa dos 3% que o Governo impôs e/ou pretende impor.

Esta política desmente completamente as promessas de uma vida melhor com que o PS ganhou as eleições. E é também a confirmação de que o Governo PS, na continuidade do verificado com os governos de Cavaco Silva, vai prosseguir com o agravamento das desigualdades sociais e na distribuição do rendimento nacional!

É justo e necessário protestar contra os gravosos aumentos de preços e lutar por aumentos de salários e pensões que permitam fazer face ao real aumento do custo de vida, aumentar o poder de compra e o nível de vida da população, o que, além do mais, ajudará a dinamizar a produção e a economia nacionais.

3. A Comissão Política insiste na denúncia do escândalo monstruoso que significará a concretização pela Comunidade Europeia de um corte de 10 milhões de contos dos subsídios devidos à produção cerealífera por a agricultura portuguesa ter aumentado a produtividade para 3,5 toneladas por hectare, e assim, alegadamente ter produzido de mais na campanha de 1995/1996.

As sanções implicam para já cortes nos subsídios de 1996, no trigo e no girassol, na ordem dos 50%, e no milho de regadio de 8%. Estas penalizações prolongar-se-ão em 1997. Tudo num prejuízo total de cerca de 10 milhões de contos.

Esta situação dá razão e traz à ordem do dia, mais uma vez, a posição do PCP, que foi a única voz a denunciar a reforma da PAC, concretizada durante a presidência portuguesa da União Europeia. Dissemos então, e explicitamente, que a reforma da PAC congelava o atraso tecnológico e produtivo da agricultura portuguesa. A prova aí está: **o País está proibido de ultrapassar a produtividade de fixada administrativamente pela PAC de 2,9 toneladas por hectare na produção de cereais. O País e os agricultores portugueses foram proibidos de ter uma agricultura competitiva!**

Quando se sabe que as ajudas em causa representam 60% a 65% da receita total por quilo de cereal, é fácil perceber a gravidade das consequências das penalizações para o rendimento dos agricultores.

E quando se sabe que Portugal só produz, em média, cerca de 35% das suas necessidades em cereais e que a produtividade média do trigo, por exemplo, é da ordem das 2 toneladas por hectare, contra uma produtividade média na União Europeia de 6 toneladas por hectare, também é fácil perceber a irracionalidade de uma política agrícola, a PAC, que penaliza os agricultores portugueses que fazem um esforço para aumentar as produtividades médias da produção cerealífera em Portugal.

O PCP reclama do Governo uma urgente iniciativa junto da Comunidade Europeia para a revisão e revogação deste e de outros absurdos que, no contexto da PAC reformada, penalizam fortemente a agricultura portuguesa. O PCP exige mais, que sejam tomadas todas as medidas necessárias, nos planos nacional e comunitário, para que nenhum agricultor veja os seus rendimentos afectados em consequência da situação descrita.

Igualmente se exige que o Ministério da Agricultura rapidamente encerre a campanha de 1995/1996 de ajudas e subsídios aos agricultores e os informe claramente dos valores previstos para a próxima campanha. (A situação actual é de extrema gravidade: os agricultores estão impossibilitados de apurar as contas económicas de 1996 das suas explorações, e simultaneamente estão sem saber qual vai ser o nível das ajudas em 1997, o que necessariamente impediu ou impede a planificação das sementeiras e outros investimentos agrícolas para a presente campanha.)

4. O PCP solidariza-se com a luta firme e determinada de milhares de trabalhadores têxteis, do calçado, metalúrgicos e das indústrias eléctricas que resistem à aplicação arbitrária de horários de trabalho visando a eliminação do tempo de trabalho efectivo, as pausas e o tempo de refeição no trabalho por turnos.

Reafirmando a sua solidariedade a todos os trabalhadores que lutam pela redução e dignificação do horário semanal de trabalho, o PCP considera fundamental que se mantenha em cada empresa, em cada local de trabalho, o esclarecimento, o envolvimento e a mobilização dos trabalhadores como factores determinantes que podem impedir a gravosa, injusta e arbitrária aplicação da lei do Governo PS e impedir a subversão e destruição do conceito de horário de trabalho.

Não deixa de ter significado e ser desmistificador do proclamado diálogo o facto de o Governo ter decidido de forma unilateral e administrativa, a imposição dos novos valores para o salário mínimo nacional, penalizando quem já tão pouco recebe e distanciando-o ainda mais da média dos restantes trabalhadores da União Europeia. Para o Governo PS, também nesta área, os ganhos de produtividade devem ir exclusivamente para o lucro e não para o trabalho.

Ciência e Tecnologia O retrato do imobilismo

A Comissão para as Questões da Ciência e da Tecnologia do PCP divulgou ontem uma nota à imprensa que faz um balanço da actuação do Governo na área da C&T, que pela primeira vez mereceu a criação de um Ministério para a sua Tutela. O documento salienta seis pontos em particular.

1. Mantém-se o quadro de desresponsabilização do Estado quanto às exigências básicas de funcionamento dos organismos públicos de execução de I&DE (Investigação e Desenvolvimento Experimental) e de OAC&T (Outras actividades Científicas e Técnicas). Isto significa, nomeadamente, que a carência de recursos humanos e financeiros para o cumprimento das missões cometidas às instituições continua a ser generalizada; que há instituições que continuam sem quadros de investigadores; que há instituições com quadros de pessoal, investigador e técnico, há largos anos congelados e que assim permanecem; que nada foi feito para modificar a situação de corpos envelhecidos de investigadores e de técnicos superiores; que continua a haver instituições dependentes do trabalho de bolsheiros ou de estagiários sem vínculo ou a termo certo; e que tem sido agravada a dependência face aos fundos e programas enquadrados no 2º Quadro Comunitário de Apoio.

2. A formulação explícita de uma política nacional da Ciência e Tecnologia continua adiada. Existe descoordenação entre o Ministério da Ciência e Tecnologia e os ministérios da tutela de organismos sectoriais de C&T. Não são reconhecidas e valorizadas as competências existentes e as missões legalmente cometidas aos organismos de C&T.

O exercício de autonomia científica por parte dos organismos sectoriais, tem sido coarctado. Num quadro de crescentes exigências de intervenção de I&D em todas as esferas da vida económica e social, é completa a

ausência de iniciativas inovadoras que mobilizem as largas centenas de mestres e doutores sem emprego. A carência de recursos, a falta de iniciativa e de coordenação para programas mobilizadores de assumido interesse nacional continua a ser uma realidade dominante.

3. Não obstante a publicação em Agosto de 1996 da lei orgânica do Ministério da Ciência e da Tecnologia, as estruturas para a elaboração participada e coordenação da política nacional de I&DE continuam inoperacionais.

O Conselho Superior de Ciência e Tecnologia, existente há largos anos e de novo reformulado, continua inoperante e continua adiada a auscultação organizada da comunidade científica.

A JNICT herdada da anterior SECT e apesar de desmantelada, continua entretanto a ser a única estrutura operativa da anterior Secretaria de Estado. Novas acções surgem como actos voluntaristas avulsos que apenas ilustram intenções programáticas que não constrói uma política nacional consequente.

4. Quanto ao financiamento verifica-se que o subprograma Ciência e Tecnologia do 2º Quadro Comunitário de Apoio - PRAXIS XXI (17 milhões de contos) continua a ser uma das principais fontes de financiamento das actividades de I&DE desenvolvidas no nosso país, o que confere particular importância ao aperfeiçoamento da respectiva gestão. Apesar de significativo este financiamento acaba de ser escasso por ir suprir

necessidades de financiamento que deveriam ser asseguradas por fundos nacionais. Além disso, é um financiamento aleatório, resultando incoerente e falho de estratégia sectorial, pelo que não produz impactes estruturantes.

É ainda um instrumento de financiamento que carece de orientação e supervisão por parte de órgãos de acompanhamento e avaliação e por isso vulnerável às pressões de grupos de interesses e dependente do mero arbítrio do gestor nomeado pelo Governo.

5. Sendo evidente que, pela sua natureza, as actividades de I&DE sempre foram internacionais e internacionalizantes, verifica-se que o actual Governo entende a realidade em sentido inverso. Ou seja, entende que a internacionalização resultará espontaneamente o progresso da I&DE, ainda que sem recursos nem objectivos para as actividades científicas nacionais. Assiste-se, pois, a uma «política» pretensamente internacionalizante que não reconhece e desvaloriza as capacidades nacionais. Designadamente: ao colocar a tónica da internacionalização na adesão a organismos internacionais, assume encargos adicionais sem garantir recursos aos organismos nacionais interessados, pelo que tais esforços não são rentabilizados; ao subalternizar especialistas, associações profissionais e sociedades científicas, face ao protagonismo de júris, peritos e consultores estrangeiros, supostamente mais competentes; ao ignorar méritos e competências das instituições nacionais que, se adequadamente apoiadas, naturalmente intensificariam o seu contributo e entrosamento internacionais.

6. Importa chamar também a atenção para o facto do desempenho do Ministério da Ciência e Tecnologia que se caracteriza por uma posição paternalista relativamente à

comunidade científica e aos outros ministérios que tutelam instituições sectoriais de C&T (laboratórios e universidades). Não evidencia competência na sua área de intervenção (como é patente na incapacidade para definir uma política científica nacional e na intervenção em acontecimentos de impacte mediático, como sejam os casos COMBO e SIEMENS. Defrauda expectativas criadas quanto a pontos programáticos do Governo em particular no que respeita: à afectação de recursos suficientes ao funcionamento estável das equipas e das instituições de I&DE; à rentabilização de recursos humanos especializados mas sem vínculo e actividade regular; à inscrição em Orçamento do Estado de um Orçamento de C&T por sector, área e acções (e não o mero aditamento do Orçamento de um novo ministério); à mobilização do interesse das empresas para a I&DE; à mobilização do sistema de ensino para a cultura científica e o avanço do ensino das ciências; à transparência de actuação e credibilidade do aparelho de Estado na área da sua intervenção.

A Comissão para as questões da Ciência e da Tecnologia do PCP, ao exprimir esta sua apreciação crítica, não é movida por qualquer atitude política preconcebida, antes se move pela necessidade de ser alterada e dinamizada a intervenção num sector que apresenta uma importância estratégica para enfrentar os graves problemas com que o país está confrontado, e os desafios do desenvolvimento integrado nacional.

É neste quadro e com esta perspectiva que o PCP irá procurar intervir mais activamente nesta área - seja contribuindo para que a comunidade científica assumira uma voz própria e um protagonismo reforçados, seja alargando e dinamizando a sua acção política própria - designadamente na esfera institucional.

Protocolo entre a Academia das Ciências de Lisboa e o PCP

Realizou-se no passado dia 18 de Dezembro a assinatura de um protocolo de acordo entre a Academia das Ciências de Lisboa e o Partido Comunista Português.

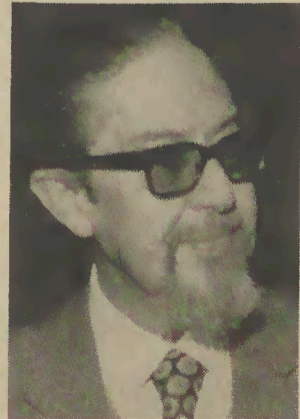
Esse protocolo estabelece as condições segundo as quais a Academia das Ciências de Lisboa aceita a transferência, para as suas instalações e em sala própria, da Biblioteca do Prof. Doutor Vasco de Magalhães-Vilhena, que é pertença, por doação, do Partido Comunista Português.

A Biblioteca em questão, que está sendo catalogada sob a orientação da camarada Margarida Pino (assistente da Faculdade de Letras de Lisboa), tem sido acompanhada pelo camarada Fernando Blanqui Teixeira com

a participação dos camaradas Eduardo Chitas (professor da Faculdade de Letras de Lisboa) e Hernâni Resende (historiador).

O protocolo foi assinado pelo então Presidente da Academia das Ciências de Lisboa, Prof. Doutor José Vitorino Pina Martins, e pelo membro do Secretariado do Comité Central, Octávio Floriano Rodrigues Pato.

Após a assinatura do protocolo, o camarada Blanqui Teixeira proferiu palavras de congratulação e de agradecimento ao Presidente e ao Conselho Administrativo da Academia das Ciências de Lisboa, salientou o alto valor intelectual de Vasco de Magalhães-Vilhena e fez referência à grande amizade, assente no respeito científico mútuo,



Vasco Magalhães-Vilhena

que o unia ao Prof. Doutor Pina Martins.

Uma obra notável

Vasco Magalhães-Vilhena nasceu em 1916 e faleceu em

Agosto de 1993. Foi membro do Partido desde a sua juventude, assistente da Universidade de Coimbra, afastado do ensino pelo regime fascista, viveu muitos anos em França, onde fez o doutoramento de Estado na Sorbonne com a mais elevada classificação. Após a Revolução de Abril, foi professor catedrático da Faculdade de Letras de Lisboa. Tem uma obra notável com relevância internacional no campo da sociologia do conhecimento e outras ciências sociais, assim como em filosofia antiga e moderna à luz do marxismo. De destacar também a sua contribuição para a divulgação em língua portuguesa de temas fundamentais do marxismo-leninismo.

OURIQUE

Câmara paga comício PSD

Para supostamente proceder a um Balanço Autárquico - a que chamou *jantar de trabalho* -, o Presidente da Câmara Municipal de Ourique (simultaneamente presidente da Comissão Política Concelhia do PSD), realizou, no passado dia 9 (com os dinheiros da autarquia), uma iniciativa partidária de clara promoção do PSD e da candidatura de José Raul dos Santos à Câmara Municipal de Ourique nas próximas eleições. A denúncia pertence à Comissão Concelhia de Ourique do PCP que, em tomada de posição pública, se manifesta contra o abuso de poder existente na Câmara de Ourique. Só depois de há muito anunciada e de os respectivos convites terem seguido é que, na véspera da sua realização, a iniciativa foi levada à Câmara, a título de *informação*, afirmam os comunistas, considerando que a mesma foi assim realizada à revelia da Câmara Municipal, contra a opinião dos vereadores da CDU, e paga com dinheiros que deveriam ser aplicados em benefício da população de Ourique. Se entretanto subsistissem dúvidas quanto aos objectivos do *jantar de trabalho* promovido pelo presidente da Câmara de Ourique - que a própria comunicação social noticiou como iniciativa de anúncio e apoio à candidatura de José Raul -, estas imediatamente se desvaneceram face à presença e participação no jantar de figuras do PSD como Marcelo Rebelo de Sousa, Alberto João Jardim, Valentim Loureiro, Teresa Patrício Gouveia, Luís Filipe Menezes, Macário Correia e Marques Mendes, nomeadamente.

COVILHÃ

Decisão precipitada

Uma decisão pouco ponderada e estudada, diz a Direcção de Organização Regional de Castelo Branco do PCP sobre a anunciada intenção do Governo de fazer coincidir o traçado do IP-2 com a actual variante à Covilhã. «Após tantos anos e tantas variações ao traçado», este anúncio é no mínimo «surpreendente», porquanto contraria o que «se julgava ser o culminar de um processo de aperfeiçoamento» da mais importante rodovia da região. Trata-se de uma questão que merece ser esclarecida e debatida em profundidade, defende o PCP que, nesse sentido, apresentou uma proposta na Assembleia Municipal, entretanto inviabilizada pela falta de quorum provocada pelo PS e PSD. Porém, em causa está «evitar erros que teriam custos enormes para o desenvolvimento futuro da Covilhã e de outras localidades», pelo que a vereadora comunista Isaura Reis propôs de novo o seu agendamento na reunião de terça-feira passada.

BARREIRO

Câmara dinâmica

Recentemente reunida, a Comissão Concelhia do Barreiro do PCP debateu e analisou a situação política, social e autárquica do concelho e aprovou um conjunto de medidas e acções para os comunistas levarem a efeito em 1997. Depois de destacar a reprovação pelo PS e PP das propostas do Grupo Parlamentar comunista a incluir no PIDDAC de 1997, a Concelhia do PCP debruçou-se sobre a situação social. Alertam os comunistas do Barreiro para a grave situação da CP, onde o Governo desenvolve um processo de desmembramento da empresa, que se irá traduzir pela eliminação de centenas de postos de trabalho; para o encerramento do forno da cal da Quimitecnica e a privatização da Quimigal Adubos que, levando também à eliminação de vários postos de trabalho e ao agravamento de direitos, prejudicam a economia nacional, só beneficiando o grande capital; para o que se passa na empresa de cortiças ESSENCE, que deve aos trabalhadores os subsídios de férias e de Natal e os salários de Dezembro. Em relação ao trabalho autárquico, os comunistas regozijam-se com o conjunto de obras realizadas pela Câmara do Barreiro e com o dinamismo da sua actividade para 1997 e chamam a atenção para as obras de melhoramentos a decorrer em 8 freguesias do concelho, designadamente o início da construção do Parque dos Casquilhos, a construção do Mercado do Lavradio em 1997, a concretização da obra do Parque Catarina Eufémia e as comemorações dos 500 anos da Viagem de Vasco da Gama à Índia e da Animaio.

TORRES NOVAS

Gestão arbitrária

Por sua vez, a Comissão Concelhia de Torres Novas, solidarizando-se com os trabalhadores da Metalúrgica Costa Nery, apela à sua unidade no sentido de ser evitada a concretização das ameaças de despedimento feitas pela Administração que, há longos meses, «persegue, discrimina e humilha» um grupo de trabalhadores, a quem isola dos outros e não dá o trabalho adequado às funções que sempre desempenharam na empresa. Sendo reais e conhecidas as dificuldades da empresa - devidas a erros de gestão -, consideram os comunistas que elas não podem servir para dar cobertura às arbitrariedades da administração que pensa ser Portugal «a República das Bananas» e poder tratar os trabalhadores «a seu belo prazer».

Contra a carestia de vida

DORL apela ao protesto popular

Em comunicado distribuído à imprensa, a Direcção Regional de Lisboa considera que a série de aumentos dos preços de primeira necessidade que o Governo acaba de promover irão traduzir-se inevitavelmente num agravamento geral dos preços e no aumento do custo de vida.

Os comunistas de Lisboa contestam a imposição de tectos salariais e salientam o Governo está a agravar a situação dos trabalhadores, reduzindo-lhes o poder de compra e a aumentar os níveis de pobreza e exclusão social no distrito.

Saudando a iniciativa do Grupo Parlamentar do PCP de agendar a discussão deste problema na Assembleia da República, a DORL «apela ao protesto popular que dê expressão ao descontentamento existente em centenas de milhares de famílias atingidas pela política de concentração da riqueza e agravamento da situação social».

Solidária com as lutas dos trabalhadores, a DORL «exorta a população do distrito a elevar a voz dos seu protesto e dinamizar a luta de massas contra a carestia de vida».

Portagem na Ponte

Reagindo às declarações do Ministro do Equipamento Social, João Cravinho, que remeteu para 1998 a fixação definitiva do valor da portagem para a Ponte 25 de Abril, a DORL do PCP alerta que caso não sejam revistos os termos da concessão à LusoPonte, os aumentos serão brutais.

A estrutura comunista recorda que, segundo o contrato assinado pelo anterior governo, as portagens das duas pontes sobre o Tejo seriam uniformizadas devendo ultrapassar 360 escudos para as viaturas ligeiras.

A DORL sublinha que, ao remeter para depois das eleições autárquicas esta decisão, o Governo revela a sua indistigável intenção de vir a dar cobertura plena aos termos da concessão existente, em claro prejuízo dos interesses das dezenas de milhares de utentes da actual ponte».

Condenando a «prática manobrista e pouco transparente» do Governo, a DORL reitera uma vez mais a exigência da revisão dos termos da concessão no sentido de garantir «a abolição completa da portagem na Ponte 25 de Abril».

Águas Residuais

Autarquias de Setúbal querem respostas

Por acção decisiva das autarquias, a Península de Setúbal tem dos mais elevados índices do país em população coberta pela rede de recolha de esgotos (85%). No entanto, e apesar do esforço financeiro que os municípios despenderam nos últimos anos, a percentagem de população abrangida por Sistemas de Tratamento de Águas Residuais é ainda insuficiente (33%), levando à concentração de elevada carga poluente nos Estuários do Tejo e Sado e no oceano Atlântico.

Para obviar à situação, os nove municípios da Península decidiram apresentar uma candidatura ao Fundo de Coesão - para o co-financiamento de um conjunto de Estações de Tratamento de Águas Residuais, cobrindo todo o seu território -, que, «se tivesse sido aceite pelo Governo e posteriormente implementada», permitiria restaurar a qualidade ambiental daqueles estuários e da frente atlântica.

A informação pertence à Direcção da Organização Regional de Setúbal do PCP, que, em tomada de posição pública sobre o assunto, diz

ainda que este projecto municipal, mesmo considerando a percentagem máxima de co-financiamento comunitário, representaria para as autarquias um investimento superior a dois milhões de contos.

Passaram entretanto quase dois anos sobre a data de entrega da candidatura ao Ministério do Ambiente e quase um ano sobre as reuniões com o primeiro-ministro e a ministra do Ambiente, onde foi prometida rapidez na definição das prioridades do Governo no que concerne ao financiamento dos Sistemas de Tratamento de Águas Residuais, sem que se visse o cumprimento destas promessas.

Mais de três meses decorreram também sobre o anúncio, feito pelo Ministério do Ambiente, de garantia do financiamento prioritário às ETARs a construir em aglomerados urbanos, sedes de concelho e zonas com prioridade ambiental a proteger (estuários e costa atlântica), diz a DORS do PCP. E, manifestando a sua preocupação face ao adiamento sistemático de decisões

imprescindíveis à resolução destes problemas de saneamento básico, alerta os responsáveis governamentais e a opinião pública para a dificuldade em promover e concluir

as obras necessárias até finais de 1999 - data limite do actual Quadro Comunitário de Apoio - mesmo que a garantia de financiamento venha a ser dada a curto prazo.

Rendeiros da Comporta obtêm vitória

Os agricultores rendeiros da Herdade da Comporta obtiveram uma importante vitória ao conseguirem uma despacho do Governo para que as rendas à «Atlantic Company» passem a ser estabelecidas de acordo com a tabela correspondente à qualificação dos solos.

Durante anos, os agricultores foram obrigados a pagar mais de 50 por cento da renda que legalmente deviam, por falta da qualificação dos solos, o que resultava num prejuízo anual estimado na ordem dos 20 mil contos.

A partir de Fevereiro de 1995, através da sua associação, encetaram um processo reivindicati-

vo para pôr termo àquela injustiça, que aliás violava a lei do arrendamento rural, culminando com a marcação de uma concentração junto às instalações da Zona Agrária de Alcácer do Sal.

É na sequência desta acção, que os agricultores obtêm uma resposta positiva do Governo, conseguindo ultrapassar os vários obstáculos colocados pelo próprio Ministério da Agricultura.

A Comissão de Agricultura da DORS do PCP saúda esta vitória e, sublinhando que desde o início esteve ao lado dos agricultores, considera que «este exemplo prova que a luta é o caminho a seguir por uma nova política agrícola».

Cravinho de Pai Natal favorece autarquias PS

A Direcção Regional de Santarém acusa o Governo de utilizar os dinheiros do Estado para beneficiar as autarquias socialistas. Referindo as sucessivas deslocações de membros do Governo ao distrito, o PCP destaca a recente visita do ministro João Cravinho durante a qual «distribuiu prendas só para um lado». De facto, das 16 instituições do distrito contempladas com protocolos do PIDDAC, 14 encontram-se em autarquias socialistas, e apenas uma num concelho CDU e outra num do PSD.

A DORSA considera que se trata de discriminação política uma vez que muitos concelhos que necessitam de obras urgentes nos mais variados sectores não recebem os necessários apoios do Governo, cuja prática parece seguir o lema: «tudo para os correligionários, nada para os adversários políticos».

Prosseguindo a mesma política do PSD, o actual Governo «não cumpriu a lei das finanças locais, retirando aos municípios as verbas que tinham direito, para agora, com os dinheiros de todos os portugueses, os ministros correrem o país como comissários políticos do Partido Socialista».

A DORSA condena estes comportamentos e exorta as autarquias e populações discriminadas a denunciarem-nos publicamente por todos os meios ao seu alcance, afirmando que «basta de hipocrisia. É necessária coerência».

CAMARADAS FALECIDOS

Deolinda Maria Garcia

Faleceu, com 81 anos de idade, Deolinda Maria Garcia. Era natural de Santa Justa, no concelho do Couço, e para além de militante do PCP integrava também o MURPI.

Gilberto Conceição Maruta

Faleceu, em 28 de Dezembro passado, Gilberto Maruta, natural de Castro Verde, onde, muito jovem, começou a participar nas lutas dos assalariados agrícolas, tendo por isso passado pelas prisões fascistas. Após o 25 de Abril, esteve organizado no Barreiro, em Vila Chã, e desde 1990, pertencia à freguesia de Almada.

Manuel das Neves Moia

Faleceu no passado dia 5 do corrente mês, no Hospital Distrital de Faro, Manuel das Neves Moia. Membro do PCP desde 1975, Manuel Moia, que contava 60 anos de idade, foi vereador da CDU na CM de Vila Real de Santo António, entre 1976 e 1982, e era actualmente presidente da Assembleia Municipal.

Paulo Chatué

Vítima de prolongada doença, faleceu recentemente Paulo Chatué, trabalhador reformado da Carris.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

Nota da Comissão Política

e pensões na casa dos 3% que o Governo impôs e/ou pretende impor.

Esta política desmente completamente as promessas de uma vida melhor com que o PS ganhou as eleições. E é também a confirmação de que o Governo PS, na continuidade do verificado com os governos de Cavaco Silva, vai prosseguir com o agravamento das desigualdades sociais e na distribuição do rendimento nacional!

É justo e necessário protestar contra os gravosos aumentos de preços e lutar por aumentos de salários e pensões que permitam fazer face ao real aumento do custo de vida, aumentar o poder de compra e o nível de vida da população, o que, além do mais, ajudará a dinamizar a produção e a economia nacionais.

3. A Comissão Política insiste na denúncia do escândalo monstruoso que significará a concretização pela Comunidade Europeia de um corte de 10 milhões de contos dos subsídios devidos à produção cerealífera por a agricultura portuguesa ter aumentado a produtividade para 3,5 toneladas por hectare, e assim, alegadamente ter produzido de mais na campanha de 1995/1996.

As sanções implicam para já cortes nos subsídios de 1996, no trigo e no girassol, na ordem dos 50%, e no milho de regadio de 8%. Estas penalizações prolongar-se-ão em 1997. Tudo num prejuízo total de cerca de 10 milhões de contos.

Esta situação dá razão e traz à ordem do dia, mais uma vez, a posição do PCP, que foi a única voz a denunciar a reforma da PAC, concretizada durante a presidência portuguesa da União Europeia. Dissemos então, e explicitamente, que a reforma da PAC congelava o atraso tecnológico e produtivo da agricultura portuguesa. A prova aí está: **o País está proibido de ultrapassar a produtividade de fixada administrativamente pela PAC de 2,9 toneladas por hectare na produção de cereais. O País é os agricultores portugueses foram proibidos de ter uma agricultura competitiva!**

Quando se sabe que as ajudas em causa representam 60% a 65% da receita total por quilo de cereal, é fácil perceber a gravidade das consequências das penalizações para o rendimento dos agricultores.

E quando se sabe que Portugal só produz, em média, cerca de 35% das suas necessidades em cereais e que a produtividade média do trigo, por exemplo, é da ordem das 2 toneladas por hectare, contra uma produtividade média na União Europeia de 6 toneladas por hectare, também é fácil perceber a irracionalidade de uma política agrícola, a PAC, que penaliza os agricultores portugueses que fazem um esforço para aumentar as produtividades médias da produção cerealífera em Portugal.

O PCP reclama do Governo uma urgente iniciativa junto da Comunidade Europeia para a revisão e revogação deste e de outros absurdos que, no contexto da PAC reformada, penalizam fortemente a agricultura portuguesa. O PCP exige mais, que sejam tomadas todas as medidas necessárias, nos planos nacional e comunitário, para que nenhum agricultor veja os seus rendimentos afectados em consequência da situação descrita.

Igualmente se exige que o Ministério da Agricultura rapidamente encerre a campanha de 1995/1996 de ajudas e subsídios aos agricultores e os informe claramente dos valores previstos para a próxima campanha. (A situação actual é de extrema gravidade: os agricultores estão impossibilitados de apurar as contas económicas de 1996 das suas explorações, e simultaneamente estão sem saber qual vai ser o nível das ajudas em 1997, o que necessariamente impediu ou impede a planificação das sementeiras e outros investimentos agrícolas para a presente campanha.)

4. O PCP solidariza-se com a luta firme e determinada de milhares de trabalhadores têxteis, do calçado, metalúrgicos e das indústrias eléctricas que resistem à aplicação arbitrária de horários de trabalho visando a eliminação do tempo de trabalho efectivo, as pausas e o tempo de refeição no trabalho por turnos.

Reafirmando a sua solidariedade a todos os trabalhadores que lutam pela redução e dignificação do horário semanal de trabalho, o PCP considera fundamental que se mantenha em cada empresa, em cada local de trabalho, o esclarecimento, o envolvimento e a mobilização dos trabalhadores como factores determinantes que podem impedir a gravosa, injusta e arbitrária aplicação da lei do Governo PS e impedir a subversão e destruição do conceito de horário de trabalho.

Não deixa de ter significado e ser desmistificador do proclamado diálogo o facto de o Governo ter decidido de forma unilateral e administrativa, a imposição dos novos valores para o salário mínimo nacional, penalizando quem já tão pouco recebe e distanciando-o ainda mais da média dos restantes trabalhadores da União Europeia. Para o Governo PS, também nesta área, os ganhos de produtividade devem ir exclusivamente para o lucro e não para o trabalho.

Ciência e Tecnologia

O retrato do imobilismo

A Comissão para as Questões da Ciência e da Tecnologia do PCP divulgou ontem uma nota à imprensa que faz um balanço da actuação do Governo na área da C&T, que pela primeira vez mereceu a criação de um Ministério para a sua Tutela. O documento salienta seis pontos em particular.

1. Mantém-se o quadro de desresponsabilização do Estado quanto às exigências básicas de funcionamento dos organismos públicos de execução de I&DE (Investigação e Desenvolvimento Experimental) e de OAC&T (Outras actividades Científicas e Técnicas). Isto significa, nomeadamente, que a carência de recursos humanos e financeiros para o cumprimento das missões cometidas às instituições continua a ser generalizada; que há instituições que continuam sem quadros de investigadores; que há instituições com quadros de pessoal, investigador e técnico, há largos anos congelados e que assim permanecem; que nada foi feito para modificar a situação de corpos envelhecidos de investigadores e de técnicos superiores; que continua a haver instituições dependentes do trabalho de bolseiros ou de estagiários sem vínculo ou a termo certo; e que tem sido agravada a dependência face aos fundos e programas enquadrados no 2º Quadro Comunitário de Apoio.

2. A formulação explícita de uma política nacional da Ciência e Tecnologia continua adiada. Existe descoordenação entre o Ministério da Ciência e Tecnologia e os ministérios da tutela de organismos sectoriais de C&T. Não são reconhecidas e valorizadas as competências existentes e as missões legalmente cometidas aos organismos de C&T.

O exercício de autonomia científica por parte dos organismos sectoriais, tem sido coarctado. Num quadro de crescentes exigências de intervenção de I&D em todas as esferas da vida económica e social, é completa a

ausência de iniciativas inovadoras que mobilizem as largas centenas de mestres e doutores sem emprego. A carência de recursos, a falta de iniciativa e de coordenação para programas mobilizadores de assumido interesse nacional continua a ser uma realidade dominante.

3. Não obstante a publicação em Agosto de 1996 da lei orgânica do Ministério da Ciência e da Tecnologia, as estruturas para a elaboração participada e coordenação da política nacional de I&DE continuam inoperacionais.

O Conselho Superior de Ciência e Tecnologia, existente há largos anos e de novo reformulado, continua inoperante e continua adiada a auscultação organizada da comunidade científica.

A JNICT herdada da anterior SECT e apesar de desmantelada, continua entretanto a ser a única estrutura operativa da anterior Secretaria de Estado. Novas acções surgem como actos voluntaristas avulsos que apenas ilustram intenções programáticas que não constrói uma política nacional consequente.

4. Quanto ao financiamento verifica-se que o subprograma Ciência e Tecnologia do 2º Quadro Comunitário de Apoio - PRAXIS XXI (17 milhões de contos) continua a ser uma das principais fontes de financiamento das actividades de I&DE desenvolvidas no nosso país, o que confere particular importância ao aperfeiçoamento da respectiva gestão. Apesar de significativo este financiamento acaba de ser escasso por ir suprir

necessidades de financiamento que deveriam ser asseguradas por fundos nacionais. Além disso, é um financiamento aleatório, resultando incoerente e falho de estratégia sectorial, pelo que não produz impactes estruturantes.

É ainda um instrumento de financiamento que carece de orientação e supervisão por parte de órgãos de acompanhamento e avaliação e por isso vulnerável às pressões de grupos de interesses e dependente do mero arbítrio do gestor nomeado pelo Governo.

5. Sendo evidente que, pela sua natureza, as actividades de I&DE sempre foram internacionais e internacionalizantes, verifica-se que o actual Governo entende a realidade em sentido inverso. Ou seja, entende que da internacionalização resultará espontaneamente o progresso da I&DE, ainda que sem recursos nem objectivos para as actividades científicas nacionais. Assiste-se, pois, a uma «política» pretensamente internacionalizante que não reconhece e desvaloriza as capacidades nacionais. Designadamente: ao colocar a tónica da internacionalização na adesão a organismos internacionais, assume encargos adicionais sem garantir recursos aos organismos nacionais interessados, pelo que tais esforços não são rentabilizados; ao subalternizar especialistas, associações profissionais e sociedades científicas, face ao protagonismo de jurís, peritos e consultores estrangeiros, supostamente mais competentes; ao ignorar méritos e competências das instituições nacionais que, se adequadamente apoiadas, naturalmente intensificariam o seu contributo e entrosamento internacionais.

6. Importa chamar também a atenção para o facto do desempenho do Ministério da Ciência e Tecnologia que se caracteriza por uma posição paternalista relativamente à

comunidade científica e aos outros ministérios que tutelam instituições sectoriais de C&T (laboratórios e universidades). Não evidencia competência na sua área de intervenção (como é patente na incapacidade para definir uma política científica nacional e na intervenção em acontecimentos de impacte mediático, como sejam os casos COMBO e SIEMENS. Defrauda expectativas criadas quanto a pontos programáticos do Governo em particular no que respeita: à afectação de recursos suficientes ao funcionamento estável das equipas e das instituições de I&DE; à rentabilização de recursos humanos especializados mas sem vínculo e actividade regular; à inscrição em Orçamento do Estado de um Orçamento de C&T por sector, área e acções (e não o mero aditamento do Orçamento de um novo ministério); à mobilização do interesse das empresas para a I&DE; à mobilização do sistema de ensino para a cultura científica e o avanço do ensino das ciências; à transparência de actuação e credibilidade do aparelho de Estado na área da sua intervenção.

A Comissão para as questões da Ciência e da Tecnologia do PCP, ao exprimir esta sua apreciação crítica, não é movida por qualquer atitude política preconcebida, antes se move pela necessidade de ser alterada e dinamizada a intervenção num sector que apresenta uma importância estratégica para enfrentar os graves problemas com que o país está confrontado, e os desafios do desenvolvimento integrado nacional.

É neste quadro e com esta perspectiva que o PCP irá procurar intervir mais activamente nesta área - seja contribuindo para que a comunidade científica assuma uma voz própria e um protagonismo reforçados, seja alargando e dinamizando a sua acção política própria - designadamente na esfera institucional.

Protocolo entre a Academia das Ciências de Lisboa e o PCP

Realizou-se no passado dia 18 de Dezembro a assinatura de um protocolo de acordo entre a Academia das Ciências de Lisboa e o Partido Comunista Português.

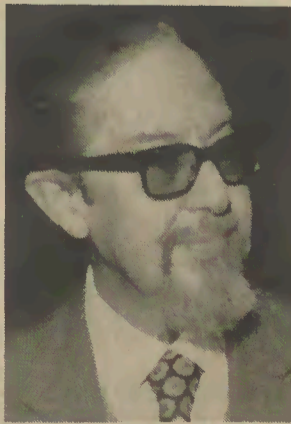
Esse protocolo estabelece as condições segundo as quais a Academia das Ciências de Lisboa aceita a transferência, para as suas instalações e em sala própria, da Biblioteca do Prof. Doutor Vasco de Magalhães-Vilhena, que é pertença, por doação, do Partido Comunista Português.

A Biblioteca em questão, que está sendo catalogada sob a orientação da camarada Margarida Pino (assistente da Faculdade de Letras de Lisboa), tem sido acompanhada pelo camarada Fernando Blanqui Teixeira com

a participação dos camaradas Eduardo Chitas (professor da Faculdade de Letras de Lisboa) e Hernâni Resende (historiador).

O protocolo foi assinado pelo então Presidente da Academia das Ciências de Lisboa, Prof. Doutor José Vitorino Pina Martins, e pelo membro do Secretariado do Comité Central, Octávio Floriano Rodrigues Pato.

Após a assinatura do protocolo, o camarada Blanqui Teixeira proferiu palavras de congratulação e de agradecimento ao Presidente e ao Conselho Administrativo da Academia das Ciências de Lisboa, salientou o alto valor intelectual de Vasco de Magalhães-Vilhena e fez referência à grande amizade, assente no respeito científico mútuo,



Vasco Magalhães-Vilhena

que o unia ao Prof. Doutor Pina Martins.

Uma obra notável

Vasco Magalhães-Vilhena nasceu em 1916 e faleceu em

Agosto de 1993. Foi membro do Partido desde a sua juventude, assistente da Universidade de Coimbra, afastado do ensino pelo regime fascista, viveu muitos anos em França, onde fez o doutoramento de Estado na Sorbonne com a mais elevada classificação. Após a Revolução de Abril, foi professor catedrático da Faculdade de Letras de Lisboa. Tem uma obra notável com relevância internacional no campo da sociologia do conhecimento e outras ciências sociais, assim como em filosofia antiga e moderna à luz do marxismo. De destacar também a sua contribuição para a divulgação em língua portuguesa de temas fundamentais do marxismo-leninismo.

OURIQUE

Câmara paga comício PSD

Para supostamente proceder a um Balanço Autárquico - a que chamou *jantar de trabalho* -, o Presidente da Câmara Municipal de Ourique (simultaneamente presidente da Comissão Política Concelhia do PSD), realizou, no passado dia 9 (com os dinheiros da autarquia), uma iniciativa partidária de clara promoção do PSD e da candidatura de José Raul dos Santos à Câmara Municipal de Ourique nas próximas eleições. A denúncia pertence à Comissão Concelhia de Ourique do PCP que, em tomada de posição pública, se manifesta contra o abuso de poder existente na Câmara de Ourique. Só depois de há muito anunciada e de os respectivos convites terem seguido é que, na véspera da sua realização, a iniciativa foi levada à Câmara, a título de informação, afirmam os comunistas, considerando que a mesma foi assim realizada à revelia da Câmara Municipal, contra a opinião dos vereadores da CDU, e paga com dinheiros que deveriam ser aplicados em benefício da população de Ourique. Se entretanto subsistissem dúvidas quanto aos objectivos do *jantar de trabalho* promovido pelo presidente da Câmara de Ourique - que a própria comunicação social noticiou como iniciativa de anúncio e apoio à candidatura de José Raul -, estas imediatamente se desvaneceram face à presença e participação no jantar de figuras do PSD como Marcelo Rebelo de Sousa, Alberto João Jardim, Valentim Loureiro, Teresa Patrício Gouveia, Luís Filipe Menezes, Macário Correia e Marques Mendes, nomeadamente.

COVILHÃ

Decisão precipitada

Uma decisão pouco ponderada e estudada, diz a Direcção de Organização Regional de Castelo Branco do PCP sobre a anunciada intenção do Governo de fazer coincidir o traçado do IP-2 com a actual variante à Covilhã. «Após tantos anos e tantas variações ao traçado», este anúncio é no mínimo «surpreendente», porquanto contraria o que «se julgava ser o culminar de um processo de aperfeiçoamento» da mais importante rodovia da região. Trata-se de uma questão que merece ser esclarecida e debatida em profundidade, defende o PCP que, nesse sentido, apresentou uma proposta na Assembleia Municipal, entretanto inviabilizada pela falta de quorum provocada pelo PS e PSD. Porém, em causa está «evitar erros que teriam custos enormes para o desenvolvimento futuro da Covilhã e de outras localidades», pelo que a vereadora comunista Isaura Reis propôs de novo o seu agendamento na reunião de terça-feira passada.

BARREIRO

Câmara dinâmica

Recentemente reunida, a Comissão Concelhia do Barreiro do PCP debateu e analisou a situação política, social e autárquica do concelho e aprovou um conjunto de medidas e acções para os comunistas levarem a efeito em 1997. Depois de destacar a reprovação pelo PS e PP das propostas do Grupo Parlamentar comunista a incluir no PIDDAC de 1997, a Concelhia do PCP debruçou-se sobre a situação social. Alertam os comunistas do Barreiro para a grave situação da CP, onde o Governo desenvolve um processo de desmembramento da empresa, que se irá traduzir pela eliminação de centenas de postos de trabalho; para o encerramento do forno da cal da Quimitecnica e a privatização da Quimigal Adubos que, levando também à eliminação de vários postos de trabalho e ao agravamento de direitos, prejudicam a economia nacional, só beneficiando o grande capital; para o que se passa na empresa de cortiças ESSENCE, que deve aos trabalhadores os subsídios de férias e de Natal e os salários de Dezembro. Em relação ao trabalho autárquico, os comunistas regozijam-se com o conjunto de obras realizadas pela Câmara do Barreiro e com o dinamismo da sua actividade para 1997 e chamam a atenção para as obras de melhoramentos a decorrer em 8 freguesias do concelho, designadamente o início da construção do Parque dos Casquilhos, a construção do Mercado do Lavradio em 1997, a concretização da obra do Parque Catarina Eufémia e as comemorações dos 500 anos da Viagem de Vasco da Gama à Índia e da Animaio.

TORRES NOVAS

Gestão arbitrária

Por sua vez, a Comissão Concelhia de Torres Novas, solidarizando-se com os trabalhadores da Metalúrgica Costa Nery, apela à sua unidade no sentido de ser evitada a concretização das ameaças de despedimento feitas pela Administração que, há longos meses, «persegue, discrimina e humilha» um grupo de trabalhadores, a quem isola dos outros e não dá o trabalho adequado às funções que sempre desempenharam na empresa. Sendo reais e conhecidas as dificuldades da empresa - devidas a erros de gestão -, consideram os comunistas que elas não podem servir para dar cobertura às arbitrariedades da administração que pensa ser Portugal «a República das Bananas» e poder tratar os trabalhadores «a seu belo prazer».

Contra a carestia de vida

DORL apela ao protesto popular

Em comunicado distribuído à imprensa, a Direcção Regional de Lisboa considera que a série de aumentos dos preços de primeira necessidade que o Governo acaba de promover irão traduzir-se inevitavelmente num agravamento geral dos preços e no aumento do custo de vida.

Os comunistas de Lisboa contestam a imposição de tectos salariais e salientam o Governo está a agravar a situação dos trabalhadores, reduzindo-lhes o poder de compra e a aumentar os níveis de pobreza e exclusão social no distrito.

Saudando a iniciativa do Grupo Parlamentar do PCP de agendar a discussão deste problema na Assembleia da República, a DORL «apela ao protesto popular que dê expressão ao descontentamento existente em centenas de milhares de famílias atingidas pela política de concentração da riqueza e agravamento da situação social».

Solidária com as lutas dos trabalhadores, a DORL «exorta a população do distrito a elevar a voz dos seu protesto e dinamizar a luta de massas contra a carestia de vida».

Portagem na Ponte

Reagindo às declarações do Ministro do Equipamento Social, João Cravinho, que remeteu para 1998 a fixação definitiva do valor da portagem para a Ponte 25 de Abril, a DORL do PCP alerta que caso não sejam revistos os termos da concessão à LusoPonte, os aumentos serão brutais.

A estrutura comunista recorda que, segundo o contrato assinado pelo anterior governo, as portagens das duas pontes sobre o Tejo seriam uniformizadas devendo ultrapassar 360 escudos para as viaturas ligeiras.

A DORL sublinha que, ao remeter para depois das eleições autárquicas esta decisão, o Governo revela a sua indiferente intenção de vir a dar cobertura plena aos termos da concessão existente, em claro prejuízo dos interesses das dezenas de milhares de utentes da actual ponte».

Condenando a «prática manobrista e pouco transparente» do Governo, a DORL reitera uma vez mais a exigência da revisão dos termos da concessão no sentido de garantir «a abolição completa da portagem na Ponte 25 de Abril».

Águas Residuais

Autarquias de Setúbal querem respostas

Por acção decisiva das autarquias, a Península de Setúbal tem dos mais elevados índices do país em população coberta pela rede de recolha de esgotos (85%). No entanto, e apesar do esforço financeiro que os municípios despenderam nos últimos anos, a percentagem de população abrangida por Sistemas de Tratamento de Águas Residuais é ainda insuficiente (33%), levando à concentração de elevada carga poluente nos Estuários do Tejo e Sado e no oceano Atlântico.

Para obviar à situação, os nove municípios da Península decidiram apresentar uma candidatura ao Fundo de Coesão - para o co-financiamento de um conjunto de Estações de Tratamento de Águas Residuais, cobrindo todo o seu território -, que, «se tivesse sido aceite pelo Governo e posteriormente implementada», permitiria restaurar a qualidade ambiental daqueles estuários e da frente atlântica.

A informação pertence à Direcção da Organização Regional de Setúbal do PCP, que, em tomada de posição pública sobre o assunto, diz

ainda que este projecto multi-municipal, mesmo considerando a percentagem máxima de co-financiamento comunitário, representaria para as autarquias um investimento superior a dois milhões de contos.

Passaram entretanto quase dois anos sobre a data de entrega da candidatura ao Ministério do Ambiente e quase um ano sobre as reuniões com o primeiro-ministro e a ministra do Ambiente, onde foi prometida rapidez na definição das prioridades do Governo no que concerne ao financiamento dos Sistemas de Tratamento de Águas Residuais, sem que se visse o cumprimento destas promessas.

Mais de três meses decorreram também sobre o anúncio, feito pelo Ministério do Ambiente, de garantia do financiamento prioritário às ETARs a construir em aglomerados urbanos, sedes de concelho e zonas com prioridade ambiental a proteger (estuários e costa atlântica), diz a DORS do PCP. E, manifestando a sua preocupação face ao adiamento sistemático de decisões

imprescindíveis à resolução destes problemas de saneamento básico, alerta os responsáveis governamentais e a opinião pública para a dificuldade em promover e concluir

as obras necessárias até finais de 1999 - data limite do actual Quadro Comunitário de Apoio - mesmo que a garantia de financiamento venha a ser dada a curto prazo.

Rendeiros da Comporta obtêm vitória

Os agricultores rendeiros da Herdade da Comporta obtiveram uma importante vitória ao conseguirem uma despacho do Governo para que as rendas à «Atlantic Company» passem a ser estabelecidas de acordo com a tabela correspondente à qualificação dos solos.

Durante anos, os agricultores foram obrigados a pagar mais de 50 por cento da renda que legalmente deviam, por falta da qualificação dos solos, o que resultava num prejuízo anual estimado na ordem dos 20 mil contos.

A partir de Fevereiro de 1995, através da sua associação, encetaram um processo reivindicati-

vo para pôr termo àquela injustiça, que aliás violava a lei do arrendamento rural, culminando com a marcação de uma concentração junto às instalações da Zona Agrária de Alcácer do Sal. É na sequência desta acção, que os agricultores obtêm uma resposta positiva do Governo, conseguindo ultrapassar os vários obstáculos colocados pelo próprio Ministério da Agricultura.

A Comissão de Agricultura da DORS do PCP saúda esta vitória e, sublinhando que desde o início esteve ao lado dos agricultores, considera que «este exemplo prova que a luta é o caminho a seguir por uma nova política agrícola».

CAMARADAS FALECIDOS

Deolinda Maria Garcia

Faleceu, com 81 anos de idade, Deolinda Maria Garcia. Era natural de Santa Justa, no concelho do Couço, e para além de militante do PCP integrava também o MURPI.

Gilberto Conceição Maruta

Faleceu, em 28 de Dezembro passado, Gilberto Maruta, natural de Castro Verde, onde, muito jovem, começou a participar nas lutas dos assalariados agrícolas, tendo por isso passado pelas prisões fascistas. Após o 25 de Abril, esteve organizado no Barreiro, em Vila Chã, e desde 1990, pertencia à freguesia de Almada.

Manuel das Neves Moia

Faleceu no passado dia 5 do corrente mês, no Hospital Distrital de Faro, Manuel das Neves Moia. Membro do PCP desde 1975, Manuel Moia, que contava 60 anos de idade, foi vereador da CDU na CM de Vila Real de Santo António, entre 1976 e 1982, e era actualmente presidente da Assembleia Municipal.

Paulo Chatué

Vítima de prolongada doença, faleceu recentemente Paulo Chatué, trabalhador reformado da Carris.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

Cravinho de Pai Natal favorece autarquias PS

A Direcção Regional de Santarém acusa o Governo de utilizar os dinheiros do Estado para beneficiar as autarquias socialistas. Referindo as sucessivas deslocações de membros do Governo ao distrito, o PCP destaca a recente visita do ministro João Cravinho durante a qual «distribuiu prendas só para um lado». De facto, das 16 instituições do distrito contempladas com protocolos do PIDDAC, 14 encontram-se em autarquias socialistas, e apenas uma num concelho CDU e outra num do PSD.

A DORSA considera que se trata de discriminação política uma vez que muitos concelhos que necessitam de obras urgentes nos mais variados sectores não recebem os necessários apoios do Governo, cuja prática parece seguir o lema: «tudo para os correligionários, nada para os adversários políticos».

Prosseguindo a mesma política do PSD, o actual Governo «não cumpriu a lei das finanças locais, retirando aos municípios as verbas que tinham direito, para agora, com os dinheiros de todos os portugueses, os ministros correrem o país como comissários políticos do Partido Socialista».

A DORSA condena estes comportamentos e exorta as autarquias e populações discriminadas a denunciarem-nos publicamente por todos os meios ao seu alcance, afirmando que «basta de hipocrisia. É necessária coerência».

TRABALHADORES

GOVERNO AJUDA OS PATRÕES RETRÓGRADOS

A confusão lançada pelo Governo a propósito da redução dos horários de trabalho (especialmente no sector têxtil) reforça a «discricionariedade» de um «patronato retrógrado», afirma a União dos Sindicatos de Setúbal, que na semana passada se pronunciou sobre a actual situação social e laboral no distrito.

Na nota de imprensa a USS/CGTP destaca os problemas dos cerca de 350 trabalhadores do Grupo ESENCE - Sociedade Nacional Corticeira, com remunerações em atraso e «incerteza quanto ao futuro». Na ESENCE, Infal, Soberana Corticeira e Tagus estão por pagar os salários de Dezembro, os subsídios de férias e retroactivos de actualizações salariais. A situação da Infal, no Montijo, é agravada pelo facto de administração não tomar medidas para retomar a laboração, paralisada por ordem do Ministério do Ambiente.

ADIADA PRIVATIZAÇÃO DO CONDE FERREIRA

Um efectivo processo negocial é o que o Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Norte espera que resulte do adiamento por um ano da reprivatização do Hospital Conde Ferreira, no Porto. Esta unidade hospitalar de saúde mental deveria ter sido devolvida à Misericórdia do Porto a 2 de Janeiro, nos termos do Decreto Lei 129/96, mas a sua concretização foi adiada por um ano, noticiou a Lusa. O adiamento foi solicitado pela própria Misericórdia que, segundo o seu provedor, José Luís Novais, «não tem, neste momento, condições para assumir uma responsabilidade desta importância».

Para Miguel Vital, do STFPN, o adiamento é «a prova real de que o sindicato tinha razão, quando nos últimos meses afirmou que não existiam condições para a reprivatização». «Esperamos agora que, neste prazo de um ano, se abra um processo negocial efectivo tendo em vista a requalificação profissional e a colocação dos trabalhadores noutras unidades de saúde», acrescentou.

Numa reunião com trabalhadores do Hospital foram aprovadas propostas de alteração ao anteprojecto de decreto-lei que o Ministério da Saúde vai publicar para manter em vigor, pelo prazo de um ano, a legislação que previa a devolução do hospital no início de 1997 à Misericórdia do Porto. O STFPN defende que a transferência do pessoal seja feita apenas para unidades de saúde na sub-região do Porto e não, como prevê o anteprojecto do Ministério da Saúde, para toda a área de saúde da região Norte.

PENACOVEX TEM QUE RESPONDER

Até ontem era aguardada uma proposta da administração da Penacovex para resolver o problema dos 40 trabalhadores (a maioria dos quais são mulheres) «dispensados» desde o início do ano. O prazo foi apresentado sexta-feira, durante uma reunião entre o Sindicato dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios e Vestuário do Centro e o presidente da Câmara de Penacova, em que participaram também os trabalhadores.

Luís Ferreira, dirigente sindical, disse à Lusa que o presidente do Município comunicou aos trabalhadores que, nos contactos com a administração da Penacovex, «notou uma grande abertura para dialogar». Caso não houvesse ontem uma resposta favorável por parte da empresa, os trabalhadores voltariam a analisar novas formas de luta.

A Penacovex «dispensou» os trabalhadores, mas não apresentou qualquer proposta de viabilização nem formalizou os despedimentos.

NOVA AUDIÊNCIA DA EFACEC

Ficou marcada para ontem a continuação da audiência suspensa a 11 de Dezembro relativa ao processo que decorre no Tribunal de Santa Maria da Feira, relativo ao despedimento de 27 funcionários da Efacec Motores Eléctricos, ocorrido em 1992 e impugnado pelo Sindicato das Indústrias Eléctricas do Centro.

No pedido de impugnação do despedimento, o SIEC considera-o um acto político, que teve por objectivo atacar e despedir os órgãos representativos dos trabalhadores nas empresas do Grupo Efacec, sublinhando que «só a resistência dos atingidos evitou que casos semelhantes se repetissem noutras unidades».

GREVE NA NOVA UCAL

Para exigir o pagamento de salários em atraso e a garantia dos postos de trabalho, foi convocada para a passada sexta-feira uma greve na Nova Ucal. O Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços de Lisboa, a par da greve, convocou também uma concentração à porta da Parmalat Portugal, em Albarque. Os cerca de 60 trabalhadores da Nova Ucal/Parmalat ainda não receberam o salário de Dezembro nem o décimo terceiro mês. Segundo o sindicato, estão também em dívida subsídios de refeição desde 1993 e retroactivos de aumentos salariais, entre outros compromissos que a empresa (formada por decisão dos credores da UCAL e de cujo capital a Parmalat é detentora em 95 por cento) não está a respeitar. O CESL acusa ainda a empresa de prejudicar os trabalhadores que, aceitando rescindir os contratos, recusaram o pagamento das indemnizações em prestações.

Prossegue a luta pela redução efectiva dos horários

Melka avança para a greve contra pressões patronais

Em plenários realizados anteontem no Cacém e em Palmela, os trabalhadores da fábrica de vestuário Melka mandataram o Sindicato dos Têxteis do Sul para marcar greve, se a administração não retirar os processos disciplinares instaurados para forçar o pessoal a aceitar a eliminação das pausas na contagem do tempo de trabalho.

Os trabalhadores da Melka - empresa inglesa administrada por suecos - começaram, desde 2 de Dezembro, a pôr em prática a semana de 40 horas, contabilizando como tempo de trabalho as pausas de 10 minutos para lanche, que estão consagradas na convenção colectiva de trabalho.

A administração acusou os trabalhadores de faltas injustificadas, alegando que as pausas não fazem parte do trabalho efectivamente prestado, e instaurou processos para despedimento a 104 funcionários.

A resolução onde se exige o arquivamento dos processos e se mandata o sindicato para declarar greve se a administração não recuar foi aprovada pela esmagadora maioria dos funcionários

reunidos no Cacém, num plenário que contou com a presença do coordenador da CGTP-IN, Manuel Carvalho da Silva. Em plenário realizado à tarde, os trabalhadores da fábrica de Palmela subscreveram a moção que de manhã foi aprovada no Cacém, a qual, segundo disse, à Agência Lusa, António Marques, da Federação dos Sindicatos Têxteis e do Sindicato dos Trabalhadores dos Têxteis, Lanifícios e Vestuário do Sul, apenas mereceu a ausência de cinco dos cerca de 500 funcionários da empresa.

A fábrica da Melka no Cacém emprega 443 pessoas, 21 dos quais se encontram ameaçadas de despedimento. A administração também instaurou processos disciplinares, com vista ao des-

pedimento, a 83 dos 193 trabalhadores da Melka em Palmela.

Outros 135 trabalhadores das duas fábricas do grupo, que inicialmente aderiram à mesma interpretação da lei mas que depois recuaram face às ameaças dos processos disciplinares, receberam cartas de censura, indicou a fonte sindical.

No plenário de hoje, foi ainda decidida a entrega de uma petição no parlamento contra os processos e a adesão a uma manifestação de trabalhadores têxteis prevista para sábado, em Lisboa (ver pág. 22).

Segundo António Marques, os trabalhadores que receberam cartas de censura foram os que, apesar de inicialmente terem recusado trabalhar para além das 40 horas, acabaram por recuar face às ameaças de instauração de processos disciplinares.

Também presente no plenário em Palmela, Manuel Lopes, da Comissão Executiva da CGTP-IN, anunciou que o sindicato apresentou hoje a impugnação dos processos disciplinares e frisou que entre

os trabalhadores regista-se uma «grande indignação perante esta tentativa forte de repressão».

Para Manuel Lopes, os processos disciplinares «não têm cabimento nenhum» e representam uma «tentativa de repressão» porque «só foram instaurados aos trabalhadores que começaram a fazer greve durante o período das pausas», após se ter verificado a divergência de interpretação da lei.

«Os processos disciplinares são uma forma de pressionar, porque esta empresa é altamente responsável pela situação que existe a nível nacional acerca das 40 horas», adiantou Manuel Lopes, frisando que, como na Melka o horário era de 42 horas, a não integração das pausas no horário de trabalho representou uma redução de apenas 20 minutos e não de duas horas.

O dirigente da CGTP-IN admitiu que trabalhadores «estão a cumprir o horário por medo», embora «toda a gente na fábrica concorde que o horário tem de ser reduzido».

Mudar de nome para retirar direitos

O Sindicato Têxtil da Beira Alta acusou sexta-feira a administração da Calciconfeções, antiga Confeções Coimbrões, de utilizar a alteração do nome da fábrica como pretexto para retirar direitos aos trabalhadores.

A Calciconfeções «era, até há poucos dias, a Confeções Coimbrões SA» e agora, mudado o nome, «exige a assinatura de novos contratos às funcionárias, passando-as de uma situa-

ção efectiva para uma precária» de contratos a prazo, afirmou à Agência Lusa o dirigente sindical José Alberto.

Na semana anterior, 14 trabalhadoras foram impedidas de entrar naquela unidade têxtil de Viseu, até à assinatura dos novos contratos - condição que foi aceite por cinco delas.

Para o sindicato, a alteração do nome da fábrica é uma estratégia da administração para evi-

tar a confiscação do património, dada a dívida que mantinha com a Segurança Social e o risco de uma intervenção do Fisco. O STBA acusa a Inspeção Geral do Trabalho de ser responsável pela actual situação. De acordo com José Alberto, após o pedido de intervenção do sindicato a IGT esteve na fábrica, mas «incentivou as funcionárias a tomarem a iniciativa de ir para o desemprego, quando deveria informá-las dos

seus direitos que, legal e obviamente, passam pela reintegração na empresa sem perda de direitos».

Há cerca de um ano, quando a empresa mudou o nome de Mauritex para Confeções Coimbrões, a administração também tentou obrigar as funcionárias a assinar precários contratos de trabalho, o que só não sucedeu devido à firme oposição do sindicato, recordou José Alberto.

União do Porto e Braga protestam Só aumentaram os preços

Para as uniões de sindicatos dos distritos do Porto e de Braga, os aumentos de preços de bens essenciais superam os valores oficialmente referidos e contrastam com a política salarial do Governo e do patronato de muitos sectores.

A subida, que atinge sobretudo trabalhadores e reformados, «cifra-se no mínimo em 8 por cento e não em 2,5 ou 3 por cento, como diz o Governo», afirma a União dos Sindicatos de Braga, numa nota de imprensa intitulada «O aumento do custo de vida e a vigarice do Governo».

Convidando a que se faça a comparação entre os preços

actuais e anteriores, a USB/CGTP aponta alguns exemplos: medicamentos que custam menos de mil escudos aumentaram 8 por cento; gás de garrafa (13 kg) aumentou 8,2 por cento; telefone (assinatura e chamadas locais) e electricidade (custos na habitação, e não nas empresas) aumentaram 8 por cento; a portagem Famalicão-Guimarães aumentou 5,3 por cento; a gasolina (em diversas revisões) aumentou 8 por cento; as refeições nos restaurantes do distrito tiveram aumentos de 8 a 12 por cento, tal como o café e outras bebidas.

«Estes aumentos já os trabalhadores estão a pagar, mas a

revisão dos salários nos diversos sectores ainda está congelada», protesta a USB.

A União de Sindicatos do Porto pronunciou-se sexta-feira contra os aumentos de bens e serviços, com particular incidência na área do Grande Porto. «A USP denuncia e insurge-se contra o aumento dos preços, em alguns casos por valores muito superiores aos aumentos salariais que o Governo decretou para a Administração Pública, para o salário mínimo e para as pensões e reformas», salienta aquela estrutura da CGTP, num comunicado citado pela Lusa.

«Apesar do anunciado con-

trole da inflação, para limitar a taxa de crescimento do índice de preços no consumidor a 2,5 por cento, a verdade é que não cessam os aumentos de preços que ultrapassam em muito estes valores», afirma a USP, sublinhando que, «a agravar esta situação, os moradores do Grande Porto vão ter também de suportar o pagamento de mais uma nova tarifa sobre a recolha do lixo». Numa região «onde as médias salariais continuam inferiores a média nacional e onde o desemprego não pára de aumentar, exige-se que se tenha em conta a nova situação nas revisões salariais».

TRABALHADORES

Administração Local
diz hoje aos ministros

«O coração perdeu a razão!...»

Dirigentes e delegados sindicais da Administração Local da região de Lisboa levam hoje a cabo uma acção de protesto junto à sede do Conselho de Ministros, de manhã, e frente à Secretaria de Estado do Orçamento, a partir das 14.30 horas.

Os sindicalistas vão levar até junto dos governantes um coração gigante, de 2 metros de altura, pretendendo «dar corpo ao descontentamento dos trabalhadores da Administração Local face à política que vem sendo seguida pelo actual Governo, quer em relação ao incumprimento do acordo salarial para 1996 e compromissos de médio e longo prazo, quer em relação aos aumentos salariais de 3 por cento que o Governo impôs para 1997», revela a direcção regional do STAL, que deu a esta vigília o lema «O coração perdeu a razão».

Siemens de Évora

Também para hoje estão marcados plenários de trabalhadores nos vários turnos da fábrica da Siemens em Évora, onde equipamentos e encomendas estão, desde há meses, a ser transferidos para empresas que trabalham em regime de subcontratação. De acordo com a comissão intersindical

daquela unidade industrial, «desta situação está a resultar a crescente desocupação de trabalhadores da Siemens, que assim vêem os seus postos de trabalho correrem perigo».

A administração «continua a pressionar os trabalhadores a realizarem um horário de trabalho semanal desde sempre ilegal completamente fora dos parâmetros da Lei 21/96» e, desde o início do ano, «iniciou um processo de pressão junto de diversos trabalhadores para propor a rescisão do contrato de trabalho», denuncia a CIS, numa nota à comunicação social.

O documento adianta que o Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas e os trabalhadores da Siemens «vão encetar iniciativas adequadas à salvaguarda dos seus direitos e ao respeito pelo quadro legal».

Ferroviários
decidem acções

A Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Ferroviários

Portugueses marcou para ontem uma conferência de imprensa (conjunta com as comissões de trabalhadores) com o objectivo de dar a conhecer os resultados dos plenários realizados nas empresas do Grupo CP desde o final da semana passada e onde foram analisadas formas de luta, a breve prazo, «contra o desmembramento da CP e contra o incumprimento dos acordos de trabalho por parte do conselho de gerência da CP e das administrações das outras empresas».

A decisão de avançar para novas acções foi tomada no dia 9, num plenário de representantes dos ferroviários que teve lugar em Lisboa e onde os projectos do Governo para a ferrovia foram classificados como «um salto no escuro», uma vez que «não são acompanhados de estudos técnicos e económicos que demonstrem que o modelo apresentado pelo executivo é o que melhor serve o País». Prosseguindo a política dos governos do PSD, a proposta do Ministério de João Cravinho «não oferece qualquer garantia, clara e inequívoca, da salvaguarda dos direitos e dos postos de trabalho», afirma-se na resolução aprovada pelos dirigentes e delegados sindicais e membros das CTs.

Enfermeiros
defraudados

Ainda não foi publicado o projecto de decreto-lei que

deveria permitir, através de concurso nacional, a passagem a «contrato administrativo de provimento» dos enfermeiros que actualmente estão contratados a termo certo ou contra recibo verde. O processo negocial entre o Sindicato dos Enfermeiros Portugueses e o Ministério da Saúde foi concluído a 8 de Outubro, recorda uma nota do sindicato.

A direcção do SEP considera que «desta forma, o Ministério da Saúde defraudou as expectativas dos enfermeiros, ao inviabilizar a utilização de 1500 quotas de descongelamento previstas para 1996 e ao manter a grande instabilidade e insegurança dos profissionais que se encontram a contrato e a recibo verde».

Nesta altura, «muitos enfermeiros estão a passar à situação de recibo verde ou são despedidos», por terminarem os seus contratos, denuncia o sindicato, alertando para o facto de, em Fevereiro e Março, saírem das escolas de Enfermagem mais 600 ou 700 jovens profissionais que ainda não sabem em que instituições e em que condições vão ser admitidos.

Estas preocupações foram expressas à ministra da Saúde pelo SEP, que vai reunir dia 22 com as comissões de jovens enfermeiros de todo o País «para análise da situação e medidas a desenvolver».

INATEL deve ter
contrato colectivo

A federação dos sindicatos de Hotelaria vai exigir às entidades competentes meios legais para a criação do Contrato Colectivo de Trabalho aplicável aos funcionários do INATEL, segundo decisão tomada sexta-feira numa reunião entre a Feshot/CGTP, sindicatos do sector e delegados sindicais dos vários centros do INATEL.

Neste sentido, vão ser solicitadas audiências ao ministro da Solidariedade e Segurança Social, ao Presidente da República, ao primeiro-ministro, aos grupos parlamentares e ao presidente do INATEL.

«Vamos reivindicar a quem de direito a elaboração de uma lei ou despacho que dê poderes jurídicos ao conselho de gerência do INATEL para poder negociar com os sindicatos uma convenção colectiva de trabalho», afirmou em conferência de imprensa Joa-

quim Pires. Para este dirigente da Feshot, citado pela Lusa, os cerca de 1500 trabalhadores do INATEL (500 dos quais contratados a termo certo) «estão numa situação discriminatória, sem cabimento no Portugal de hoje, face aos restantes trabalhadores, quer da Função Pública, quer de empresas privadas».

Além de «baixíssimos» salários (o índice 100 é equivalente a 52 contos), estes trabalhadores regem-se pela Lei geral e por regulamentos internos e circulares, que «são interpretados por diversas formas pelos directores dos diferentes serviços espalhados pelo País», referiu Joaquim Pires, manifestando a esperança de que o Governo seja «sensível ao problema» e frisando que «em última instância, os trabalhadores poderão recorrer à greve» na época alta, entre Julho e Setembro.



A resistência e a denúncia pública forçaram a Petrogal a recuar e a comprometer-se a recolocar Viriato Soares

Petrogal
novamente
forçada
a recuar

A administração da Petrogal comprometeu-se segunda-feira a apresentar, até 31 de Janeiro, uma proposta para recolocar Viriato Soares, trabalhador na Aeroinstalação da Portela e dirigente do Sinqifa, num posto de trabalho com funções compatíveis às que exercia até ser «disponibilizado».

Nesta situação - sem trabalho distribuído - foram colocadas dezenas de trabalhadores da Petrogal, entre os quais alguns dirigentes sindicais. Em Sines, Manuel Baltazar só conseguiu ver reconhecidos os seus direitos como trabalhador e sindicalista depois de ter entrado em greve de fome (como referimos no «Avante!» de 26 de Dezembro).

No dia 2 de Janeiro, tal como tinha previamente anunciado aos responsáveis da empresa, Viriato Soares apresentou-se no local de trabalho a que está vinculado e de que fora afastado compulsivamente. «Não é justificável nem aceitável que, ao fim de 6 meses durante os quais frequentou vários cursos de formação, o Viriato Soares ainda não tenha voltado ao seu posto de trabalho nem recebido qualquer proposta de recolocação», afirmava-se na carta enviada à Direcção de Pessoal pela Federação dos Sindicatos da Química, Farmacêutica, Petróleo e Gás. A Fequifa/CGTP tem vindo a protestar contra a criação de «disponibilizados» na Petrogal desde Julho passado.

Impedido de pegar ao trabalho e proibido de entrar nas instalações, mesmo que para exercer actividade sindical, Viriato Soares - apoiado pelo sindicato e a federação - continuou a apresentar-se diariamente na portaria da Aeroinstalação, denunciando publicamente a situação em que a Petrogal o colocara.

No dia 10, sexta-feira, o protesto deslocou-se para junto do edifício da empresa na Praça do Marquês de Pombal, com a presença de sindicalistas e membros da comissão de trabalhadores. Perante o impacto público das iniciativas (ainda mais incómodo em vésperas de privatização), a administração da Petrogal convocou nesse mesmo dia Viriato Soares para uma entrevista logo após o fim-de-semana.

Nesta reunião, segunda-feira passada, os representantes da administração apresentaram-se sem qualquer proposta de recolocação do trabalhador e acabou por ser este a possibilitar uma perspectiva de resolução do problema. Até ao fim do mês, o mais tardar, a administração deverá contactar novamente Viriato Soares para apresentar uma proposta escrita de recolocação num posto de trabalho compatível com a categoria profissional daquele trabalhador.

O Sinqifa aguarda que também neste período seja resolvido de forma justa o problema dos trabalhadores «disponibilizados». Ou então, como admitiu ao «Avante!» um dirigente do sindicato, «a contestação, que vinha a crescer, assumirá contornos mais fortes do que até agora».

Cantina dos CTT

O Sindicato da Hotelaria do Norte denunciou antontem um caso de perseguição a uma sua dirigente, trabalhadora da cantina dos CTT na Praça General Humberto Delgado, no Porto. A exploração do estabelecimento está concessionada à Serviços Portugal, que há vários dias impede a trabalhadora de entrar na cantina.

«Os CTT estão a dar a mão à empresa concessionária da cantina nesta ilegalidade», acusa o sindicato, numa nota que fez chegar à nossa Redacção.

Vidreiros
comemoram
18 de Janeiro

O Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Vidreira, com sede na Marinha Grande, divulgou o programa de iniciativas que vai levar a cabo para assinalar o 63º aniversário da revolta operária de 18 de Janeiro de 1934.

Sábado de manhã, no cemitério de Casal Galego, serão depositadas flores na campa de Manuel Baridó, recentemente falecido. Logo depois tem lugar uma romagem ao cemitério da Marinha Grande, para deposição de flores nas campas de outros participantes na revolta.

Cerca das 11 horas, junto ao Monumento do Vidreiro, intervirão dirigentes sindicais. A partir das 15.30, na colectividade da Ordem, realiza-se uma festa infantil, com exposição de desenhos e pinturas de crianças das escolas primárias do concelho sobre o 18 de Janeiro. Para a Ordem está marcado também um jantar-convívio.

Domingo de manhã, com partida e chegada junto à sede do sindicato, decorre o 3º Grande Prémio de Atletismo «18 km do Vidreiro». A partir das 17 horas, no Sport Império Marinhense, o grupo cénico ASURPI apresenta a revista «Vamos dar a volta a isto».

Alpiarça

A União dos Sindicatos de Santarém promove no próximo domingo, a partir das 14.30 horas, na Junta de Freguesia de Alpiarça, um colóquio sobre a luta do operariado agrícola pelo horário de trabalho, tema que será desenvolvido por Francisco Canais Rocha. Após um período de debate, terá lugar uma sessão de encerramento em que intervém o coordenador da CGTP-IN, Manuel Carvalho da Silva.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Política de segurança interna

Impõe-se a ruptura com uma concepção militarizada

Discriminação no feminino



A deputada comunista Luísa Mesquita chamou a atenção no Parlamento para o facto de as desigualdades que marcam a nossa sociedade revestirem um carácter cada vez mais cruel e atingirem em primeiro lugar as mulheres. Foi no debate sobre uma proposta de resolução que altera o texto da Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres, aprovado pela Nações Unidas. Aprovada por unanimidade, a Resolução expressa o acordo da Assembleia da República quanto a uma emenda relativa à periodicidade da reunião anual da Convenção. Trata-se do alargamento do tempo de reunião, medida que no entender de Luísa Mesquita é manifestamente insuficiente perante "a urgência de actuação no combate a práticas discriminatórias, violadoras de princípios e valores da dignidade da pessoa humana" e quando as práticas governamentais contrariam o que dizem defender.

"Uma sociedade construída e gerida por princípios de desigualdade cada vez mais sofisticados e os mais inusitados e por isso mesmo cada vez mais cruéis e que veste cada vez mais no feminino a pobreza, a miséria, a prostituição, o analfabetismo e simultaneamente desgastadas formas de exploração - observou Luísa Mesquita -, não parece pretender na verdade configurar decisões capazes de estagnar o agravamento das desigualdades e o desfiguramento do regime democrático".

Tratamento de toxicodependentes



O Grupo Parlamentar do PCP voltou a insistir na necessidade de ser alargada a rede pública de centros de atendimento de toxicodependentes, de unidades de desabilitação e de comunidades terapêuticas em ordem a cobrir de forma adequada o território nacional e a garantir meios de tratamento acessíveis e gratuitos a quem deles precise. Já por diversas vezes materializada em iniciativa legislativa, esta proposta foi reiterada pelo deputado comunista António Filipe, na semana transacta, no debate parlamentar realizado com carácter de urgência sobre o tratamento de toxicodependentes. Definindo a posição da bancada comunista quanto ao Despacho Conjunto relativo à comparticipação do Estado no internamento de toxicodependentes em instituições privadas, António Filipe distanciou-se de muitas das críticas feitas ao documento, embora tenha considerado que o processo de determinação dos critérios de apoio "deveria ter sido outro e que alguns desses critérios deveriam ter merecido melhor ponderação".

Baixou à comissão parlamentar especializada, sem votação, o projecto de lei do PCP no qual se definem as grandes opções da política de segurança interna e adoptam medidas imediatas para defesa da segurança dos cidadãos. Em debate faz hoje oito dias, cerca de um ano depois da sua entrega na mesa do Parlamento, o diploma visou nos seus objectivos atribuir a este órgão de soberania a responsabilidade pela definição das grandes linhas de orientação em matéria de segurança interna, suscitando simultaneamente a discussão em torno de propostas e opções concretas.

Sem a presença do ministro Alberto Costa, facto que o deputado comunista João Amaral lamentou, considerando-o um "mau sinal", o debate permitiu um conhecimento mais aprofundado quanto às concepções e propostas defendidas pela formação comunista. Contrariamente aos métodos e filosofia que presidiram à acção do PSD no Governo - num processo de militarização e afastamento dos cidadãos que evidenciou o autoritarismo e o carácter repressivo da sua política -, para o PCP, a grande questão reside precisamente na alteração profunda desta política, ou seja, como sublinhou João Amaral, na "ruptura com os métodos e a filosofia" usados pelos governos de Cavaco Silva.

Ruptura com uma política que, lembrou, perante o incómodo da bancada laranja,

"deixou sem combate o crime, foi causa de um preocupante aumento do sentimento de insegurança e privilegiou a repressão e o confronto com os cidadãos". Nesse sentido vão, pois, em síntese, todas as grandes opções expressas no diploma elaborado pelos deputados comunistas, para quem o último ano foi "um ano perdido", "um ano de hesitações e ziguezagues", em que se mantiveram os traços fundamentais da política anterior, com destaque para uma concepção militarizada da PSP em relação à qual sucessivas concessões do Governo PS ajudaram a criar o "caldo de cultura da crise que se viveu nos últimos dias".

E se uma política de segurança interna e tranquilidade pública, na perspectiva de João Amaral, passa simultaneamente pelo incremento de política



A polícia deve ter uma feição civilista e o meio privilegiado de garantir a tranquilidade e segurança é através da prevenção

gerais que respondam aos problemas sociais (emprego, educação, saúde, etc.) e por uma maior celeridade da Justiça, a questão de fundo nesta matéria é a de saber como são assegurados os objectivos fixados por Lei.

Foi ainda João Amaral a dar-lhe resposta ao sublinhar que, do ponto de vista do PCP, existem três princípios enquadradores fundamentais, a saber: a prevenção como meio privilegiado de assegurar a tranquilidade e segurança; a responsabilidade orgânica é do Governo e da política mas a função segurança não deve ser alheia ao cidadão e à sociedade; deve

estabelecer-se uma relação estreita de confiança entre os cidadãos e a polícia.

É neste contexto e com estes pressupostos, em resumo, que o diploma do PCP avança com uma série de propostas em matéria de grandes opções da política de segurança interna, entre as quais se inclui a defesa de uma polícia de proximidade, privilegiando as pequenas esquadras de bairro e a constituição de uma polícia cívica, mais virada para a proximidade e colaboração com os cidadãos.

Importante, noutro plano, é que a polícia se dedique mais à função policial e abandone

outras acções que lhe estão atribuídas, nomeadamente de natureza burocrática como a entrega de notificações judiciais.

Defendida pelo Grupo comunista é ainda a atribuição de uma efectiva prioridade no capítulo da formação, com a adopção, inclusive, de um novo Código Deontológico, bem como, noutro domínio, a aprovação dos Conselhos Municipais de Segurança dos Cidadãos, como uma forma privilegiada "de fazer participar as instituições e a sociedade no equacionamento da problemática concreta da segurança pública".

Direito de voto aos 18 anos

A Assembleia da República apreciou a questão dos jovens que, em actos eleitorais já realizados, tendo completado os 18 anos de idade não puderam exercer o seu direito de voto nem puderam ser candidatos. O problema tem residido no facto de ou esses jovens não se terem recenseado (dado o carácter anual da actualização do recenseamento) ou não ter decorrido desde o respectivo recenseamento o lapso de tempo indispensável para assegurar a certeza do universo eleitoral. Embora não exista qualquer intencionalidade do legislador em criar obstáculo à aquisição da capacidade eleitoral dos jovens de 18 anos, como sublinhou o deputado António Filipe, a verdade é que não tem sido possível garantir o direito de votar aos jovens naquelas circunstâncias, o que resultou, lembrou, "de problemas reais, de ordem prática, que decorrem da necessidade de garantir a validade democrática das eleições".

Ora sucede que os diplomas apresentados pelo PS e PSD para resolver a questão, no entender do Grupo comunista, não resolvem todos os problemas colocados. Como assinou António Filipe, a inscrição no recenseamento de todos os jovens que têm 18 anos até ao dia do acto eleitoral obrigaria a que a sua inscrição fosse feita antes de atingirem essa idade, isto é, sem capacidade eleitoral, pelo que, no momento em que se fixasse o mapa eleitoral, "ou seriam considerados cidadãos sem capacidade ou seria fixado um mapa sem correspondência com o universo eleitoral real reportado ao dia da eleição".

Acresce, sublinhou, a indispensabilidade de fazer coincidir a capacidade eleitoral activa e passiva, direitos que são indissociáveis e que significam que um jovem aos 18 anos adquire tanto o direito a votar como a ser candidato.

Ora é exactamente neste ponto que qualquer dos projectos, como frisou o parlamentar

comunista, advoga soluções que, sendo diversas, são "ambas inaceitáveis".

"O PS dissocia ambos os direitos (o jovem poderia votar mas não poderia ser candidato). O PSD propõe o absurdo de admitir a candidatura de cidadãos sem capacidade elei-

toral", observou António Filipe, antes de manifestar a disponibilidade da sua bancada para "ponderar soluções", mas não para "embarcar em demagogias insensatas".

E que, concluiu, as soluções "não podem ser precipitadas", nem conduzir "a situa-

ções que ponham em causa a idoneidade democrática dos processos eleitorais", nem ainda ser adoptadas sem a audição prévia do STAPE e da CNE e "sem uma ponderada avaliação de todas as consequências que decorreriam da sua aprovação".

Política do medicamento

Mais sacrifícios, não !

O Grupo Parlamentar do PCP considerou que qualquer decisão governamental que venha a ser tomada no sentido de diminuir as comparticipações do Estado no preço dos medicamentos, onerando ainda mais o utente, constitui um ataque ao direito dos cidadãos aos cuidados de saúde, significando simultaneamente que o Governo PS não hesita uma vez mais em impor sacrifícios ao povo português. Levada a plenário pelo deputado Bernardino Soares, em intervenção proferida no período antes da ordem do dia, a propósito da política do medicamento, a questão de fundo do seu ponto de vista reside no facto de o Governo ter admitido como solução para racionalizar as despesas a diminuição das comparticipações.

Significa isto que, no entender do PCP, em vez de se caminhar no sentido do alargamento e aumento dos níveis de comparticipação - manifestamente insuficientes face às necessidades da população -, o Governo opta "pelo caminho inverso, deixando intocadas as margens de lucro e tentando compensar a despesa à custa do bolso dos portugueses".

Mais uma vez, como assinalou Bernardino Soares, à custa dos lugares comuns da racionalização e da modernização o que se esconde é a regressão nos direitos dos portugueses, quando, inversamente, uma "política de medicamento moderna e racional" deveria, isso sim, era ter a "coragem de diminuir nos lucros para aumentar o acesso universal à saúde e ao medicamento".

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

As comprovadas opções do Governo pelo capital

A sistemática opção do Governo em colocar-se, em situações de conflito, ao lado do patronato, desprezando as posições dos trabalhadores, trar-lhe-á amargos de boca durante o ano em curso, previsíveis sobretudo no aumento da conflitualidade laboral e social.

A advertência foi deixada na passada semana pelo líder da bancada comunista, Octávio Teixeira, em declaração política centrada na análise ao que considerou serem as "situações de prepotência, de arbitrariedade e de ilegalidade" existentes no plano laboral, em completo desrespeito pelas leis e sempre em prejuízo dos trabalhadores.

Pegando na declaração natalícia do Primeiro-Ministro, mais especificamente na sua afirmação de que para o Governo o que conta "são as pessoas, não as moedas", Octávio Teixeira admitiu como verdadeira a asserção (mesmo dando de barato a contradição de Guterres quando logo a seguir afirma que o objectivo da moeda única é o grande desígnio nacional para o ano de 1997),

fazendo notar, todavia, que nesta esfera das preocupações governamentais não estão todas as pessoas, "mas apenas algumas pessoas".

"Para o Governo e para o Primeiro-Ministro contam e pesam demonstradamente as opiniões e as vontades do Sr. Ferraz da Costa e dos associados da CIP. Mas não contam, comprovadamente, as opiniões, os interesses, as aspirações e os próprios direitos dos tra-

balhadores", observou o líder parlamentar comunista.

A demonstração do que acaba de afirmar fê-la ainda Octávio Teixeira, socorrendo-se, para o efeito, de casos muito recentes, entre os muitos que poderia ter citado ilustrando como o Governo trata uns - os patrões da CIP e o seu patrão - como grandes amigos e gente séria e responsável, imputando a outros - os trabalhadores - o estatuto de "inimigos declarados, cujos interesses podem ser postergados e cujos direitos não merecem ser defendidos".

Octávio Teixeira citou concretamente as lutas dos pescadores e dos trabalhadores das obras na Ponte 25 de Abril, levadas a acabo no início do

ano, apontando-as como testemunhos da omissão voluntária do Governo perante a atitude intimidatória e abusiva do patronato sobre os trabalhadores. "A tudo isso o Governo e o Primeiro-Ministro mantêm-se cegos, surdos e mudos. Provavelmente acobertando-se com o pretexto de que o Governo não deve interferir nos conflitos laborais", assinalou Octávio Teixeira, para quem esta "postura de omissão voluntária" significa que o Governo está "a fazer tábua rasa de um dever que indeclinavelmente cabe", o dever de "fazer cumprir as leis, de impor a legalidade democrática".

Não menos escandaloso e chocante, revelador da cumpli-

cidade do Governo com o patronato, na perspectiva da formação comunista, é também a interpretação e aplicação que está a ser feita da chamada lei da flexibilidade e polivalência. Para o presidente da bancada comunista comprovado está que se trata, como o PCP em devido tempo alertara, de uma "autêntica fraude", isto é, que a entrada em vigor da lei está a ser aproveitada pelo patronato "para pôr em causa direitos legais e contratuais dos trabalhadores, designadamente quanto às pequenas interrupções de trabalho incluídas nas convenções colectivas de trabalho ou acordadas a nível das empresas por livre vontade das partes".



Os trabalhadores têm razão quando afirmam que a interpretação e aplicação da chamada lei da flexibilidade e polivalência constitui uma verdadeira fraude

Agricultores penalizados por aumentarem produção O absurdo e a irracionalidade da PAC

"Um modelo completamente irracional" e um verdadeiro "absurdo", assim classificou o deputado comunista Lino de Carvalho a Política Agrícola Comum (PAC) da União Europeia. A questão veio a lume na passada sexta-feira, na habitual sessão de perguntas ao Governo, e foi suscitada a propósito da recente penalização de que os agricultores portugueses foram alvo, imagine-se..., por terem conseguido aumentar as produtividades, os rendimentos por hectare.

As sanções aos nossos agricultores pelo facto de terem conseguido produzir mais são extremamente gravosas, implicando, desde já, cortes nos subsídios de 1996, no trigo e no girassol, na ordem dos 50 por cento, e no milho de regadio em cerca de oito por cento.

Estas penalizações prolongar-se-ão em 1997, atingindo no total um prejuízo para os agricultores que se eleva a dez milhões de contos, como assinalou Lino de Carvalho, que fez ainda notar ser este facto tanto mais grave para o rendimento dos homens do campo quanto é certo que as ajudas em causa representam 60 a 65 por cento da receita total por quilo de cereal.

Perante um ministro da Agricultura que não teve outro remédio senão reconhecer em plenário que a questão colocada pela bancada comunista é correcta a corresponde a preocupações justas, Lino de Carvalho chamou igualmente a atenção dos deputados para o facto de Portugal só produzir, em média, cerca de 35 por cento das suas necessidades em cereais, tendo uma produtividade média do trigo, por exemplo, da ordem das duas toneladas por hectares contra uma produtividade média na União Europeia de seis toneladas por hectare. Também por este motivo é fácil perceber o absurdo e a irracionalidade desta PAC, sublinhou, "que penaliza os agricultores portugueses que fazem um esforço para aumentar as produtividades médias da produção cerealífera em Portugal e aproximá-la das agriculturas mais desenvolvidas".

Mas a questão central, na perspectiva da bancada comunista, reside sobretudo na circunstância de com esta política estar-se a desincentivar os agricultores de modernizarem as suas explorações e a "impedir o País de chegar a produtividades maiores e mais rentáveis para a produção cerealífera".

Em causa aumentos de bens e serviços essenciais

Famílias são as mais penalizadas

A Assembleia da República debateu ontem os recentes aumentos de preços de bens e serviços essenciais decretados pelo Governo. Requerido pelo Grupo Parlamentar do PCP, com carácter de urgência, este debate parlamentar visou sobretudo demonstrar que os aumentos registados designadamente na energia eléctrica, combustíveis líquidos, telefones e portagens rodoviárias constituem uma carga que penaliza mais fortemente as famílias do que as empresas. Para a bancada comunista, tratava-se ainda de desmontar a falsificação e manipulação estatística operada pelo Executivo em torno desta questão, levando este inclusive a afirmar que todos os aumentos tiveram agravamentos inferiores ao previsível aumento da inflação para o ano de 1997.

Embora à hora de fecho da nossa edição ainda não fossem conhecidos pormenores sobre o conteúdo da intervenção do Grupo comunista, é praticamente certo que uma

das questões centrais por si suscitada no debate de ontem terá sido a de denunciar a tática utilizada pelo Governo na utilização das médias estatísticas.

Lembrado pelos deputados do PCP foi certamente o facto de o Governo ter escamoteado que essa média é a resultante de alguns aumentos de preços largamente superiores à média e de alguns outros inferiores. Ora sucede - e foi esta a questão nodal para a qual o PCP quis chamar a atenção - que os preços que aumentam mais que a média são fundamentalmente suportados pelas famílias, enquanto que os que crescem abaixo dessa média são os suportados pela empresas.

Trata-se, por conseguinte, de uma opção política do Governo "social e politicamente contestável", no entender da formação comunista, que recorda ainda que o aumento do salário mínimo nacional estabelecido pelo Governo foi já completamente anulado por estes aumentos.

Técnicos de Contas



Ao Grupo Parlamentar do PCP continuam a chegar cartas de técnicos de contas manifestando

inquietação pelo quadro legal criado pelo Governo visando a regulamentação da sua actividade. Em causa está a publicação de um diploma (D.L. 265/95) que aprovou o Estatuto dos Técnicos Oficiais de Contas (TOC's), excluindo da possibilidade de inscrição nessa qualidade, por não possuírem habilitações literárias suficientes, algumas centenas de profissionais, com largos anos de actividade e com responsabilidade pelas contas de milhares de empresas e contribuintes. Atingindo directamente cerca de cinco centenas de técnicos de contas, esta situação, a não ser alterada, inviabilizará a sua actividade e a dos trabalhadores de si dependentes.

Preocupado com a situação está também o Grupo Parlamentar do PCP. Em requerimento subscrito pelo deputado Lino de Carvalho, onde a questão é abordada, os comunistas inquiriram o Governo quanto à sua intenção de modificar o diploma em ordem a admitir a inscrição como Técnicos de Contas de todos aqueles que à data da publicação do Estatuto estivessem como responsáveis, devidamente reconhecidos, pela organização e execução de contabilidades, assinatura de Inventário e Balanços e apresentação da declarações de rendimento e outros documentos fiscalmente obrigatórios.

"Cinenegócio"



O ministro da Cultura vai alterar a portaria sobre o pagamento das dívidas dos produtores de cinema

ao Estado, mas o sentido político do documento permanecerá "inalterável", garantiu o governante, na semana transacta, em declarações aos jornalistas, após ter prestado aos deputados da Comissão Parlamentar de Educação, Ciência e Cultura esclarecimentos sobre o chamado "cinenegócio", que a oposição considera um perdão dissimulado das dívidas dos produtores de cinema ao Estado. "Mantém-se a cobrança e mantém-se a extinção da dívida", mas vão fazer-se alguns ajustes no texto da portaria, afirmou Manuel Maria Carrilho, no termo da audição parlamentar que se prolongou por cerca de três horas. Durante a audição os quatro grupos parlamentares pronunciaram-se a favor da introdução de alterações ao ponto 2.5 da portaria, que estabelece em cinco anos o prazo para a extinção das dívidas dos produtores de cinema ao Estado. Prometendo divulgar as referidas alterações muito em breve, o ministro fez questão de sublinhar, todavia, que o "sentido político da portaria" não mudará.

NACIONAL

CDU/Madeira denuncia procedimento ilegal

Depois de uma manifestação de protesto dos estudantes da Escola Secundária de Santa Cruz, contra a falta de condições mínimas adequadas ao normal funcionamento da escola, o Secretário Regional da Educação da Madeira formalizou um inquérito aos alunos directamente ou indirectamente relacionados com a manifestação.

O grupo parlamentar da CDU na Região Autónoma da Madeira insurge-se contra um tal procedimento que considera «ilegal», «antipedagógico» e «eticamente inadmissível e politicamente reprovável».

O interrogatório realizado visa, na opinião da CDU, «pressionar consciências» e levar à denúncia de colegas e amigos e, constituindo uma «forma abusiva de exercer o poder», confirma mais uma vez o desrespeito pela liberdade e as limitações ao exercício da democracia na Região da Madeira.

Face à indefinição da política educativa, ao mau funcionamento e à degradação das instalações das escolas, o Governo Regional, em vez de perspectivar a resolução dos problemas, tenta calar as vozes que os denunciam, salienta ainda a CDU que promete relatar os factos ao Provedor de Justiça e solicitar a presença do Secretário Regional da Educação na Assembleia Legislativa no sentido de clarificar a situação.

Associação de Agricultores disponibiliza serviços

A continuada queda de neve, impossibilitando em muitas zonas a saída dos animais para o campo, dificultando a recolha de leite, ameaçando a produção olivícola e isolando inúmeras explorações, tem prejudicado gravemente os agricultores de todo o Nordeste Transmontano.

Face à situação criada, que tende a agravar-se com o degelo que se seguirá, a Associação Distrital dos Agricultores de Bragança - ADAB disponibilizou os seus serviços e técnicos «para apoiar os agricultores no levantamento de eventuais prejuízos, por forma a apresentar ao governo um dossier rigoroso a exigir medidas e apoios adequados».

Os agricultores poderão, assim, a partir de agora, solicitar o apoio da ADAB, através do telefone (078)23066, ou dirigindo-se à sua sede, na Praça do Mercado Municipal, 1º andar, Loja 5 - 5370 Mirandela.

Camarate e Famões inauguram escolas

No passado sábado, foi inaugurada em Famões, no bairro Casal da Silveira, uma escola básica integrada e um jardim de infância, empreitada que orçou os 204 mil contos. A escola básica, que ocupa dois pisos, está dotada de seis salas de aulas, seis instalações sanitárias (uma delas para deficientes) e ainda uma sala de estudo/biblioteca e uma de ATL. O jardim de infância ocupa um piso e está dotado de três salas de actividades e 4 instalações sanitárias, uma delas adaptada para deficientes e outra para banheiros.

Em Camarate, por sua vez, foi inaugurada a escola pré-primária de Vila Lorena, com capacidade para 100 crianças, tendo a sua construção orçado os 55 mil contos. Dotada de 4 salas de actividades e de um gabinete de apoio a crianças com dificuldades, existe ainda nesta escola uma sala polivalente/refeitório.

Câmara do Barreiro entrega novas casas

Amanhã, pelas 15 horas, no Auditório da Biblioteca Municipal, a Câmara Municipal do Barreiro faz a entrega das chaves de 11 casas que, no âmbito do Plano Especial de Realojamento, foram atribuídas a famílias carenciadas.

Esta entrega cumpre a primeira fase do contrato que em Maio de 1996 a Câmara do Barreiro assinou com o Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado, com vista à aquisição, por parte desta autarquia à Caixa Geral de Depósitos, de 45 fogos.

Ainda no âmbito deste programa, a Câmara prevê entregar, até ao fim do ano, mais 119 habitações.

Associação recém-criada expõe trabalhos

Com o apoio da Câmara Municipal do Montijo, esteve patente ao público até ao passado dia 2 de Janeiro, na Biblioteca Municipal Manuel Giraldes da Silva, uma exposição colectiva da recém-criada Associação de Artesanato, Artes e Ofícios do Concelho do Montijo. A exposição, que foi muito apreciada, reuniu, entre outros, trabalhos de Pintura, Pintura sobre Cerâmica, Missangas, Colagem e Bonecas de Panos.

Silves

PS e PSD impedem avanço de obras necessárias

Face à posição dos eleitos do PS e do PSD da Câmara Municipal de Silves, relativamente à proposta de Orçamento e Plano de Actividades para 1997 (4ª versão), a vereação da CDU fez uma declaração de voto onde expõe detalhadamente os trâmites seguidos pela proposta desde 20 de Outubro, data em que o Presidente da Câmara reuniu com os presidentes das Juntas para recolha das principais prioridades de cada freguesia.

Nos vários *considerandos*, os eleitos da CDU afirmam que em

relação ao Plano houve um intenso trabalho interno, tendo o Executivo Permanente entregue aos vereadores a 1ª versão do documento em 19 de Novembro, ou seja, 21 dias antes de iniciar o seu debate. Passados esses dias, os vereadores do PS e do PSD não apresentaram «quaisquer alternativas sectoriais ou de conjunto», limitando-se a exigir a discussão dos documentos rubrica a rubrica. Esta discussão - continuam os vereadores da CDU - arrastou-se, pois, por várias reuniões de Câmara (seis), levando a que as

alterações mais significativas fossem todas aprovadas por consenso e, no caso de atribuição de subsídios aos Clubes, Colectividades e Associações, se chegasse a um acordo de princípio.

Considera ainda a CDU que, apesar dos «cortes» efectuados nas receitas por exigência da vereação não permanente, os documentos apresentam um conjunto de obras repartidas por todas as freguesias do concelho que vão ao encontro das necessidades da população e que a «não aprovação atempada

do Plano e Orçamento provoca transtornos sérios em toda a organização administrativo-financeira da Autarquia, inviabiliza obras, impede pagamentos aos empreiteiros e produz atrasos irreparáveis nas obras já iniciadas».

Assim, a Vereação Permanente da CMS não vê que haja qualquer motivo para que PS e/ou PSD impeçam a existência dos instrumentos indispensáveis à gestão do Município de Silves, paralisando a sua actividade normal.

Câmara de Cascais Plano de Actividades ignora Carcavelos

O Plano de Actividades da Câmara de Cascais, aprovado exclusivamente com os votos do PS, ignora praticamente os problemas da freguesia de Carcavelos «limitando-se a cobijá-la para fins de especulação imobiliária», denunciam os eleitos da CDU na Assembleia de Freguesia de Carcavelos. Quanto ao Orçamento, aprovado com os votos do PS e do CDS, no que respeita à Freguesia, é «enriquecido» pelo dinheiro proveniente da Feira de Carcavelos mas «muito pobre em obra feita» e «completamente alheio aos problemas de fundo».

Em tempo oportuno, os vereadores da CDU solicitaram ao Presidente da Mesa da Assem-

bleia de Freguesia de Carcavelos uma reunião para discutir o Plano de Actividades da Câmara. Era sua preocupação debater e «salvaguardar» os interesses dos moradores de Carcavelos para que o Presidente da Junta os representasse na Assembleia Municipal.

Parece, no entanto, que o Presidente da Mesa não sentiu necessidade de discussão, pois, ignorando o pedido daquela Coligação, impediu que a Assembleia desse a sua opinião sobre um documento de tão grande importância para a resolução dos problemas do Concelho e da Freguesia.

Dizem ainda os vereadores da CDU que os eleitos do PS «não se esforçam» por conhe-

cer os *dossiers* da freguesia porque «não precisam»: recebem «ordem superior e partidária» e usam de «autoritarismo» para impedir a discussão dos problemas, não hesitando em prejudicar os interesses dos moradores.

Como prova do que afirma, a CDU refere precisamente os Planos de Actividades e Orçamentos que deixam por resolver os problemas mais graves de Carcavelos. Assim é, por exemplo, com a promoção do ensino pré-escolar, onde o «investimento é zero», a construção e reparação de ATL's e Ludotecas que conta com uma ridícula verba de mil contos, a inexistência de verba para a recuperação do Edifício da Quinta da

Alagoa e de qualquer apoio à juventude e infância e a falta de requalificação urbana de Carcavelos. Quanto ao desenvolvimento económico e abastecimento público, ele «não chega a Carcavelos»: a Feira de Carcavelos «deixou de fazer parte das preocupações» da Câmara e da Junta e quanto à activação do Minimercaço de Sassoeiros para delegação da Junta e ao centro de dia e ATL, aprovados em Assembleia de Freguesia nada consta também no Plano. No que respeita ao meio ambiente, não se prevê a criação de novos espaços verdes nos bairros e apenas o Jardim da Qta da Alagoa é contemplado com uma escassa verba para manutenção.

Homenagem a antifascistas

Manuel da Luz Graça, democrata de Setúbal, que passou grande parte da sua vida nas prisões do regime fascista, foi homenageado na passada sexta-feira, numa romagem ao antigo cemitério da cidade de Setúbal, realizada por iniciativa do Núcleo local da União dos Resistentes Antifascistas Portugueses (URAP).

Participaram na homenagem cerca de meia centena de pessoas, incluindo filhos e netos de Manuel da Graça, tendo falado Álvaro Dias, em nome da URAP de Setúbal.

Na divulgação desta iniciativa - que foi referida em três rádios locais e nos jornais da cidade - foram distribuídos 700 comunicados da União de Resistentes.

Manuel da Graça filiou-se no Partido Comunista Português em 1927. Em 18 de Janeiro de 1934, fez parte do Comité Revolucionário de Setúbal, actuando na clandestinidade durante dois anos. Foi presidente da Associação dos Operários Soldadores e pertenceu ao Socorro Vermelho.

Julgado pelo tribunal Militar Especial, acabou por ser preso em Fevereiro de

1935, passando pelas prisões do Governo Civil, Aljube e Peniche.

Julgado em segundo processo em Maio de 1936, foi-lhe aplicada a pena de 3 anos, logo agravada de 6 anos de desterro, por ser considerado *extremista*.

Esteve quase 10 anos no Campo de Concentração do Tarrafal, de onde saiu em liberdade em Fevereiro de 1945.

Em 1949, quando da candidatura do General Norton de Matos à Presidência da República, é novamente preso e encarcerado em Caxias durante 3 meses, por fazer parte da Comissão de Apoio à Candidatura.

Na homenagem agora prestada, Álvaro Dias sublinhou que o Núcleo de Setúbal da URAP, ao tomar esta iniciativa, pretende, não só «recordar o camarada Manuel da Luz Graça e seu exemplo, como recordar a todos que o fascismo não morreu e de que a vigilância é útil e necessária».

Deniz Jacinto homenageado no Porto

Também no Porto, no sábado pas-

sado, cerca de 150 pessoas participaram num almoço no Hotel Tuella, para homenagear Manuel Deniz Jacinto.

As suas qualidades humanas, a sua obra como homem de teatro, com uma vasta acção repartida por Coimbra e Porto, que ajudou a projectar vários grupos e a formar gerações de actores, a luta antifascista, pela qual sofreu anos de prisão, foram motivo de diversas intervenções, onde perpassaram a amizade, o carinho, a admiração, o reconhecimento.

Entre outros, usaram da palavra Viale Moutinho, em nome da Associação de Jornalistas e Homens de Letras do Porto, Óscar Lopes, Jaime Gralheiro, Raul Castro, Maria Emília Teixeira Sousa, o actual Presidente do TEP, Júlio Gago, grupo a que Deniz Jacinto esteve ligado durante muitos anos. Foi ainda lida uma mensagem da DORP do PCP, que se associou à homenagem prestada.

NACIONAL

Nisa Presidente mantém-se à frente da Câmara

Na sequência da obstrução permanente que os vereadores do PS e do PSD têm colocado ao trabalho autárquico, o Presidente da Câmara Municipal de Nisa decidiu, na reunião de 16 de Dezembro, renunciar ao seu mandato.

Face, entretanto, às manifestações de apoio e de solidariedade recebidas e ao abaixo-assinado com cerca de três mil assinaturas que na segunda-feira passada lhe foi entregue na audiência que concedeu a uma delegação do PCP, a reclamar o prosseguimento do seu mandato à frente da Câmara, José Manuel

Basso entendeu rever a intenção que havia anunciado de se demitir do cargo.

Já anteriormente a grande maioria dos trabalhadores municipais havia subscrito também um documento solicitando idêntica atitude, assim como titulares de vários cargos e importantes sectores da vida local e regional e muitos cidadãos que no mesmo sentido se lhe dirigiram.

Também na segunda-feira, a Comissão Concelhia de Nisa do PCP reafirmou a «sua total e inequívoca solidariedade» para com José Manuel Basso que espera - «se mantenha firme no

seu posto de combate, na defesa dos interesses do concelho e das suas gentes», na continuidade de «obra feita» que a maioria do povo de Nisa «exige que não seja interrompida» e continue «protagonizada pelo mesmo homem» que tem desenvolvido uma acção norteadada «pelo trabalho, pela honestidade, pela competência, transparência e espírito de servir o povo».

«A naturalidade e amplitude de tais manifestações de solidariedade», que em tomada de posição pública, o Presidente da Câmara de Nisa sublinhou não ter sido seu propósito provocar,

levaram a que este não pudesse deixar de corresponder ao que «com sinceridade e preocupação» lhe pede para fazer «um número de munícipes superior» aos que, em 1993, o elegeram Presidente.

Assim, em conformidade com a sua consciência e «com o mais elementar sentido de responsabilidade», ainda que sem «ilusões excessivas», José Manuel Basso afirma clara e inequivocamente que, «até ao final do mandato», tudo fará para «evitar que a Câmara caia naquilo que receberam os munícipes» que apelaram à sua continuação.

EUROPA



Deputados do PCP na direcção do PE

A sessão plenária deste mês do Parlamento Europeu, que termina amanhã em Estrasburgo, foi quase exclusivamente dedicada à eleição dos membros que passarão a integrar os órgãos directivos do PE (presidente, vice-presidente e gestores), para os últimos dois anos e meio de legislatura. Na ocasião, procedeu-se ainda à «rearrumação» dos deputados pelas diferentes comissões e delegações parlamentares.

Neste contexto, e no que concerne aos deputados comunistas, é de destacar a reeleição do deputado Sérgio Ribeiro na função de gestor do Parlamento Europeu, cargo que ocupa desde 1994. Esta eleição ganha particular importância se tivermos em conta que os cinco gestores existentes são os responsáveis pelas questões administrativas e financeiras directamente relacionadas com os deputados e formam, com o presidente e os 14 vice-presidentes, a Mesa do Parlamento.

De sublinhar ainda a eleição de outro deputado do PCP, Joaquim Miranda, para a vice-presidência da delegação parlamentar que se ocupa das relações do PE com os países de África, Caraíbas e Pacífico (ACP).

Em função da referida rearrumação, os deputados do PCP ao PE ocupam agora as seguintes comissões parlamentares: Joaquim Miranda - Orçamentos, Controlo Orçamental e Assuntos Institucionais; Sérgio Ribeiro - Económica, Assuntos Sociais, Direitos da Mulher, subcomissão Monetária e Delegação para a América Central.

De referir ainda os cargos ocupados por outros deputados do Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia (GUE/NGL), onde se insere o PCP. Tendo em conta que se trata de uma formação de 33 deputados numa câmara constituída por 626 é de sublinhar a importância dos cargos que lhes foram confiados: uma vice-presidência do Parlamento Europeu, a presidência das comissões de Assuntos Sociais e da Cooperação e Desenvolvimento, a presidência das delegações para o Magrebe e Transcaucásia e a vice-presidência de outras delegações.

Um jogo viciado

«Viciado» é o adjectivo mais simpático que se pode utilizar para caracterizar a forma como se processa a escolha do presidente do PE.

Rompendo com qualquer lógica democrática, esta eleição resulta de um acordo popular (PPE), segundo o qual o desempenho do cargo é alternado entre os dois (que, em conjunto têm 397 dos 626 deputados...). Como se isso não bastasse esta alternância é, de 1989 para cá, também determinada pelos países que têm as maiores componentes dentro de cada um desses grupos, que são a Alemanha e a Espanha.

Assim, sabendo-se que o presidente cessante era um deputado alemão do PSE, através de um fácil exercício de lógica (?) descobrimos que o novo presidente será um espanhol do PPE. Mais exactamente, o deputado Gil-Robles, que foi eleito com 338 dos votos.

Uma segunda candidatura foi protagonizada pela deputada francesa Catherine Lalumière (ex-secretária-geral do Conselho da Europa e actual presidente do Grupo Aliança Radical Europeia). À partida sem hipóteses de ser eleita, o gesto serviu para denunciar e protestar contra esta perversão do sistema democrático que em nada contribui para o prestígio da instituição.

Esta iniciativa contou com um amplo apoio dos deputados de outros grupos que assim se distanciaram da jogada popular-socialista e o resultado acabou por ser mais que simbólico. Surpreendentemente, Lalumière obteve 177 votos, o que funcionou como um sério aviso ao permanente entendimento entre socialistas e democratas-cristãos no PE.

Ensino

Tempo a mais na escola, a menos no estudo



Horários sobrecarregados e com «buracos» limitam o tempo para estudo e formação, prejudicando o rendimento dos alunos

O relatório/balanço que acaba de sair, elaborado pelo Conselho Nacional de Exames do Ensino Secundário sobre os exames de 1996, chega a interessantes conclusões que não só põem em causa a Reforma levada a cabo pelo Ministério da Educação como deixam vislumbrar o estado em que se encontra o ensino secundário.

De horários totais de 12 horas semanais e grande disponibilidade que caracterizavam os anteriores programas do 12º ano, passou-se agora para uma carga horária de 31 horas que se traduzem de facto por uma permanência de 40 horas dos alunos nas escolas. Esta ocupação intensiva, que tem como consequência práti-

ca a falta de tempo e disponibilidade para o estudo individual, para formação e desenvolvimento de qualquer actividade desportiva ou de lazer, acompanha programas que em muitos casos «pecam pelo excesso de temáticas» e por uma «pseudoprofundidade», salienta ainda a CNEES no seu relatório.

A articulação entre o básico e o secundário, através de algumas medidas de correcção, é uma das sugestões feitas pela CNEES que considera existir neste momento um acentuado fosso entre estes dois graus de ensino, de que as elevadas taxas de insucesso escolar no 10º ano são prova.

Redução da carga horária, desdobramento dos cursos de carácter geral em «variantes vocacionais mais restritas e coerentes» e alteração do actual sistema das provas globais são outras sugestões da CNEES que, temendo que o «demonismo» e o «desencanto» passem a dominar as escolas secundárias, defende também para os professores o papel de «parceiros de descoberta» e não o de meros «transmissores de «conhecimentos»».

Vialonga

Um balanço positivo

A CDU de Vialonga realizou, sábado passado, na Casa do Povo, um Encontro aberto à população para fazer um balanço do trabalho desenvolvido no presente mandato e perspectivar as próximas eleições autárquicas.

Na apresentação do trabalho desenvolvido, Carlos Braga, presidente da Junta de Freguesia, realçou as várias acções e melhoramentos realizados, em particular o aumento de zonas verdes, a criação de uma biblioteca, um atelier e de uma galeria de arte, as iniciativas com idosos e crianças da freguesia e ainda o apoio às escolas, colectividades e instituições.

Carlos Braga considerou o Plano Director Municipal e o Plano de Pormenor da zona de expansão, em fase final de aprovação, como instrumentos fundamentais para um crescimento ordenado e sustentado e referiu alguns objectivos fundamentais, como o

arranque da construção do novo mercado retalhista e a construção de uma «Casa da Juventude», de par de outras obras, cuja concretização depende do apoio financeiro do poder central.

No encerramento do Encontro, o vereador Rui Brioso chamou a atenção para a importância da realização do Fórum «Vila Franca de Xira - Séc. XXI», em Abril e Maio, convidando à mais ampla participação de todos.

Recursos hídricos na dependência de Espanha

«O governo do PS (tal como o anterior) não tem qualquer visão estratégica para a gestão dos nossos recursos hídricos capaz de garantir um desenvolvimento ecologicamente equilibrado, e se limita, tão-só a ficar a aguardar as decisões do actual Governo de Espanha» - afirma o Partido Ecologista «Os Verdes», na sequência das informações prestadas pela ministra do Ambiente na Assembleia da República.

«Os Verdes», que já há quatro anos suscitaram esta questão junto da opinião pública, consideram que «a falta de tomada de iniciativa, a diplomacia de circunstância e os atrasos de Portugal continuam a ser preocupantes».

A assinatura do novo Convénio com Espanha (que substitua os de 1964 e 1968) ainda nem data marcada tem. Os mecanismos de controlo da quantidade e qualidade da água que nos chega dos rios internacionais continuam a ser de discutível eficácia. A revisão da Lei da Água (a actual é de 1919) continua sem prazo definido e a elaboração de alguns planos de bacia só agora foram iniciados.

Uma situação que levou o Partido Ecologista «Os Verdes» a concluir que «vai sendo tempo de o Ministério do Ambiente justificar a sua existência».

INTERNACIONAL

Cessar-fogo iminente no Ulster

O IRA declarou na semana passada estar pronto «a assumir as suas responsabilidades», criando as «condições necessárias para um verdadeiro processo de paz», não obstante a presente campanha de «operações militares». O IRA, assumindo «plenamente a decisão» de interromper o cessar-fogo em Fevereiro último, afirmou que a paz foi «progressivamente estrangulada por John Major e o seu gabinete». Segundo um comunicado, o objectivo da organização é conseguir «uma paz duradora que requer negociações sem exclusões», em paralelo com a «reunificação do país».

Americanos defendem Cuba

Um grupo de ex-congressistas norte-americanos pediu às autoridades dos EUA que modifiquem a sua política em relação a Cuba, no regresso de uma viagem de uma semana a Havana, onde se encontraram com ministros, funcionários, agricultores, líderes eclesiásticos e estudantes. Os ex-parlamentares republicanos e democratas defenderam, em conferência de imprensa, que os Estados Unidos devem rever a sua posição, incluindo o bloqueio. Segundo estes políticos, Cuba não é um «exportador de conflitos» e os EUA devem procurar entender «a forma de pensar» dos cubanos com vista a uma melhoria das relações entre os dois países.

A Espanha em greve

Milhares de funcionários públicos espanhóis cumpriram mais uma greve e participaram em dezenas de manifestações, no sábado, protestando contra o congelamento de salários em 1997 decretado pelo Executivo de José Maria Aznar. Segundo os sindicatos, a paralisação contou com uma participação de mais de 80 por cento dos trabalhadores convocados. Correios, ensino e saúde foram os sectores onde se registou uma maior adesão, apesar dos serviços mínimos decretados pelo Governo. A TVE só emitiu em directo os telejornais.

Peru
Os motivos da luta

Das 600 pessoas sequestradas na Embaixada do Japão, em Lima, o Movimento Revolucionário Tupac Amaru (MRTA) mantém em seu poder ainda 74. As negociações com o Governo mantêm-se num impasse. O segundo encontro entre as duas partes, previsto para domingo, acabou por não se realizar, depois dos revolucionários dizerem que só se reuniam com Domingo Palermo, o ministro da Educação e mediador do conflito, se os seus companheiros presos fossem libertados. Mas, afinal, o que é o MRTA e o que pretendem os revolucionários?

«O MRTA, como organização política, procura modificar a sociedade peruana, transformando-a numa sociedade com justiça social, que valorize os seres humanos que vivem neste país.» É assim que o Movimento Revolucionário Tupac Amaru se define, na sua página da Internet.

Ao presidente Fujimori acusam de se aliar «aos sectores mais retrógrados das forças armadas e do serviço de informações nacional, assumindo o programa político e económico que as empresas transnacionais, através do Fundo Monetário Internacional, lhe impõem». E vão mais longe: «Para o cumprimento deste programa político, o sr. Fujimori violou todo o ordenamento legal e jurídico, que jurou cumprir ao assumir o mandato de presidente constitucional do Peru.»

Com origem em diferentes forças de esquerda, o MRTA

surgiu em 1984, aproveitando o nome de Tupac Amaru, símbolo da luta do povo peruano contra o

opressor. Este índio foi esquartejado numa praça pública por liderar uma importante rebelião anticolonialista contra o domínio espanhol.

«Apresentamo-nos como uma organização política e militar, não para seguir uma ideologia específica, mas porque as condições históricas do povo do Peru sempre se caracterizaram pela violência das lutas de classe», afirmou numa entrevista um dos seus líderes, o comandante Andres, justificando assim o uso da violência. «A história do uso da violência pelos opressores fez-nos aperceber que a única

maneira de operar uma mudança radical na sociedade peruana será através da violência revolucionária.»

Os revolucionários procuram um novo regime para o seu país. «Tentamos pôr a realidade peruana acima de qualquer ideologia política pré-definida. Esperamos construir o socialismo, porque o capitalismo não é nem apresenta possibilidades de vir a ser a solução para os problemas do Peru. Propomo-nos implementar um socialismo apropriado às condições peruanas.»

E isso significa o quê concretamente? Segundo o comandan-



O MRTA tem como raiz a pobreza extrema em que a esmagadora maioria da população está mergulhada



te Andres, o MRTA defende «uma democracia numa sociedade muito participativa. Não uma democracia eleitoral de cinco em cinco anos, mas uma democracia onde os homens e as mulheres estejam envolvidos no seu local de trabalho, na sua comunidade, na sua vizinhança e em que decidam o seu próprio destino».

Para além da distribuição de propaganda, o MRTA leva a cabo diversas acções: tira alimentos de grandes cadeias de supermercados e distribui-os pela população, apoia associações profissionais e dinamiza organizações urbanas e rurais contra as forças policiais.

A existência deste movimento, bem como de outras organizações armadas latino-americanas, tem como raiz a pobreza em que a esmagadora maioria da população está mergulhada. Vinte por cento dos peruanos encontra-se numa situação de miséria extrema. A camada mais rica (dez por cento) possui 80 vezes mais recursos do que os dez por cento mais pobres.

Jugoslávia

Resultados eleitorais vão ser revistos

Trezentas mil pessoas concentraram-se na terça-feira no centro de Belgrado, protestando contra as alegadas fraudes eleitorais ocorridas nos escrutínios de 17 de Novembro de 1996. As manifestações entraram já na oitava semana.

O Governo ordenou uma revisão «o mais rápida possível» dos resultados das municipais. Isto porque, «reconhece a necessidade de respeitar integralmente a vontade dos cidadãos», como se pode ler num comunicado oficial divulgado nos últimos dias. O Governo pediu igualmente às comissões eleitorais e aos tribunais locais que «estabeleçam as responsabilidades e se pronunciem sobre as penas adequadas nos casos em que registaram falsificação dos resultados eleitorais».

Entretanto, a comissão eleitoral de Nis (no sul do país) recusa-se a aceitar a vitória da oposição naquele círculo, apesar dos pedidos do Governo e do ministro da Justiça nesse sentido. «A documentação

apresentada pelo Ministério da Justiça mostra que a organização política «Juntos» (oposição) obteve 37 lugares no Conselho Municipal, contra 32 do Partido Socialista (no poder) e um do Partido Radical», declaram as autoridades num comunicado. Respondendo à

pretensão da comissão de Nis de convocar um novo escrutínio, o Governo sustenta que se «produziram irregularidades» e exige o reconhecimento dos resultados de Novembro.

A comunidade internacional continua a pressionar Belgrado. Os EUA congelaram as suas

relações oficiais e comerciais com a Jugoslávia e, segundo o Departamento de Estado, encaram «seriamente a possibilidade de aumentar a ajuda aos grupos sérvios» da oposição.

Por seu lado, o ministro dos Negócios Estrangeiros alemão, Klaus Kinkel, ameaçou o

Governo de Milosevic com sanções económicas, enquanto o seu homólogo grego, Theodore Pangalos, considerou que é possível encontrar uma solução rápida para a crise. «Aqueles que podem fazer algo por isso devem fazê-lo imediatamente», afirmou.

3.9 por cento em causa

Segundo o sistema eleitoral jugoslavo, quando não se verifica uma maioria nos círculos eleitorais tem de se realizar uma nova volta. Nas eleições legislativas e municipais, 7644 deputados foram eleitos em 189 municípios. Destes, 7346 (96.1 por cento) foram confirmados na segunda volta de 17 de Novembro. Assim, apenas 3.9 por cento (292 deputados) deveriam ser expostos a novo escrutínio, numa terceira volta.

São estes 3.9 por cento que têm estado em causa nas manifestações de Belgrado. O mesmo é dizer que o que é contestado é o sistema eleitoral oficial da República Federal da Jugoslávia.

Felipe Gonzalez, como representante pessoal do presidente da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa, confirmou isso mesmo no seu relatório sobre o escrutínio, concluído após a sua visita ao país nos fins de Dezembro de 1996.

«Creio que as eleições de 17 de Novembro, consideradas na sua globalidade, e sem ignorar algumas observações críticas sobre o funcionamento do sistema eleitoral, reflectem a vontade da maioria dos cidadãos da Jugoslávia», lê-se no documento.

«Com base nos documentos que consultei, pude concluir que os candidatos da coligação «Juntos» (oposição) venceram as eleições nos municípios de Piro, Kraljevo, Uzice, Smedereska Palanka, Vrsac, Soko Banja, Kragujevac, Pancevo, Jagodina, Nis, Zrenjanin, Lapovo, Sabac, bem como em nove municípios de Belgrado», acrescenta Gonzalez.

E o relatório precisa: «Não há dúvidas sobre os resultados das eleições locais no resto dos municípios, nem sobre o facto de que os candidatos da coligação, composta pelo Partido Socialista da Sérvia, a «Esquerda Jugoslava» e a «Nova Demo-

cracia», receberam a maioria dos votos nas eleições.»

Gonzalez aconselha que «as autoridades e as forças políticas jugoslavas aceitem e se conformem com os resultados das eleições de 17 de Novembro».

«Recomendó que os órgãos superiores da OSCE que apoiem estas conclusões e pressionem urgentemente as autoridades e as forças políticas da República Federal da Jugoslávia a implementarem a vontade dos cidadãos expressa nas urnas, através de medidas adequadas e num espírito de diálogo e cooperação, com o inteiro respeito dos direitos humanos e dos princípios democráticos», conclui.

A intensa campanha de desinformação que está a ser levada a cabo omite, quando não falseia, esta realidade. Um facto a que não são estranhos os desígnios norte-americanos e os planos para o alargamento da Nato.

INTERNACIONAL

Socialistas búlgaros propõem diálogo alargado para estabilizar o país

O Partido Socialista Búlgaro propôs a abertura de negociações com todos os partidos da oposição, dentro e fora do parlamento, admitindo a possibilidade de eleições antecipadas desde que realizadas no quadro da aplicação de um programa nacional anticrise orientado para a resolução dos principais problemas sociais e económicos do país

Em nota divulgada na terça-feira, a direcção do Partido Socialista Búlgaro considera que a grave crise que o país atravessa exige acções de carácter excepcional no plano económico e novas decisões, partindo do princípio de que só será possível aplicá-las na estrita observância da Constituição e leis vigentes e com o máximo apoio popular.

Neste sentido, os socialistas búlgaros propõem um diálogo alargado como as forças políticas com e sem assento parlamentar para debater e implementar um programa nacional anticrise que acabe com a insegurança social, a inflação galopante e o empobrecimento, permita o crescimento económico e diminua o desemprego, a corrupção e o crime.

O documento do bureau executivo do PSB avança com a proposta de realizar negociações que incidam sobre a natureza, composição e apoio parlamentar do novo governo a formar que terá o mandato da esquerda democrática para realizar um programa radical anticrise.

Objecto de negociação são igualmente as prioridades para

a actividade legislativa da 37ª Assembleia Nacional que deverá dar particular atenção à adopção de leis e de um orçamento de estado que possibilitem a introdução da convertibilidade da moeda e criação de condições para a realização de câmbios em instituições do ramo.

Por outro lado, o PSB aceita em princípio a ideia de realizar eleições parlamentares antecipadas no contexto da realização do programa nacional anticrise que estabilize económica e financeiramente a Bulgária.

O bureau executivo protesta veementemente contra as tentativas do Presidente de fazer depender a nomeação do novo Governo de condições políticas, afirmando que Jelev está a bloquear o processo de formação do novo executivo governativo o que representa uma violação da Constituição.

O PSB condena firmemente ainda as tentativas de impor o *ditakt* das ruas contra as instituições do Estado e incita todas as forças parlamentares a condenarem as acções anti-constitucionais e ilegais cometidas nos passados dias 10 e 11 de Janeiro.



A profunda crise económica que afecta a Bulgária exige uma resposta política urgente

Os acontecimentos

Recorde-se que na passada sexta-feira, cerca de 180 pessoas, entre polícias e manifestantes, ficaram feridas, na sequência do assalto ao Parlamento na capital da Bulgária.

O Parlamento foi invadido por centenas de manifestantes, que impediram a saída dos deputados do Partido Socialista Búlgaro, ao mesmo tempo que a União das Forças Democráticas (UFD), o principal partido da oposição, decidia permanecer toda a noite no edifício.

Só depois da intervenção das forças do Ministério do Interior, no dia seguinte, os deputados socialistas puderam sair sob escolta policial, sendo mesmo assim apedrejados pela multidão ali concentrada, que exigia a dissolução do parla-

mento e a marcação de eleições antecipadas.

Em claro apoio dos manifestantes, o presidente Janio Jelev, numa comunicação televisiva, assegurou que não encarregaria os socialistas de formar governo, apesar da Constituição do país o obrigar claramente a encarregar o candidato do maior partido a constituir a equipa governativa.

A crise política surgiu após demissão, em 28 de Dezembro, do Governo socialista liderado por Jan Videnov. Contudo, o PSB declarou que tencionava manter-se no poder até ao final normal da legislatura, em 1998, contando para isso com o apoio de 125 dos 240 deputados, ou seja a maioria absoluta no parlamento.

Todavia, no passado domingo, o presidente do PSB, Gueorgui Parvanov, anunciava a sua disposição para abrir negociações com a oposição para superar a crise, admitido a possibilidade de eleições antecipadas, posição que foi confirmada pela reunião do Bureau Executivo do Conselho Supremo do Partido.

Com uma população que ronda os 8 milhões e meio de pessoas, a Bulgária tem uma dívida externa superior a 8 mil milhões de dólares (mais de mil e duzentos milhões de contos), uma taxa de desemprego de 10,4 por cento e uma inflação gigantesca estimada em 200 por cento ao ano. São estes os problemas que o PSB quer resolver no âmbito de um programa nacional anticrise.

Coreia do Sul paralisada

O Governo sul-coreano anunciou que os custos provocados pelas recentes greves já ultrapassam os 1.6 mil milhões de dólares. Contudo, o presidente Kim Young-Sam não dá mostras de recuos

O que está em causa na recente onda de greve da Coreia do Sul, que constitui o maior protesto laboral organizado na história do país, é a nova lei laboral aprovada a 26 de Dezembro pelo Governo. A nova legislação facilita os despedimentos e aumenta a flexibilidade no trabalho.

Milhares de trabalhadores, estudantes, intelectuais e responsáveis religiosos estão envolvidos nas acções de protesto. As manifestações pacíficas dispersam invariavelmente com o gás lacrimogéneo da polícia antiterrorismo. Seul, Mansan, Ulsan e Chanwon são os principais focos de contestação.

A Confederação de Sindicatos Coreanos (CSC) convocou para dia 14 e 15 uma greve geral. Como resposta, o Ministério da Defesa pôs o exército em estado de alerta. A agência noticiosa sul-coreana fala em 2500 homens.

Entretanto, na segunda-feira mais de cinco mil funcionários públicos tentaram alcançar a catedral de Myongdong, em Seul, vigiados por um número quase igual de polícias. Nesse templo encontravam-se refugiados os dirigentes da CSC, desde 26 de Dezembro.

A Hyundai Motors, o principal fabricante de automóveis do país, anunciou um «lock-out» à totalidade do seu pessoal por tempo indeterminado. A administração da empresa revelou que já sofreu mais de 480 milhões de dólares de prejuízo.

Entretanto, nos Estados Unidos uma centena de pessoas desfilarão na sexta-feira em frente da Embaixada da Coreia do Sul em Washington, exprimindo a sua solidariedade com os trabalhadores asiáticos. Semelhantes acções ocorreram em várias cidades europeias como Madrid, Bruxelas e Genebra.

Médio Oriente mais próximo da paz

Os representantes da Palestina e de Israel voltaram a reunir-se na segunda-feira para concluir o acordo sobre a retirada militar judaica de Hebrón e das zonas rurais ocupadas da Cisjordânia. Yasser Arafat e Benjamin Netanyahu decidiram já que os israelitas abandonarão a Cisjordânia em três etapas, decisão tomada sob a mediação do rei Hussein da Jordânia. Segundo fontes israelitas, a retirada desta zona inicia-se a 28 de Fevereiro e termina a 31 de Agosto de 1998. Os negociadores discutiram ainda outros assuntos, nomeadamente a libertação de prisioneiros palestinos, a construção de um aeroporto perto de Rafah, de um porto marítimo próximo de Gaza e a entrega de palestinos envolvidos no assassinato de israelitas.

Altas taxas de mortalidade no Zaire

A taxa de mortalidade no leste do Zaire aumentou de 2.1 para 3.8 por 10 mil entre os refugiados, revelou a UNICEF.

Estes números devem-se essencialmente à penúria alimentar e às dificuldades de transporte: as estradas são más e pouco seguras e o aeroporto local só permite aterragens de aviões de pequeno porte. «São taxas idênticas às registadas recentemente aquando das vagas de seca na Etiópia e na Somália», precisou a porta-voz da organização numa conferência de imprensa.

Entretanto, os rebeldes zairenses acusaram as tropas da Unita de terem feito do Zaire «a sua base de apoio» e de serem o braço direito do presidente Mobutu Sesse Seko. Mas, segundo os rebeldes, não são só angolanos que estão a soldo de Mobutu. Também existem mercenários da França, da Bélgica, da África do Sul e do Togo em território zairense. No caso sul-africano, asseguraram que se trata de uma empresa privada, a Executive Outcomes. «Eles foram para Angola, para a Serra Leoa e agora encontraram o seu bastião em Mobutu», afirmaram os rebeldes. Nos últimos três meses, os rebeldes conquistaram uma faixa de território com mais de 600 quilómetros ao longo das fronteiras com o Uganda, o Ruanda e o Burundi.

Ocidente responsável por situação argelina

Ait Ahmed, líder da Frente de Forças Socialistas argelina, responsabilizou o Ocidente, e em especial a França, pela actual situação política na Argélia. «Os países ocidentais devem assumir as suas responsabilidades no agravamento da situação na Argélia, já que são cúmplices do poder com o seu apoio financeiro, político e diplomático», afirmou numa entrevista a um diário saudita, citado pela agência noticiosa Lusa.

Chamando a atenção para o perigo da situação na Argélia degenerar numa semelhante à da Somália, Ahmed afirmou que «as milícias criadas pelo poder, que actuam sem nenhum res-

peito pelas leis e que fomentam os sentimentos de ódio e vingança entre famílias e tribos, ameaçam todo o tecido social».

«A tática do poder é não dispersar as suas forças armadas por todo o território e abandonar a população aos actos de violência», acrescenta.

Mais de 60 mil pessoas morreram na Argélia vítimas de violência política, desde 1992, data em que o exército suspendeu o processo eleitoral em curso e em que os fundamentalistas da Frente Islâmica de Salvação se perfilavam como vencedores.



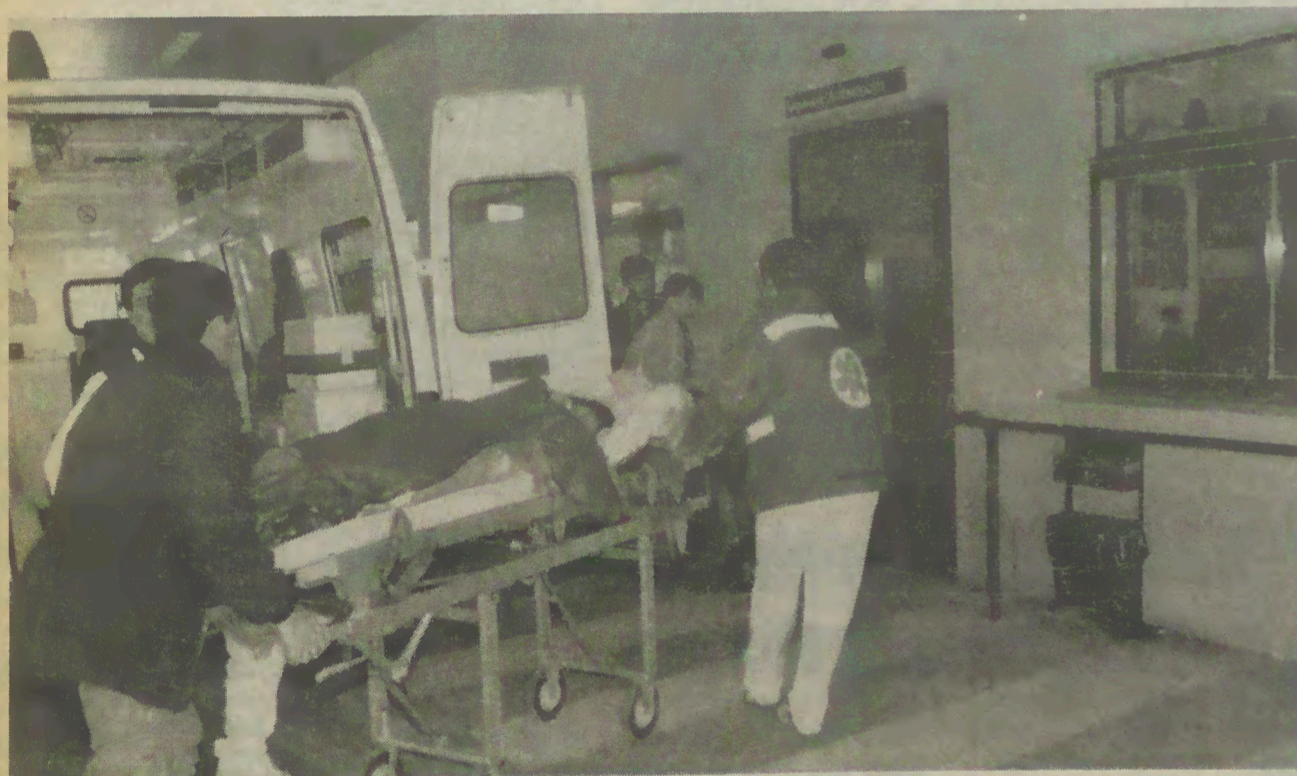
Mulheres, crianças e velhos massacrados há alguns dias perto de Argel

Hospital Amadora-Sintra

A lógica do lucro

A história do Hospital Prof. Dr. Fernando da Fonseca, que serve a vasta área de Amadora/Sintra, com uma população de cerca de meio milhão de pessoas, é antes do mais a história da afirmação de interesses privados face à exigência pública do direito à saúde. A um arrastado ano de uma abertura sempre adiada, soma-se agora um ano de polémico funcionamento. A experiência da administração privada de bens públicos, que alguns gostariam de arvorar em exemplo a frutificar, é frontalmente contestada pela Comissão de Utentes do Hospital, pelo poder local e pelos sindicatos, que defendem que o lucro como objectivo não se coaduna com serviço público. É o direito à saúde que está em causa.

O Hospital Amadora-Sintra é criado por decreto de Outubro de 91, dotado de um serviço de urgência geral, pediátrica e obstétrica, e o respectivo regime de instalação previsto pelo período de dois anos e depois prorrogado até Outubro de 1994.



Breve historial de uma abertura sempre adiada

1980 - Assembleia Municipal da Amadora reinvidica construção do Hospital.

1983 - Governo começou a estudar as hipóteses de comprar terrenos.

"Público" - 11/10/95

1993 - "A consignação dos trabalhos ocorreu em Novembro de 89, o prazo de execução do projecto era de 40 meses e, portanto, a obra deveria estar concluída em 1993".

Declarações do Presidente da Câmara Municipal da Amadora ao "Público" em 1 de Abril de 1992

Julho/1994 - Ministro da Saúde, Paulo Mendo, afirmou em Janeiro de 1994 que o Hospital Prof. Fernando da Fonseca (HFF) abriria naquela data.

Novembro/94 - Início da admissão de doentes, segundo dossier entregue pelo ministro Paulo Mendo a deputados do PSD em visita à nova unidade hospitalar.

Finais de 1994 - O mesmo ministro afirma nas Jornadas do Parlamento Aberto para a Saúde, iniciativa do PSD, que a abertura do Hospital seria no fim do ano.

"Notícias da Amadora" - 27/4/95

Abril/1995 - "Tudo estará a funcionar em Abril de 1995"

Declarações do Dr. Rafael Ferreira, presidente da Comissão Instaladora - Boletim Municipal da Amadora - Outubro/94

Maió/1995 - A entrada do Hospital em funcionamento deverá ocorrer em Maio - "Notícias da Amadora" - 19/1/95

"Do ponto de vista da construção civil e acabamentos o Hospital está pronto e também mais de 90% do equipamento está entregue"

Mas a longa história da sua instalação estava então apenas no início. Completamente equipado em Novembro de 1994, mas sucessivamente adiado, o Hospital só viria a abrir portas em Dezembro de 1995. A abertura das urgências foi sucessivamente protelada até Abril de 1996.

Ao longo de todo este período, os custos da obra foram subindo. Um projecto para desenvolver entre 1987 e 1992, com um custo de 7,4 milhões de contos, acabou por orçar em cerca de 20 milhões de contos (instalações e equipamentos), um agravamento de custos superior a 145 por cento.

É este o equipamento entregue a uma entidade privada, a quem o Estado se comprometeu ainda a pagar, a título de despesas de funcionamento, 7,8 milhões e contos anuais, sujeitos a actualização consoante a inflação.

Protestos ignorados

Os protestos da Comissão de Utentes, de autarquias e sindicatos e na Assembleia da República acompanham todo o evoluir deste processo.

Antes da entrega definitiva da gestão do Hospital à actual administração, a Comissão Executiva da CGTP-IN e os sindicatos dos Médicos, Enfermeiros, Função Pública e Paramédicos, em posição conjunta, exigiram a devolução do Hospital aos seus utentes legítimos, os habitantes dos concelhos da Amadora e Sintra, e a sua integração no Serviço Nacional de Saúde (SNS).

Os sindicatos chamaram então a atenção para diversos factos:

- A pretensão do consórcio, de que fazem parte os Mellos, de entregar à exploração de outras entidades privadas serviços como as urgências, análises clínicas e radiologia;

- A situação de precariedade laboral, que leva a uma baixa qualidade de trabalho, agravada ainda pelo facto de os serviços serem explorados por diversas entidades, o que torna fácil o diluir de responsabilidades;

- As intenções do consórcio de atender utentes de quatro proveniências: Serviço Nacional de Saúde, privados, Companhia de Seguros Império e subsistemas de saúde. Naturalmente com prejuízo dos utentes do SNS.

Ao fim do primeiro mês de actividade, a Comissão de Utentes opunha, ao balanço optimista apresentado pela empresa gestora do Hospital, um quadro bem menos brilhante. E referia factos como - os enfermeiros "ou são recém-formados ou trabalham em duplo emprego (com cargas horárias de 16 horas diárias)"; "as equipas médicas de serviço nas urgências continuam incompletas e por esse motivo há médicos a trabalhar 24 horas diárias seguidas"; "unidades complementares equipadas encontram-se ainda por abrir"; as condições de atendimento dos doentes - nas urgências - "são extremamente deficientes, originando situações de espera de 3, 4, 5 e mais horas".

Urgências esgotadas

É nas urgências - que viriam a abrir de forma faseada - que se concentram os maiores problemas e se registam mesmo algumas histórias dramáticas.



Que fazer? Nós não vamos parar

"O que nós dizemos, sobre o Hospital Amadora-Sintra - é que é uma unidade privada de novo tipo, porque de privado só tem os lucros. Quem está na verdade mantendo esta unidade hospitalar é o erário público - é o dinheiro de todos nós" - é o comentário de Sérgio Soares, da Comissão de Utentes do Hospital Amadora-Sintra, em breve historial da acção desenvolvida por esta Comissão, e das razões do prosseguimento da sua luta.



Sérgio Soares da Comissão de Utentes

Texto de
Lígia Calapez
Fotos de
Jorge Caria



Condições de assistência Casos concretos

Amélia Rosa Navalhinhas Lúcio foi levada pelo marido ao Hospital Amadora-Sintra, no dia 5 de Fevereiro de 1996, cerca das 13:15, por se ter sentido mal.

Foi-lhe diagnosticada uma gastro-enterite.

A doente foi conduzida a uma enfermaria onde lhe aplicaram soro. Acabou por ser operada entre as 19 e as 21:45 horas.

Para a intervenção era necessária a presença de dois cirurgiões. Porém, só estava presente um porque o outro foi pedido antes do início da operação e demorou a chegar. A doente faleceu durante a intervenção.

A autópsia deu como causa do falecimento "aneurisma da horta abdominal".

A doente faleceu cerca das 21:45 horas e o marido só foi informado no dia seguinte, por volta das 10 horas.

António Ferreira de Sousa entrou no Hospital Amadora-Sintra no dia 8 de Junho de 1996, cerca das 8 horas, com sintomas de intoxicação alimentar.

Observado por uma médica, foram-lhe prescritas análises e uma radiografia.

Por volta das 13 horas, foi-lhe entregue uma carta e recomendado que teria de voltar ao Hospital, no dia 13 de Junho,

para uma consulta. Nada lhe foi receitado, tendo-lhe sido dada alta.

Nestas condições, dirige-se ao Hospital de Santa Maria onde é observado e lhe são feitos os mesmos exames (em uma hora e quarenta minutos, enquanto no Hospital Amadora-Sintra demoraram cerca de quatro horas).

O doente é aqui imediatamente medicado.

Augusto Simões Barata, de 70 anos de idade, deu entrada no Serviço de Urgência do Hospital pelas 00H30 do dia 13 de Junho de 96, queixando-se de uma forte dor abdominal, vômitos, grande cansaço e alguma dificuldade respiratória.

É observado, cerca de 30 minutos depois e faz um electrocardiograma e análises de sangue.

Verificou-se ter havido um engano, devendo o doente fazer uma ecografia abdominal.

A médica de serviço considerou, entretanto, que o doente deveria voltar para a urgência, pois não lhe faria o exame necessário porque "não estava por enganos às 2 da manhã".

Por intervenção de outra médica, o doente é observado e entra no S.O. por volta das 5 horas.

Faleceu às 5H50.

A Comissão de Utentes surge em

Dezembro de 1994 "quando a população se apercebe das intenções do governo - entregar o Hospital Amadora-Sintra a uma entidade privada".

Nasce assim a partir de um movimento de cidadãos, "que culmina com uma reunião nos Bombeiros Voluntários de Quezuz, onde é lançada a ideia de formação de uma Comissão de potenciais utentes do Hospital e elaborado um documento, subscrito por médicos, autarcas e diferentes personalidades".

O primeiro passo será "a dinamização de um abaixo-assinado, que recolhe cerca de 13 mil assinaturas e que entregámos em Janeiro/Fevereiro de 95 - ao primeiro-ministro de então, ao ministro da Saúde, aos grupos parlamentares e ao presidente da Assembleia da República", lembra Sérgio Soares.

Posteriormente, no desenvolvimento do processo, "fizemos várias conferências de imprensa, fomos recebidos pelos grupos parlamentares (do PS e do PCP) e, por iniciativa do grupo parlamentar do PCP - já no ano passado, em Março de 96 - pela Comissão Parlamentar de Saúde da Assembleia da República, onde deixámos um processo sobre a situação do Hospital".

Em termos de apoio da população, sublinha Sérgio Soares, "as iniciativas

públicas que temos desenvolvido sempre tiveram grande participação. As autarquias locais dos dois concelhos - Amadora e Sintra, nomeadamente as Juntas de Freguesia - têm participado activamente no movimento. Aliás, foi a Câmara Municipal da Amadora a lançar o movimento. Depois houve também tomadas de posição da Assembleia Municipal de Sintra e da própria equipa camarária de Sintra. A maioria das Assembleias de Freguesia da zona tomaram posição, reivindicando que o Hospital fosse integrado no Serviço Nacional de Saúde".

Mais recentemente, no quadro do actual governo, uma delegação da Comissão de Utentes foi recebida pela ministra da Saúde, "que manifestou as suas preocupações, mas dizendo que a decisão tinha sido tomada pelo anterior governo, que o contrato estava assinado e que pouco poderia fazer. Que iria estar atenta ao desenvolvimento do processo.

"Quando ao grupo parlamentar do PS - a ideia é a sempre a mesma - aceitamos as nossas preocupações, que são pertinentes, mas estão muito apostadas na experiência, dizem que acreditam que será possível este tipo de resposta".

A nossa resposta, diz Sérgio Soares, "é que, na prática, os dividendos desta experiência estão a ser pagos pelo cidadão que lá vai ao Hospital".

Quando o Hospital foi entregue, pelo anterior governo, a uma entidade privada, "foi anunciado, com toda a pompa, que agora sim, haveria uma prestação de cuidados de saúde de acordo com aquilo que qualquer cidadão merece".

"Manifestámos, de imediato, as nossas preocupações. E a verdade - comenta Sérgio Soares - é que nenhuma destas promessas se cumpriu. O que até se compreende - porque uma entidade privada quer tirar os seus lucros.

"Nós até dizemos que estamos na presença de uma entidade privada de novo tipo. Ou seja - recebe um hospital construído e equipado, cujo orçamento ronda os vinte milhões de contos. Recebe anualmente 7,8 milhões de contos para a sua gestão. Precisa de preencher os seus quadros - preenche-os através de requisição."

E Sérgio Soares refere "um exemplo concreto de que, na verdade, do que se trata é de pura exploração, de tirar os maiores dividendos dos milhões que recebe: há uma normativa que diz que cabe ao médico que examina o doente o requisitar os exames necessários. Mas o que é que sucede? Os Centros de Saúde mandam para o Hospital Amadora-Sintra os doentes que precisam de ser examinados. O médico do hospital examina-os e reenvia-os depois para o médico de família, para requisitarem no Centro de Saúde

os exames necessários, transferindo assim para os Centros de Saúde as despesas do hospital".

A denúncia desta situação levou mesmo a um encontro com a Administração Regional de Saúde (ARS) de Lisboa, em que foi reconhecida a necessidade de "interferir para acabar com esta ilegalidade". Mas tudo se mantém na mesma.

Esta lógica do lucro reflecte-se nos vários domínios. "A maioria do pessoal está em trabalho precário. Não só enfermeiros, auxiliares, como os próprios médicos. Como é que assim pode haver qualidade neste tipo de serviços?", pergunta-se Sérgio Soares, que sublinha ainda o facto de não estar a ser cumprido o que consta do Contrato de Gestão.

"Por exemplo - no "Público" de 1/5/96, o administrador do hospital diz que, a nível do pessoal, esta unidade hospitalar tem 280 médicos. Ora no Contrato de Gestão, estavam previstos 282 médicos. Nesta mesma entrevista, refere-se a existência de 600 enfermeiros, quando no mesmo contrato se considerara a necessidade de 620.

No "Diário de Notícias" de 1/5/96, o mesmo responsável fala de urgências em excesso e refere o número de 300 doentes por dia... quando o contrato assinado estipula 325. E na sequência disto, exigia, para requisitarem no Centro de Saúde

O mais grave "é que - nessa mesma altura - havia médicos a trabalharem 36 horas e enfermeiros a trabalharem 16 horas seguidas. Uma situação a que há que acrescentar - de par da prática corrente do recibo verde - a inexistência de parte do pessoal".

É nas urgências - numa região que abarca cerca de meio milhão de pessoas - que se registam os maiores problemas. "Por vezes só dois dos oito gabinetes existentes estão abertos. Por isso há doentes que entram às 6 da manhã, e às duas da manhã do dia seguinte ainda não estão atendidos".

Face a esta situação, a luta desenvolvida pela Comissão de Utentes vai continuar.

"Neste momento, estamos a procurar elaborar mais um relatório de todo este processo - reunindo um conjunto de documentos - e tomá-lo público no dia em que o hospital faz um ano de abertura - em Fevereiro de 97.

"Um relatório que entregaremos também às entidades que temos vindo a contactar - Assembleia da República, ministro da Saúde, ARS de Lisboa, Provedor da Justiça".

E Sérgio Soares conclui - "Que fazer? Nós não vamos parar!"

O debate sobre a regionalização e a duplicidade política

OS QUE TANTO gostam de falar do «país real» têm um motivo de reflexão: concluído o período de debate público acerca da regionalização no passado mês de Dezembro, a grande maioria dos municípios (80,4% do total no Continente) pronunciou-se sobre a matéria a propósito da consulta a que a Assembleia da República procedeu e quase todos o fizeram favoravelmente. As respostas atingiram 100% nos distritos de Beja, Évora, Setúbal e no Algarve. A tudo isto juntam-se sondagens que apontam invariavelmente para uma maioria favorável à instituição em concreto das regiões.

Este processo é exemplar porque ilustra bem algumas características do debate político em Portugal.

Em primeiro lugar, o PSD quando está em dificuldades propõe um referendo. No caso presente, há-de chegar provavelmente o momento em que o seu líder e a sua direcção hão-de ter que passar da proposta de referendo à posição de fundo. Vai adoptar a posição da maioria dos eleitos autárquicos, dos Deputados da Assembleia Constituinte, dos deputados que aprovaram a Lei Quadro das Regiões Administrativas (Lei nº 56/91), em qualquer caso por unanimidade, ou vai adoptar a posição de Cavaco Silva e do Governo anterior, que contrariou a partir de 1993 o Programa Eleitoral e o Programa de Governo do PSD e as posições anteriores deste Partido?

Em segundo lugar, é exemplar a duplicidade do «argumento europeu»: serve e é invocado para privatizar, para privilegiar o mercado único, a moeda única, os critérios de convergência e o neoliberalismo; não serve para democratizar a administração regional ou as polícias, para reforçar a «coesão económica e social» ou a «igualização ou progresso das condições de vida e de trabalho», objectivos que constam dos Tratados instituintes das Comunidades Europeias. Mais: é conhecido de todos – mas escamoteado por muitos – que as regiões administrativas portuguesas são autarquias locais. Não têm competência legislativa; terão competências administrativas limitadas; não são nem Estados federados, nem regiões-nacionalidade, nem regiões autónomas, pelo que o alegado efeito centrípeta e desagregador previsível é nulo.

Não deixa de ser interessante, aliás, a preocupação com a unidade, coesão, identidade e cultura nacional vinda em muitos casos de quem nunca teve idênticas preocupações quando está em causa a economia do país e a perspectiva da sua diluição dependente nas economias centrais.

Em terceiro lugar, não deixa de ser interessante que o argumento da aproximação do poder das populações sirva para justificar alterações do sistema eleitoral da Assembleia da Repú-

blica, mas já não sirva para instituir regiões com órgãos electivos e, em geral, para descentralizar a Administração Pública em geral.

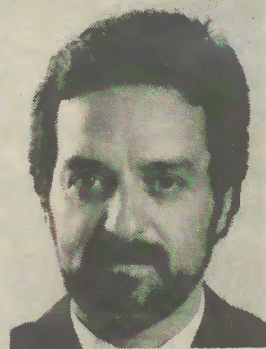
Em quarto lugar, é notável que se muitos dos que manifestam preocupados com o alcance e democraticidade dos poderes regionais futuros – meramente autárquicos e obviamente limitados – são os mesmos que nunca se preocuparam em disciplinar os poderes regionais da direita nos Açores e Madeira, aprovando uma lei de finanças regionais rigorosa, nunca se empenharam em garantir sistemas eleitorais democráticos e em assegurar firmemente o alcance do exercício dos

direitos, liberdades e garantias. Contemporizaram com escândalos como o hiperfinanciamento dos partidos de acordo com os votos nas regiões autónomas. Nunca se preocuparam também em denunciar a administração periférica regional instalada no continente, as centenas de milhões de contos que gere sem controlo político e sobretudo sem controlo popular, as ingerências nos municípios. O próprio relacionamento directo intenso das regiões autónomas com a Comunidade Europeia parece não impressionar, mas já seria um perigo com regiões menos importantes no continente...

Em quinto lugar, é interessante que para um bom número de «líderes de opinião», os lugares na administração periférica do Estado, apesar da sua crescente importância, só não sejam tachos quando entram na categoria dos «jobs for the boys», mas passem a sê-lo quando parece existir a perspectiva de designação de titulares dos cargos por sufrágio universal.

Findo o debate público (com sucessivos prolongamentos), o PS não tem pretextos para novos adiamentos na aprovação na especialidade dos diplomas já aprovados em 2 de Maio de 1996. O povo português tem o direito de conhecer o calendário e as posições do PS, depois de ter cedido à direita, feito tábua rasa dos seus compromissos anteriores e se ter empenhado em negociações de bastidores na revisão constitucional.

Por vezes, afirma-se que as regiões não têm qualquer tradição histórica em Portugal. Não é verdadeiro, e está claramente demonstrado o contrário. Com efeito, a tradição histórica vai no sentido de existirem divisões regionais com base nas quais foi definida a área de actuação territorial da Administração Pública. Desde a Revolução Liberal, e nos períodos de maior descentralização, nas áreas «regionais» passaram a existir estruturas intermédias eleitas (ver, por exemplo, César de Oliveira (dir.), *História dos Municípios e do Poder Local (dos Finais da Idade Média à União Europeia)*, Lisboa, Círculo dos Leitores, 1995, pp. 495 e segs; António Cândido de Oliveira, *Direito das Autarquias Locais*, Coimbra, Coimbra Editora, 1993; José Antó-



LUÍS SÁ
Membro
da Comissão Política

O povo português tem o direito de conhecer o calendário e as posições do PS, depois de ter cedido à direita, feito tábua rasa dos seus compromissos anteriores e se ter empenhado em negociações de bastidores na revisão constitucional.

nio Santos, *Regionalização: Processo Histórico*, Lisboa, Livros Horizonte, 1985, passim). Só assim não aconteceu nos períodos de centralização e de ditadura. Neste caso, os próprios presidentes de câmaras eram nomeados pelo Governo central. Seria essa, na opinião do regime de então, a única forma de garantir a unidade nacional. Esta situação levava mesmo a afirmar que a administração a cargo das autarquias não passava de «administração indirecta do Estado» (António Pedrosa Pires de Lima, «Autarquia Local», in José Pedro Fernandes (dir.), *Dicionário Jurídico da Administração Pública*, volume I, p. 598). A nomeação governamental do presidente da câmara era apresentada como meio para «investir na função o mais capaz» (idem, p. 599), o que não ficaria assegurado pelo voto popular...

O que está agora em causa com a regionalização é também, fundamentalmente, dotar de legitimidade democrática poderes que já existem, já estão instalados na periferia, mas não respondem pelos seus actos perante as populações. Não instituir as regiões administrativas será seguir uma outra tradição, a dos períodos de centralização e autoritarismo.

Afirma-se, é certo, que Portugal é um país pequeno e por isso não precisaria de regiões. Estas só fariam sentido em países de grande dimensão. Quando assim se argumenta omite-se que países da Comunidade Europeia com a dimensão de Portugal, ou mais pequenos que Portugal, estão regionalizados. É o caso da Áustria, Bélgica, Dinamarca, Holanda. As suas estruturas intermédias de poder têm em média menor área e menos população do que teriam as regiões do modelo que está proposto para Portugal. Afirma-se também que só faria sentido regionalizar para resolver problemas étnicos ou culturais que não existiriam em Portugal. Omite-se, porém, que existem regiões noutros casos e por outras razões e que nem a regionalização tem que ter por fundamento problemas étnicos, e muito menos nacionalidades, nem tem de os criar onde não existem. Há muitos casos em que a regionalização tem outras razões, como organizar a Administração Pública de um país de forma mais racional e participada, promover o desenvolvimento, aprofundar a participação e os direitos de cidadania.

Uma coisa parece certa: vivemos num país de assimetrias. À desigualdade de rendimentos e à desertificação de vastas áreas, soma-se um quotidiano violento nas zonas supostamente mais desenvolvidas, afectadas também pelo desordenamento e a degradação do ambiente. São as assimetrias e desigualdades de crescimento e a vida quotidiana desumanizada em áreas supostamente mais desenvolvidas que podem provocar dificuldades na unidade e coesão do país. Pelo contrário, a justiça, a igualdade de direitos e a correcção de assimetrias pode construí-la. A eleição de municípios e freguesias depois do 25 de Abril, com o pluralismo partidário no seio dos seus órgãos, não desagregou o país nem dividiu as populações. Pelo contrário. O mesmo aconteceria com as eleições de órgãos de autarquias regionais no Continente.

O debate público sobre a regionalização foi uma vitória, mas o combate pelas regiões tem que prosseguir. É uma batalha pelo progresso do País, pelos direitos das populações e por mais democracia.



Cimeira de Dublin

Mais euro,
menos emprego

O ano de 1997 vai ser marcado na Europa, e também em Portugal, pela questão da moeda única e pelos problemas sociais que decorrem da política económica e financeira imposta como «modelo único» a toda a União Europeia.



João Amaral

As tensões entre os governos dos países membros vão aumentar, tendo por base as diferentes interpretações, mais ou menos rígidas, dos critérios de Maastricht, e ainda a questão da forma de medir e controlar o cumprimento destes critérios por cada Estado. Os confrontos entre o pequeno grupo de países de economia forte e os países «periféricos» vai subir de tom. Simultaneamente, as tensões sociais vão também agudizar-se, à medida que se vai avolumando a factura social de Maastricht e do processo da moeda única. A luta dos agricultores gregos, as manifestações grandiosas dos funcionários públicos em Espanha, os bloqueios dos camionistas franceses ou as manifestações que em Itália, particularmente, em Roma, trouxeram à rua centenas de milhares de italianos (contra o Orçamento de Prodi, e o seu imposto «europeu»), são sinais de uma forte disposição de luta. Disposição que se afirmará cada vez mais, à medida que o desemprego e a exclusão social crescerem e que se multiplicarem as falências de milhares de pequenas e médias empresas, apanhadas na tenaz das restrições do consumo privado, da concorrência impiedosa dos grandes empórios e da pressão do crédito bancário.

à moeda única é completa. Quanto ao PP, que fez na campanha eleitoral muita demagogia em torno da moeda única, tornou-se um declarado e assumido esteio das medidas económicas e financeiras necessárias para o cumprimento dos critérios de convergência nominal, já que viabilizou os Orçamentos do Estado para 1996 e 1997, orçamentos feitos sob a óptica da aceitação das imposições do Tratado de Maastricht.

Polarizando o PCP a oposição consequente à política de Maastricht e à corrida cega para a moeda única, pareceria que lhe seria possível desenvolver e dar eco sem grande dificuldade a uma campanha política de esclarecimento e combate em torno dessa problemática. Não é assim, por várias razões. Primeiro, porque quem quer à força que exista em Portugal um modelo político bipolar, centrado no PS e no PSD, considera os pontos de entendimento entre eles como «questões de grande interesse nacional» sobre as quais existe um «largo consenso», e, daí, arreda essas questões dos temas políticos: não há confronto entre PS e PSD, logo não é «política», e não tem interesse. Segundo, a questão da moeda única não tem «picante», como sucede por exemplo, neste momento, com as acusações de António Campos ao Ministro da Agricultura ou com as aventuras do Ministro da Administração Interna com a PSP, e daí, se não é «picante», não tem interesse jornalístico e não há notícia. Terceiro, porque as autoridades da União Europeia, incluindo os governos dos países membros, não querem que se discuta a moeda única, querem que se fale dela sem excessos, e, principalmente, como se tratasse de uma coisa já decidida e inevitável.

O debate necessário

Para vencer a obstrução ao debate sobre a moeda única, é necessário que as forças empenhadas nesse debate aproveitem todas as oportunidades para chamar a matéria à agenda política. E é particularmente oportuno fazê-lo num momento em que o PP e a sua demagogia se encontram claramente desacreditados, com a certeza de que, se o espaço de debate não for ocupado, o PP volta à carga, porque este é um terreno privilegiado para o seu método de caça demagógica do voto. Não há nenhum mérito especial em assinalar isto nem é nenhuma forma de «futurologia»: o PP já está outra vez no terreno da demagogia em torno da moeda única. Com pouco crédito? Assim será... mas está no terreno!

É por esta necessidade essencial, de trazer o tema da moeda única ao centro do debate político, que o último Conselho Europeu, apesar de realizado há mais de um mês, em 13 e 14 de Dezembro passado, continua a ser actual. O Conselho Europeu de Dublin não só procurou promover na opinião pública a alegada irreversibilidade da construção da moeda única, como deu passos qualitativos nesse sentido de grande significado.

Três temas chamam a atenção, dos quais o primeiro e mais importante é o

Pacto de Estabilidade. O Pacto de Estabilidade consagra explicitamente a plena aplicação dos limites orçamentais de défice para além de 1998, isto é, mesmo para depois da criação do «euro». Entre outras medidas, o Pacto consagra pesadas multas, que podem ir até valores, que para Portugal, representam, mais de 75 milhões de contos! Na prática, o Pacto de Estabilidade corresponde à efectivação da perda de autonomia de decisão orçamental e à consagração das políticas restritivas de Maastricht mesmo no domínio do euro. Lembrado dos tempos em que foi severamente criticado pelas perdas de soberania e comparando essas críticas com o quase silêncio de hoje, Cavaco Silva veio cinicamente chamar a atenção para a perda de soberania e a amputação de poder parlamentar que o Pacto representa. O Pacto é tanto mais grave quanto põe em evidência que o valor dos 3% do PIB como limite para o défice não é a meta que os países assumem. A meta é ainda mais restritiva, traduzindo-se em orçamentos equilibrados ou mesmo ... excedentários! O valor de 3% funciona como um limite máximo, uma espécie de válvula de escape para anos difíceis.

Poeira para os olhos

A questão do emprego mereceu do Conselho Europeu de Dublin uma Declaração, que é verdadeiramente poeira para os olhos. Até o europeísta Público põe em destaque: «Retórica sobre o combate ao desemprego». Mais do que retórica, há uma postura chocante na abordagem do problema do emprego. É sabido que são as políticas impostas para cumprimento dos critérios de Maastricht, uma das principais causas do desemprego. Pode assim dizer-se que, com os critérios de Maastricht e a política da moeda única, a União Europeia tem na prática uma política de emprego, que é a do aumento do desemprego. Mas, quando é chamado a pronunciar-se concretamente sobre a questão, o Conselho Europeu, a primeira frase que diz, é que «a luta contra o desemprego é primordialmente da responsabilidade dos Estados Membros». Assim é, face ao Tratado. Mas ainda mais assim é quanto à política externa e quanto à política de segurança pública, e no entanto o Conselho não fez anteceder as longas laudas que debitou sobre esses temas de qualquer declaração de «irresponsabilidade», como fez com o emprego. O que o Conselho Europeu quer dizer é que assiste passivamente à destruição de emprego que inevitavelmente resulta das políticas que a própria União Europeia se impõe. Mas este é um campo de luta privilegiado para os trabalhadores e para as suas organizações políticas e sociais: Dublin trouxe mais argumentos para intensificar a luta.

A terceira questão que decorre de Dublin é a da soberania. Nas decisões tomadas quanto às questões de segurança estão novos ataques à soberania nacional e

aos direitos fundamentais dos cidadãos. O Conselho Europeu põe como prioridade o reforço da Europa das polícias. Vai ser criado uma «equipa de peritos e profissionais», assim como se alargam as competências da Europol. O dossier «terceiro pilar» assume preocupantes contornos, explicitados no escandaloso apoio a alterações que estabeleçam que o cidadão de um Estado membro da União Europeia não possa obter asilo noutro Estado da União. Esta norma interferirá directamente na soberania territorial de cada Estado e na eficácia soberana das suas Constituições. Ela significa que, por exemplo, que um irlandês perseguido politicamente no Reino Unido está impedido de pedir asilo a qualquer dos outros países da união, apesar das Constituições destes países lhe reconhecerem esse direito.

Demagogias

O Conselho Europeu também fez a sua demagogiazinha, mostrando o modelo colorido das futuras notas do Euro (onde a Europa figura sem Açores nem Madeira). Não é um acto inocente. Ele procura inculcar a ideia de que não há nada a fazer, que o Euro é definitivo e irreversível. Mas não é. Daqui até à moeda única, ainda tem que correr muita água sob as pontes. E são muitos os que aqui e ali vão mostrando o que significam as opções que vão sendo tomadas. João Ferreira do Amaral (Semanário Económico, 27 de Dezembro) afirma que o Pacto de Estabilidade (a que prefere chamar «Pacto de Estagnação») é «completamente contrário ao princípio do reforço da coesão económica e social». Considerando a moeda única como fortemente negativa para a competitividade da nossa economia, J.F.A. afirma que o papel atribuído ao Banco Central Europeu representa o maior ataque à democracia representativa desde a II Grande Guerra. Às vezes, até pessoas de onde pouco se espera vêm a terreiro. Por exemplo, Daniel Bessa (Público, 21 de Novembro) e João Carlos Espada (Público, 9 de Dezembro): o primeiro, afirma que o Euro trará reestruturação de empresas (isto é: fusões e concentrações, por um lado, e falências por outro) e não mais emprego; e o segundo chama a euro a moeda única franco-prussiana e põe-no em conflito com uma Europa feita na base das soberanias nacionais.

O Ministro das Finanças holandês provocou um escândalo ao falar da histeria dos países que vivem obcecados com o cumprimento de Maastricht. E deixou um aviso: há quem pense que do lançamento do euro devam ser excluídos países como Portugal, Espanha, Dinamarca, Suécia, Itália e Reino Unido. A reacção a que o país assistiu foi o caricato nacionalismo. O país estava ofendido! Talvez em vez disso tivesse sido boa ocasião para se pensar no que anda a ser cozinhado pelas bandas da Alemanha, e onde é que estão a meter o país os que tudo têm sacrificado ao objectivo da moeda única.



Neste campo, Portugal não divergirá dos restantes países da União Europeia. A política do governo PS é feita alegadamente com o objectivo de pôr Portugal «no centro» do processo do «euro». Há uma coisa que se pode garantir: para já, o que consegue é pôr o país no centro da tempestade que se está a abater a Europa. A questão da moeda única e da política económica e financeira feita para a ela aceder vai ser a questão nodal da vida política nacional no ano de 1997.

A política da moeda única é decididamente sustentada por uma vasta coligação de partidos e de interesses. No espectro político, a fidelidade do PS e do PSD

EM FOCO

Inquérito do PE sobre a BSE

■ Anabela Fino

União Europeia defende em detrimento da saúde

A Comissão Europeia privilegiou os interesses do mercado de carne bovina em detrimento dos perigos que a encefalia espongiforme bovina (BSE) representa para a saúde pública. A acusação consta do relatório da comissão de inquérito do Parlamento Europeu sobre a matéria que segunda-feira começou a ser debatido em Estrasburgo, e segundo o qual a Comissão, o Conselho e os Estados-membros pecaram por negligência, desinformação, falta de transparência, cedência a pressões políticas, na forma como conduziram o problema das vacas loucas ao longo dos últimos dez anos.

O relatório, da autoria do eurodeputado espanhol Manuel Medina Ortega, é verdadeiramente demolidor. Dividido em cinco capítulos, o trabalho dedica os três primeiros ao apuramento das responsabilidades e negligências do Reino Unido, do Conselho e da Comissão; um outro estuda a possível determinação e atribuição de responsabilidades entre o Conselho e a Comissão, e o último aprecia as responsabilidades políticas da Comissão.

Sobre o Reino Unido recai a maior fatia da responsabilidade. De acordo com todos os testemunhos recolhidos, foi possível apurar, resumidamente, o seguinte:

- As autoridades britânicas não garantiram a eficácia da proibição de alimentar os ruminantes com farinhas de carne e osso;
- Não respeitaram as proibições nacionais que impediam as importações de farinhas do Reino Unido, ou pelo menos não tomaram medidas para controlar essas exportações. De referir que, tendo sido proibidas as farinhas de carne para ruminantes no país em 1989, as exportações britânicas para a Comunidade Europeia passaram de 12.553 toneladas em 1988 para 25.005 em 1990;
- Exerceram pressões sobre a Comissão para que não se inspecionassem as questões relativas à BSE nas inspeções gerais de matadouros que se realizaram periodicamente entre os anos 90 e 94 no âmbito da adequação das instalações ao mercado interno;
- Pressionaram ainda a Comissão através da significativa presença numérica - nos organismos destinados a investigar as consequências da doença, como o Comité Científico Veterinário - de funcionários e cientistas britânicos que actuavam mais ou menos na órbita e controlo do Ministério da Agricultura do Reino Unido;
- Não tiveram em conta os conselhos e advertências dos cientistas mais prudentes, só reconhecendo o perigo grave e iminente da possível transmissão da BSE ao homem em 20 de Março de 1996. Acresce que os meios dedicados à investigação foram manifestamente insuficientes: apenas 60 milhões de libras (também a União Europeia negligenciou este aspecto, disponibilizando para a investigação apenas 3.745.000 ecus);
- Nunca cumpriram o compromisso, assumido em Junho de 1990, de identificar os rebanhos afectados, o que poderia ter sido um primeiro passo para a erradicação da doença;
- Não cumpriram a legislação respeitante à identificação, marcação e manutenção de registos dos movimentos dos bovinos;
- Não cumpriram o estipulado quanto aos controlos veterinários na perspectiva da realização do mercado interno;
- Bloquearam as instituições comunitárias, de forma a pressionar a Comissão e o Conselho a levantar ou flexibilizar o embargo;
- Manifestaram pouco zelo no controlo da manutenção do embargo da carne e dos subprodutos de origem bovina;
- Não cumpriram os acordos da Cimeira de Florência, antes suspenderam o programa de abate selectivo sem propor formalmente nenhuma alternativa.

Concluindo, o Governo britânico, embora tendo aprovado uma série de normas respeitantes à protecção contra os possíveis riscos da BSE, não garantiu a sua correcta aplicação nem exerceu os controlos necessários.

Não menos grave é o facto de o Reino Unido, «provavelmente cedendo à influência exercida pela indústria da carne», segundo o relatório, ter por sua vez «influenciado os serviços veterinários da Comissão da UE, de forma a tentar manter o assunto dentro da órbita nacional e impedir, assim, inspeções comunitárias e a divulgação da amplitude da doença, que teria provocado a adopção de medidas unilaterais por parte de alguns Estados-membros, no domínio da protecção da saúde pública dos seus cidadãos».

Numa palavra, a actuação do Reino Unido não só não permitiu o controlo da BSE como contribuiu para a sua expansão, pondo em perigo a saúde pública.

Responsabilidade colectiva

Se a responsabilidade britânica é por de mais evidente na situação gerada pela doença das vacas loucas, importa sublinhar que os restantes intervenientes no processo - Comissão Europeia, Conselho, agentes económicos, políticos e especialistas de vários quadrantes - não podem de modo algum ser absolvidos de culpas. O gráfico que publicamos em separado é particularmente elucidativo: os principais acontecimentos que marcaram a evolução da Comunidade Europeia - assinatura do Tratado de Maastricht, entrada em vigor do Mercado Único... - coincidem, curiosamente, com o desen-



Desenho de Slim

Primeiro o

Qual a responsabilidade da Comissão em toda esta história das vacas loucas? Segundo o relatório do PE, a Comissão deu prioridade à gestão dos interesses do mercado. Um facto que só parecerá estranho a quem ainda acredita na estafada história da Europa dos cidadãos.

A acusação não é gratuita. As evidências abundam e confirmam esta atitude:

- Antes do Conselho extraordinário de Junho de 1990, o ex-comissário MacSharry ameaçou publicamente com a instauração de processos de infracção, e mesmo de recorrer ao Tribunal de Justiça, contra todos os Estados-membros que tomassem medidas unilaterais contra as exportações de carne britânica;

- A Comissão procurou desenvolver uma política de minimização do problema que se traduz, nalguns casos, em política de desinformação. De referir, a título de exemplo, as orientações dadas no sentido de que não era necessário tratar em cada Comité Veterinário Permanente do tema BSE, ou as instruções para que os avanços científicos britânicos sobre a doença fossem comunicados à Comissão antes da sua publicação, para que fossem de imediato apreciados;

- Para além da notória falta de cooperação e a descoordenação entre os diferentes serviços com competências sobre os produtos alimentares, registou-se em todo o processo uma excessiva preponderância do Comité Científico Veterinário (CCV), justamente onde mais se fazia sentir a influência britânica. De notar que os membros do Comité são designados pela Comissão;

- Como as opiniões do CCV são normalmente tomadas por consenso, as opiniões minoritárias foram sistematicamente silenci-

VACA LOUCA



mercado pública

volvimento da BSE. Preocupação com a saúde pública? Pffff. Nos últimos dez anos os responsáveis comunitários tiveram mais com que se preocupar.

Veja-se o que diz o relatório de Medina Ortega sobre o Conselho, órgão em que estão representados os Estados-membros, logo, implicitamente visados.

Antes da crise de Março de 1996 - a BSE tinha sido descoberta dez anos antes -, o Conselho da Agricultura tratou especialmente do assunto apenas nas suas reuniões de 6 e 7 de Junho de 1990 e 18 e 19 de Julho de 1994. Ambas as reuniões foram convocadas para fazer face a ameaças de medidas unilaterais da França e da Alemanha, países que pediam maiores garantias para a importação de carne britânica. O relatório não refere, mas algum tempo depois ainda o ministro da Agricultura português se fazia filmar comendo mioleira de vaca para «provar» a sua inocuidade. A venda do produto viria a ser proibida pouco tempo depois.

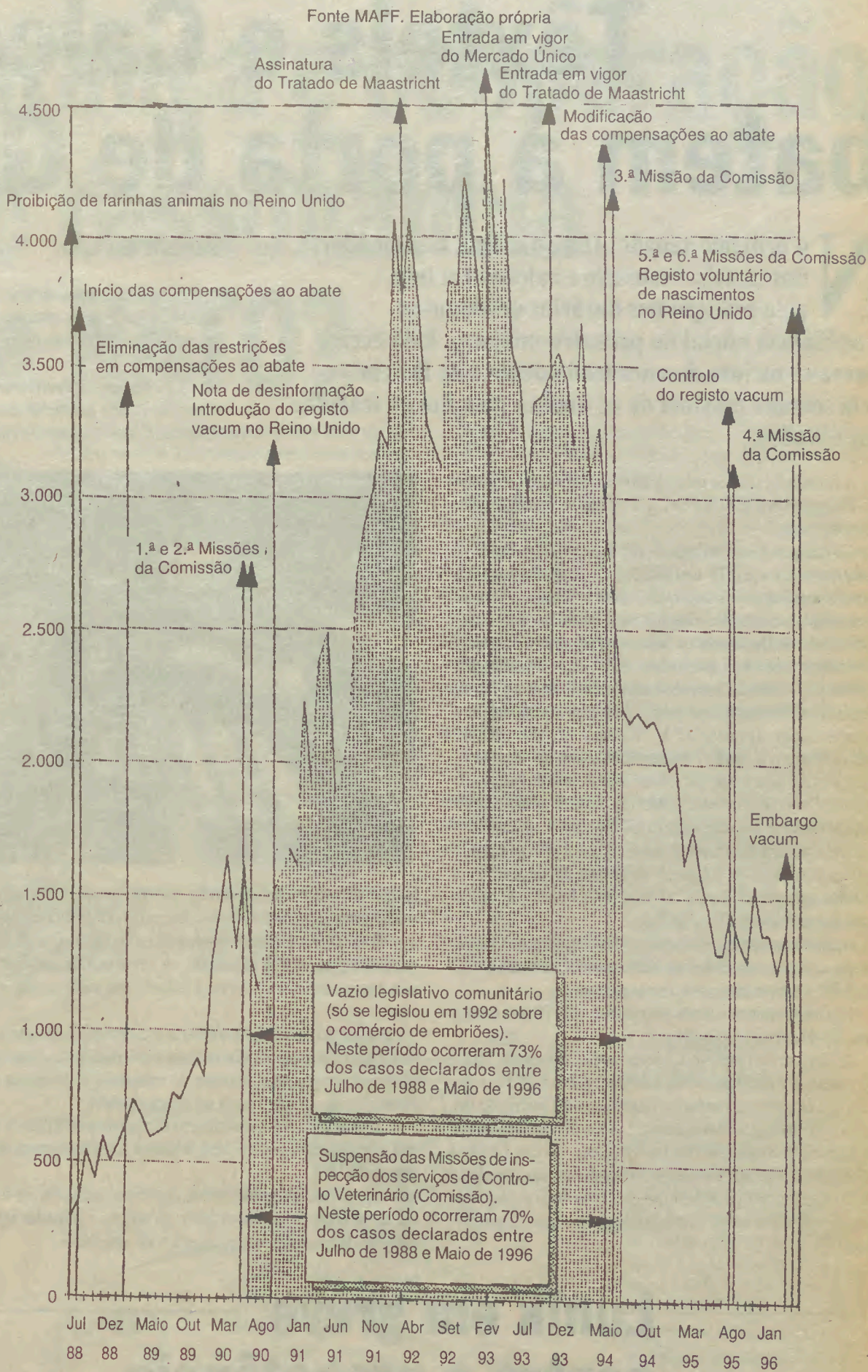
Mesmo depois de reconhecida a possibilidade de transmissão da doença ao homem e da realização de duas reuniões extraordinárias do Conselho da Agricultura, em Abril do ano passado, onde se reconhece a gravidade da situação e a necessidade de tomar medidas com carácter de urgência, os representantes dos Quinze continuaram a demonstrar a mais completa incoerência. É o que ressalta da acta da reunião do Colégio de Comissários de 9 de Outubro, onde a comissária Cresson faz notar que os ministros pedem por um lado mais esforços de investigação, enquanto por outro rejeitam a aprovação dos meios necessários para o efeito.

Como refere o relatório, para além da ausência de debate no Conselho, entre Junho de 1990 e Julho de 1994, é surpreendente que aquele organismo nunca tenha procedido a uma avaliação do cumprimento das medidas alegadamente tomadas pelo Reino Unido, nem sequer solicite informações sobre o resultado de possíveis inspecções que deveriam ter sido levadas a cabo pela Comissão ou pelas autoridades nacionais.

Admitir que esta demissão do Conselho em tão candente questão se deve à delegação de competências na Comissão e no Comité Veterinário Permanente (CVP) é no mínimo absurdo. Com efeito, se o Conselho só intervém em questões veterinárias quer respeitantes à sanidade animal quer à saúde pública quando o interesse político excede as competências «técnicas» do CVP, cabe perguntar o que mais será preciso acontecer para justificar uma intervenção. O caso é tanto mais grave quanto se sabe que o CVP, por sua vez, trabalha com base nos ditames do Comité Científico Veterinário, comité consultivo por excelência da Comissão, justamente o órgão onde mais se fez sentir a influência britânica em toda esta questão.

EM FOCO

Casos de BSE declarados mensalmente no Reino Unido desde Julho de 1988 até Maio de 1996



mercado

adas, impedindo que a opinião pública tivesse conhecimento dos sucessivos alertas para a perigosidade da situação;

- Durante quatro anos, não se registaram inspecções aos casos de BSE no Reino Unido. A Comissão, que primeiro alegou falta de meios humanos para o efeito, acabou por reconhecer a existência de pressões políticas por parte do Governo britânico;

- A regularização do problema das farinhas de carne e osso revelou-se tardia, ineficaz e contraditória. De facto, não houve controlo das condições de fabrico e exportação deste material do Reino Unido a partir de 1989; uma tentativa para proibir aquelas exportações, datada de 13 de Fevereiro de 1990, viria a ter uma opinião negativa do Serviço Jurídico da Comissão, a 26 do mesmo mês, considerando que a Comissão não tinha competência para adoptar tal medida. Só seis anos depois (26 de Março de 1996) viria a ser decretado o embargo de farinhas de carne e osso provenientes do Reino Unido. Um interregno demasiado longo para que possa ser considerado casual. Acresce que só em Julho de 1996 é que a Comissão adoptou a decisão que autoriza um único método para a transformação dos despojos animais e de mamíferos para garantir a inactivação do agente da BSE, a qual só deve entrar em vigor em 1 de Abril de 1997!

- A Comissão continua sem tomar medidas perante o facto de as farinhas de carne e osso continuarem a ser ministradas ao gado suíno, apesar de se saber desde 1990 que estes animais são capazes de desenvolver a doença. É curioso registar que neste ponto a legislação comunitária está atrás da britânica que já proibiu a administração dessas farinhas a qualquer animal de criação.

Como de costume, uma questão política

Todos os aspectos já referidos ilustram a gravidade do comportamento da Comissão face a uma ameaça tão séria para a saúde pública como a BSE - é importante não esquecer que já há vítimas mortais a lamentar e é de temer que muitas outras venham a ocorrer -, mas infelizmente o caso não fica por aqui.

No que toca à necessária investigação a desenvolver para debelar a doença, deparamos uma vez mais com a visão economicista de Bruxelas. Se é verdade que o Conselho de Junho de 1990 decidiu levar a cabo um «amplo programa de investigação», na prática o que se verificou foi que a Comissão subscreveu compromissos para a investigação no valor de um milhão de ecus, verba manifestamente insuficiente para «um vasto programa». E nem o facto de se terem registado casos de animais infectados, nascidos posteriormente à proibição de ministrar proteínas de mamíferos aos ruminantes, fez adoptar medidas de protecção. É de registar, de resto, que o Comité Científico Veterinário sempre manteve, desde 1989 e até Março de 1996, que o risco da transmissão da BSE ao homem, a existir, seria remoto. Uma opinião que a Comissão aceitou, sem cuidar em aprofundar por que razão a doença não desaparecia e sem ter em conta os perigos de transmissão vertical.

Também no respeitante ao levantamento do embargo para a gelatina a Comissão manifestou, em todo o processo, a sua vontade de favorecer o mercado. Contrariando as opiniões dos Comités Científicos de Cosméticos e da Alimentação e da Agência Europeia de Medicamentos, que se pronunciaram pela manutenção do

embargo, a Comissão, com base num relatório provisório, encomendado pela indústria, leva o Comité Científico Veterinário a pronunciar-se pelo baixo risco da utilização da gelatina fabricada por determinados processos. A decisão de levantar o embargo a este produto, em 11 de Junho de 1996, é acompanhada de considerandos em que a Comissão afirma que a gelatina assim produzida é boa, ignorando o facto de a maioria dos relatórios científicos o desaconselharem.

Quinze dias depois, o próprio CCV reconhece a falta de base científica das garantias do referido estudo.

As conclusões de tudo o que ficou dito são óbvias. O tratamento do problema da BSE teve desde o início uma forte componente política - é preciso não esquecer os avultados interesses económicos em jogo - que se sobrepôs ao interesse e à defesa da saúde pública.

A questão da credibilidade da Comissão e do Conselho, bem como de outros organismos postos em cheque no relatório do Parlamento Europeu, está na ordem do dia. As pressões sobre o relator Medina Ortega já começaram. As reuniões com Jacques Santer, presidente da Comissão, também. Resta saber qual será o resultado.

Se as recomendações para o futuro ficam muito aquém do que seria de esperar face a um libelo acusatório tão devastador, nada garante que o documento que subirá a plenário no próximo dia 6 de Fevereiro não esteja acompanhado de uma tomada de posição da Comissão branqueando a realidade e apresentando propostas de acção que, em nome da mudança, deixem tudo na mesma.

EM FOCO

Sábado em São Bento pela redução dos horários

Têxteis e Calçado batem à porta de Guterres

No próximo sábado, 18 de Janeiro, trabalhadores dos têxteis, vestuário e calçado em luta pela redução dos horários deslocam-se à residência oficial do primeiro-ministro. Esta acção insere-se na luta desencadeada desde 1 de Dezembro pela semana máxima de 40 horas e pelo fim do trabalho aos sábados.

A decisão foi tomada pelo plenário de sindicatos da federação do sector (Fesete/CGTP-IN), que reuniu na passada quinta-feira, no Porto.

Na luta pela efectiva redução dos horários de trabalho, os trabalhadores e a CGTP têm obtido vários apoios nos mais diversos quadrantes e instituições, como a federação recorda num comunicado que fez chegar à nossa redacção após o plenário de dia 9. Deputados de todos os grupos parlamentares reconheceram que a lei aprovada na AR (e cujo projecto, apresentado pelo Governo, provocou uma forte onda de protestos, expressa até no recorde de pareceres negativos enviados ao Parlamento por organizações de trabalhadores) deve ser aplicada de forma a diminuir o tempo de trabalho. O Provedor de Justiça expressou a sua estranheza quanto à eliminação das pausas e intervalos até aqui existentes. A hierarquia da Igreja católica ouviu as preocupações da CGTP e, refere a Fetese, «a Pastoral Operária da Arquidiocese de Braga tomou posição de apoio à luta pelas 40 horas». Uma delegação da central foi recebida pelo presidente da Assembleia da República, que se comprometeu a tomar uma posição.

Apenas os governantes, empossados no resultado de eleições em que as promessas de diálogo muito contribuíram para a vitória do PS, insistem em fazer o frete ao patronato.

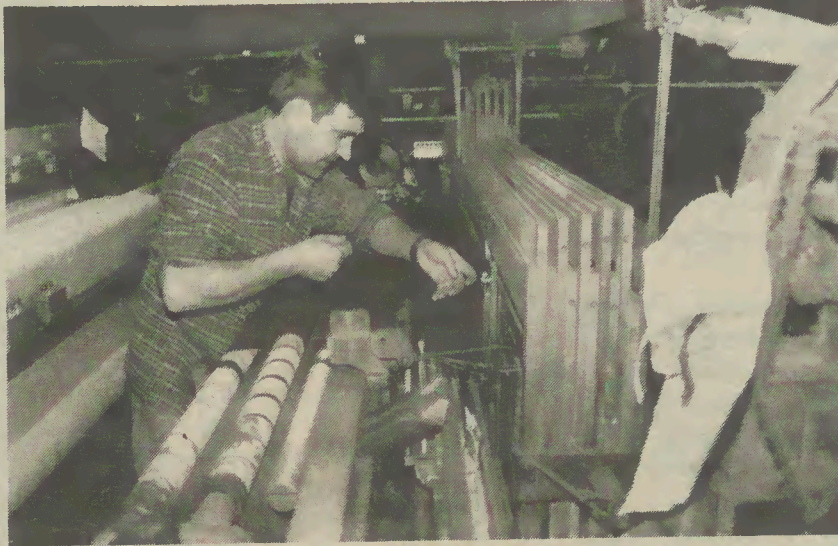
O primeiro-ministro ainda não recebeu a CGTP para tratar o tema das 40 horas.

A ministra do Emprego e o secretário de Estado do Trabalho mudaram o discurso e «vão dizendo, na televisão e nos jornais, que as pausas e intervalos fazem parte do horário de trabalho e que há patrões a não cumprir a lei». Só que, denuncia a Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios, Vestuário, Calçado e Peles de Portugal, «as suas decisões e orientações escritas junto da Inspeção Geral do Trabalho e dos patrões pretendem roubar-nos as pausas e os intervalos nos turnos».

Insistir na luta

«Só a nossa luta vai obrigar a ministra a mudar de orientação», afirma-se no comunicado da Fetese.

O plenário congratulou-se por, com «a luta que todos nós travamos», haver hoje «um con-



junto grande de empresas, abrangendo dezenas de milhares de trabalhadores», onde os horários foram reduzidos «a caminho das 40 horas, no respeito das pausas e dos intervalos de 30 minutos nos turnos». E reafirmou: «É nesse sentido que devemos continuar a nossa luta até à redução em todas as empresas.»

Ao Governo «compete alterar a sua posição e obrigar as empresas a cumprirem a lei», reclama a federação, que dirige as críticas ao responsável máximo do executivo, justificando a decisão de lhe ir bater à porta no próximo sábado:

- «até hoje, o primeiro-ministro não recebeu a CGTP-IN e não se pronunciou sobre as ilegalidades e actos repressivos do patronato», e

- «prometeu aos trabalhadores, na última campanha eleitoral, as 40 horas e o fim do trabalho ao sábado, e passadas seis semanas de luta a promessa não está a ser cumprida».

No plenário de sindicatos da Fetese foi decidido ainda avançar com uma petição à Assembleia da República, para exigir que esta «obrigue o Governo a respeitar a vontade dos deputados que votaram a lei das 40 horas».

Greves em Janeiro

Têm continuado as greves, em várias empresas, ao trabalho que ultrapassa o limite imposto pela aplicação da redução dos horários, informa ainda a federação.

Ao fazer o balanço das lutas no passado sábado, a Fetese indicou uma lista de 20 empresas têxteis da Região Norte onde as greves parciais tiveram índices de adesão superiores a 90 por cento, designadamente: Sampaio Ferreira, Grupo Somelos, Têxteis Atma, VilaTêxtil, Oliveira Ferreira, Coelima, Têxteis Tarf, Josin, Panafor, Comercil, Almeida & Filhos, Tecidos do Carvalho, Tecidos Moreirense, Etior, Sofil, Flor do Campo, Rio Vizela, Fletece, Cotesi e Corfil.

Um comunicado enviado pela federação à Agência Lusa refere estas empresas como exemplos, entre as várias que, na Região Norte, «não cumprem a aplicação das 40

horas de acordo com a vontade e parecer da Assembleia da República».

As paralisações vão prosseguir, até final de Janeiro, todos os sábados, nas principais empresas de turnos.

Ministra quer recuar ao século XIX

Para a ministra do Emprego, «já não basta que os trabalhadores mantenham as máquinas a trabalhar ininterruptamente durante as 24 horas do dia», acusa a Fetese/CGTP. Na nota de imprensa em que divulga as conclusões do plenário de dia 9, a federação denuncia a postura de Maria João Rodrigues e do Governo: «É necessário que levem a marmita para, ao lado da máquina e sem nenhuma condição de higiene, tomarem ali a ligeira refeição, mas, sempre que o patrão todo-poderoso entenda, devem pousar a marmita e obedecer às suas ordens e voltar à refeição quando o patrão entender.»

«Esta atitude é inumana e típica das relações de trabalho do início da revolução industrial», protesta a Fetese, reafirmando que «só a nossa luta vai obrigar a ministra a mudar de orientação.»

Manifestação em São João da Madeira

Mais de 300 trabalhadores de empresas de calçado dos distritos de Aveiro e Coimbra manifestaram-se na passada sexta-feira junto da Inspeção-Geral de Trabalho, em São João da Madeira, pretendendo chamar a atenção do Governo para as ilegalidades cometidas pelo patronato.

Segundo o coordenador do Sindicato dos Operários da Indústria de Calçado, Malas e Afins dos Distritos de Aveiro e Coimbra, «existem 40 empresas de calçado, que abrangem cerca de quatro mil funcionários, que ainda não reduziram o horário de trabalho para as 41 horas». «Queremos mostrar ao governo que os trabalhadores estão indignados com tanta injustiça e que o patronato está a agir ilegalmente, descontando nos salários as pausas para ir à casa-de-banho e para as refeições», disse Manuel Graça à Agência Lusa.

Na manifestação foi expresso o apoio e feito o apelo à participação na jornada do próximo sábado, em Lisboa.

Lunik em greve contra a prepotência

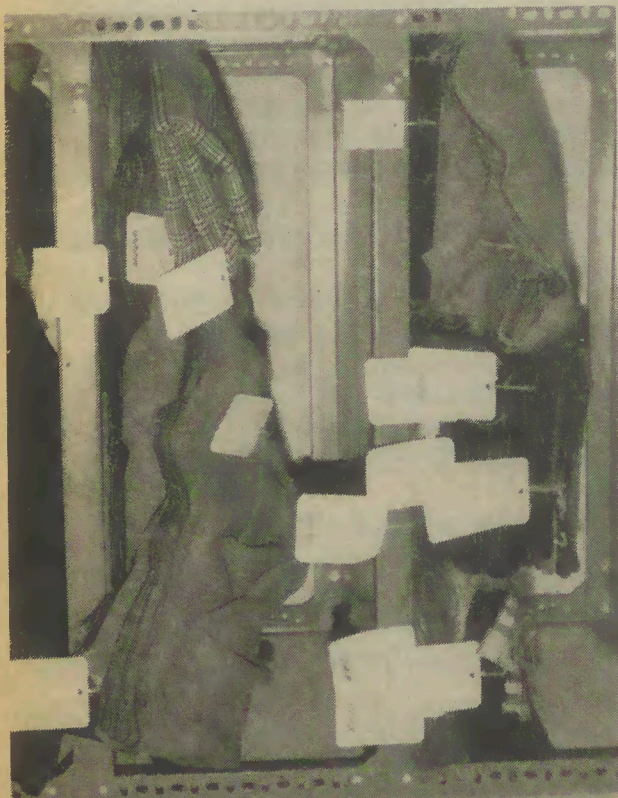
Os trabalhadores da fábrica de calçado Lunik, em Santa Maria da Feira, entraram dia 8 em greve por tempo indeterminado contra «a prepotência da empresa, que descontou no salário o tempo das pausas». O comunicado do Sindicato dos Operários da Indústria de Calçado dos Distritos de Aveiro e Coimbra, citado pela Agência Lusa, sublinha que a greve, decidida naquele mesmo dia em plenário, visa também protestar contra o não cumprimento da redução do horário semanal de trabalho, de 43 para 41 horas.

Os trabalhadores resolveram manter-se diariamente nos seus postos de trabalho durante a paralisação.

No plenário, ficou ainda decidida a participação na concentração marcada para sexta-feira, dia 10, junto da delegação da Inspeção-Geral de Trabalho em S. João da Madeira. Os trabalhadores voltaram a reunir segunda-feira, para analisar a situação e decidir eventuais novas medidas de luta.

Na empresa Osvaldo Pinto, também de S. João da Madeira, os trabalhadores, que mantêm greves parciais desde 1 de Dezembro, decidiram suspendê-las por 15 dias «dando à gerência um prazo para que reconsidere a sua posição».

O sindicato acusa ainda as empresas Mavic e Orion, sediadas no concelho de Santa Maria da Feira, de descontarem aos trabalhadores o tempo das pausas para ida à casa-de-banho e para a «bucha». «A Orion impôs os intervalos e ameaçou de despedimento todos os trabalhadores que não compensassem os 20 minutos após o horário das 41 horas», refere o texto do sindicato, realçando que «esta empresa sempre se opôs às pausas e, agora, quer impô-las».



EM FOCO

■ Eduardo Costa

Sobre a Conferência da OSCE de Lisboa

Segurança e cooperação ou caixa de ressonância da NATO?

A Organização de Segurança e Cooperação Europeia (OSCE) continua a encerrar virtualidades como meio e instrumento poderoso para a construção de uma Europa pacífica, desenvolvida, liberta de tensões e de armas, factor maior de democracia e tolerância tanto nas relações entre os Estados europeus como, necessariamente, nas relações externas à escala mundial.

As virtualidades da OSCE advêm-lhe da inspiração e princípios que a criaram em 1975 do forte envolvimento que a opinião pública mundial teve na luta pela sua formação e dinâmica posterior, do impulso decisivo dado às reduções realizadas nos armamentos nucleares estratégicos e de alcance intermédio, e das reduções nas forças convencionais, do prestígio justamente conquistado nestes sucessos, no importante e vasto leque de países e

vezes expresso, que a acompanhava (como, na década de 50, o Apelo de Estocolmo, que movimentou muitos milhões de pessoas).

O "Ocidente" opôs-se à lógica de Helsínquia enquanto pôde. Acabou por ceder à vontade da opinião pública mundial, ao crescimento do socialismo, às contradições internas do seu próprio sistema, à necessidade de criar mais um meio para espiar o adversário e para o iludir. Uma vez compelido à assinatura da Acta Final, o "Ocidente" tentou cobrir-se com os seus louros... e trabalhou de imediato contra ela.

Mas a força conquistada e assente na superação da Europa dividida em blocos, na democratização das relações internacionais (de onde decorre a regra das decisões tomadas por consenso), na eliminação da força nessas relações, na indivisibilidade da segurança europeia (onde avulta a importância da vertente mediterrânica), na interacção e potenciação entre segurança e cooperação, no factor humanitário como uma sua componente essencial na dimensão mundial da segurança europeia e no carácter universal do desanuvia-

mento, na acção da Conferência entendida como um processo e não como um acto único, permitiu resistir às tentativas dos governos capitalistas para minimizar e apagar o papel da Conferência para a usar como meio de diversão e guerrilha ideológica, ou para restringir a sua concepção à estabilidade das fronteiras territoriais existentes à época (concepção que tem vindo a ser inteiramente espezinhada e estraçalhada, com trágicas consequências, ainda em curso, para os povos).

e contraditório das relações internacionais, o equilíbrio entre as superpotências. O ataque ao espírito e à letra da Conferência saíra do mesmo acto que lhe dera vida.

Não obstante, a Cimeira de Paris, em 1990, dotou a Conferência de uma estrutura organizativa, um centro de prevenção de conflitos, em Viena, um gabinete para supervisionar eleições, em Varsóvia, um secretariado permanente, em Praga, e adoptou uma "Carta para uma nova Europa". Mas a Conferência fora ferida por dentro, a sua dotação orçamental era claramente insuficiente, a subversão interna aumentava. Procedia-se a uma verdadeira refundação e redefinição da Conferência. Tratava-se de liquidar a sua liderança na resolução de crises ou conflitos por via pacífica, de a pôr pela arreata da NATO, de a subalternizar e reduzir a um papel menor.

O que se tornou indissociável na Cimeira de Helsínquia, em 1992, em que se apela para um papel mais activo da CSCE na prevenção e resolução de crises na Europa, quando, na realidade, em face da guerra da Jugoslávia, o que a NATO e a UEO pretendiam era que a Conferência lhes passasse um mandato para "assumirem missões de manutenção da paz", isto é, pretendiam uma caução que legitimasse as suas intervenções militares. É a inversão do espírito que criou a CSCE, o ataque à sua autonomia e singularidade, tentativa publicamente visível para a subordinar à NATO e aos interesses hegemónicos dos EUA.

Clarificação das intenções

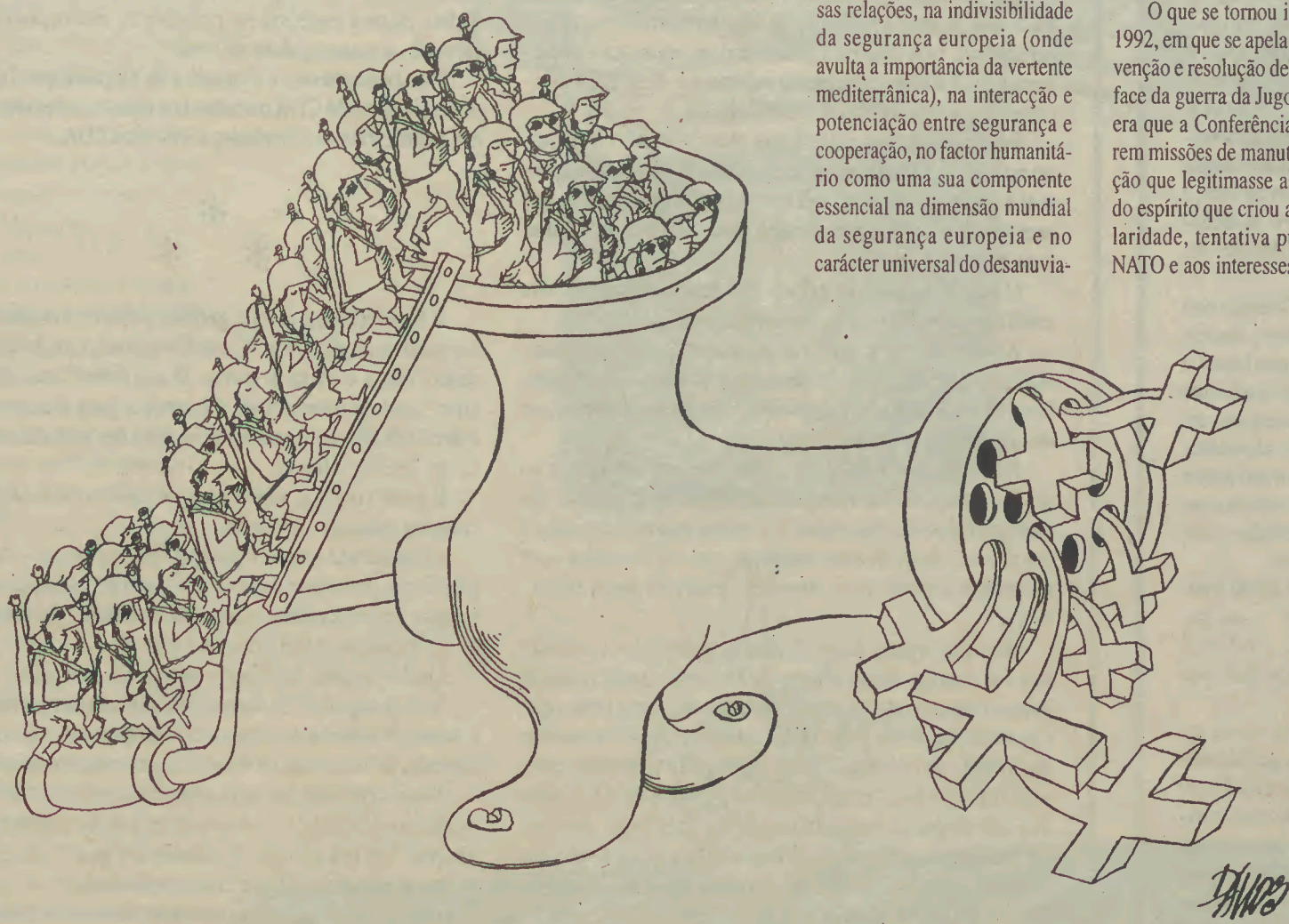
A IX Cimeira, de Budapeste, em 1994, tornou mais claro o que a supremacia norte-americana pretende da Conferência: que ela se torne uma caixa de ressonância da NATO, isto é, das chefias militares norte-americanas, uma caixa de ressonância alternativa à ONU, ou em consonância com uma ONU dócil, e que ajude a resolver a sua expansão para Leste e a neutralizar o potencial militar russo.

Que à supremacia do Estado norte-americano não convém uma CSCE forte, prestigiada, onde a palavra dos Estados europeus tenha um peso internacionalmente reconhecido, é facilmente compreensível: já bem lhe basta uma ONU uma

vez por outra (cada vez mais espaçadamente) desobediente, quanto mais duas! (A aversão dos políticos norte-americanos pelas Nações Unidas é tal e a campanha que há anos lhe movem é tanta que a ONU, para além de ser tema habitual de anedotas nos Estados Unidos, foi um dos alvos principais dos ataques das candidaturas de Dole e Clinton nas últimas eleições.)

Para entender que a estratégia da Casa Branca e do Pentágono desenharam uma "vocação" leste-europeia e portadora das concepções económicas e políticas "ocidentais" para a CSCE é suficiente reparar que as 11 missões que ela tem entre mãos são todas na ex-Jugoslávia e na ex-URSS (Bósnia, Croácia, Macedónia, Tchetchénia, Ucrânia, Estónia, Letónia, Arménia e Azerbaijão, Moldova, Geórgia, Tadjiquistão) e são operações de mediação, de assistência técnica ou de organização de eleições.

A IX Cimeira não conseguiu pôr-se de acordo sobre uma simples declaração de cessar-fogo na guerra da Bósnia. Uma vaga declaração final mascarou mal o seu fracasso. No interior da Cimeira repercutiram os interesses dos Estados Europeus, divididos, dos Estados Unidos, da Rússia, dos sérvios, dos bósnios, da comunidade islâmica, do Irão, de Israel, todos esquecidos que a segurança, para existir, tem de ser justa, de todos para todos. Sucederam-se as pressões da parte dos norte-americanos, de forças islâmicas, para que a Conferência avalizasse intervenções militares segundo a sua óptica particular. Uma das



organizações internacionais que a integram, onde se repercutem alguns dos nós essenciais da política mundial.

Com efeito, a Acta Final de Helsínquia que assinalou o nascimento da Conferência de Segurança e Cooperação Europeia (CSCE) correspondeu a um profundo anseio dos povos e à sua vontade determinada em liquidar a política à beira da guerra generalizada, estabelecida entre as grandes potências, recolheu um esforço, de mais de vinte anos, da parte dos países socialistas para alcançar a paridade estratégica, anular a prática das relações internacionais baseadas na força e na escalada armamentista.

A Conferência de Segurança e Cooperação Europeia propunha-se interromper a irracionalidade da política imperialista, que colocava o planeta e os povos reféns de uma hecatombe nuclear, para a substituir por soluções político-diplomáticas, obtidas à mesa de negociações, que equilibrassem os justos interesses dos povos e não lhes sobrepujassem o ditame dos mais fortes. A sua originalidade e a sua força provinham da atenção a todas as partes, do respeito por elas e das preocupações em atingir resultados equilibrados, que traduzissem esse respeito.

A sua lógica era inversa à dos pactos militares, à da NATO, que condenava, e que a médio e longo prazo tornava dispensáveis. Isto foi perfeitamente compreendido pelos líderes "ocidentais", pelos generais do Pentágono e da NATO, que temiam a força desta lógica pacífica, que recebavam o entusiasmo popular, tantas

vezes expresso, que a acompanhava (como, na década de 50, o Apelo de Estocolmo, que movimentou muitos milhões de pessoas).

Novas vertentes e novos ataques

Apesar da morosidade dos passos dados e mesmo da estagnação, a Conferência sobreviveu e abriu novas vertentes: a ciência (1978; 1985), a poluição do ar (1979), a resolução pacífica dos diferendos (1978), a cooperação do Mediterrâneo (1979; 1991), medidas de confiança e segurança (1986), a dimensão humana (1985; 1990; 1991), contactos de pessoas, instituições e organizações (1986), o património cultural (1991), a cooperação económica (1990), a defesa do ambiente (1989), a informação (1989).

Mas as decisões operacionais, as transposições para a vida prática eram adiadas de cimeira para cimeira, transferidas de conferência para conferência. A CSCE reflectia o carácter complexo

Conferência da OSCE

poucas deliberações com tradução visível da Cimeira foi a mudança de nome de Conferência para Organização (de CSCE para OSCE).

A Cimeira de Lisboa

A Cimeira de Lisboa começou mal: divorciada e "sanitariamente" isolada da opinião pública que a deu à luz, a defendeu e a justificou, escondendo-se atrás de um muro de segurança, polícias e forças militares, que dão um retrato sombrio do seu rosto pacífico e defensivo; sem agenda de trabalhos dada a conhecer publicamente (só o "diz que disse"), que não abona a favor da sua inclinação democrática. Este carácter fechado da Cimeira, que alguns tentaram justificar afirmando que, pelo contrário, tudo nela estava em aberto, mesmo a agenda, foi ampla e caricatamente desmentido: logo na abertura da reunião, um analista de um canal televisivo garantia ter consigo as conclusões finais da Cimeira!

As declarações prévias para os jornais de personalidades políticas portuguesas com responsabilidade na área da política internacional, como Deus Pinheiro e Jaime Gama, sobre o seu entendimento da Organização foram na esteira de Washington, acorrendo ao carro-NATO, foram no sentido de a reduzir a um parlamento palavroso de conceitos e de lhe retirar a vertente operativa.

A Cimeira de Lisboa não acabou melhor do que se tinha iniciado. Órgãos de comunicação houve que engalanaram em arco: entre a tese "minimalista", norte-americana, que pretendia uma OSCE reduzida a um "forum" de opiniões sem vinculação jurídica, e a tese russa, "maximalista", que pretendia uma Organização reforçada, cúpula da segurança europeia, triunfou, supostamente, a tese intermédia, que defende uma OSCE, organização entre outras organizações (NATO, UEO, ONU), mas com uma vinculação jurídica. Estes artificios verbais e formais não chegam para ocultar o facto de, actualmente e no futuro imediato, a OSCE ir continuar a ser o humilde funcionário de decisões que são tomadas fora de si, no essencial decisões dos Estados Unidos/NATO.

O fogo de artifício lançado por sobre a Cimeira, e com o qual o Governo português procurou iluminar-se, também não impede de ver que a expansão da NATO para Leste vai continuar (quando a NATO perdeu toda a legitimidade para existir), que a presença das tropas norte-americanas em solo europeu não diminui, aumenta (Albânia, Macedónia, Bósnia), que mesmo os actuais líderes russos não podem aceitar descasadamente esta evolução da situação, que este reforço das posições EUA/NATO não reforça a confiança e a segurança entre os Estados e os Povos.

A Cimeira de Lisboa e a propaganda à Cimeira tentaram dourar o papel subalterno da OSCE com os seus pretendidos méritos de mediação na Bósnia e, simultaneamente, enaltecer o papel pacificador desempenhado pela NATO.

É difícil cunhar um perfil de pacificador para as tropas dos EUA/NATO quando os institutos especializados avaliam que, depois de 1989, se travaram cerca de 70 conflitos armados, com um número de vítimas mortais imprecisamente definido mas que não será inferior ao de três milhões de pessoas, com outros milhões de pessoas que abandonaram os seus lares e as suas terras. Perfil pacificador igualmente pouco compatível com as intervenções "cirúrgicas" norte-americanas na Líbia, no Iraque, no Haiti. Da bondade e eficácia da intervenção na Bósnia-Herzegovina decerto o futuro ainda falará, pois o entusiasmo da imprensa estrangeira com o cessar-fogo anda muito longe da resistência de Sérvios, Croatas, e Muçulmanos a cumprirem os acordos.

A OSCE está longe de ter esgotado o seu positivo papel histórico no sentido da paz, da democracia, do desenvolvimento equilibrado e harmonioso dos povos, da defesa dos direitos do homem, da solução negociada dos conflitos, da prevenção da guerra e dos sistemas nucleares, do desarmamento, da defesa do meio ambiente e dos valores culturais.

Há que fazer voltar a OSCE ao espírito e aos princípios que lhe deram vida. Há que restituir-lhe a estatura de cúpula cimeira da segurança europeia. Há que dotá-la da estrutura, dos meios humanos, técnicos, e financeiros que permitam a sua operacionalidade. Há que aplicar esse espírito e esses princípios aos problemas do presente. Há que traduzi-lo em iniciativas consistentes, autónomas, que levem em linha de conta os interesses em jogo, legítimos, dos povos. Há que desenvolver a novidade e a singularidade que estavam contidas no projecto inicial da Acta de Helsínquia. A bem do Homem e da Paz.

O prolongado e cruel bloqueio a Cuba causou já ao povo da Ilha prejuízos avaliados em mais de 60 mil milhões de dólares. Não se pode, porém, expressar em dólares o custo moral do bloqueio. É uma impossibilidade absoluta quantificar em dinheiro as consequências da deformação da imagem da revolução Cubana.

Fidel Castro lembrou recentemente no Chile que a impotência do seu povo perante a muralha da mentira também gera sofrimento.

Disposto de um controlo quase hegemónico sobre os sistemas mediáticos que produzem notícias e comentários, a engrenagem desinformativa norte-americana conseguiu nas últimas três décadas levar a muitas centenas de milhões de pessoas um retrato falso da Revolução e do quotidiano da gente cubana.

Os turistas, ao descobrirem a verdadeira Cuba, têm dificuldade em compreender por que é tão profundo o abismo entre a realidade social que encontram e o retrato dela apresentado pelo mundo fora.

Por modéstia e prudência, Fidel não chamou, entretanto, em Roma, a atenção para um fenómeno novo, ainda pouco perceptível, cuja dinâmica nasce de duas situações complementares: o fim do isolamento cubano e o descrédito crescente do discurso oficial norte-americano.

Interpretar o êxito retumbante alcançado por Fidel Castro no Chile e na Itália como mero efeito do seu carisma pessoal é não entender a complexa interacção dos factores que permitiram a repercussão mundial que, desta vez, tiveram as suas intervenções.

O interesse por elas gerado não resultou somente das temáticas abordadas, aliás amplas e diversificadas.

Acompanhei pela televisão cubana os discursos pronunciados na Cimeira Ibero-Americana de Santiago e na Assembleia da FAO em Roma e também os comícios e conferências em que interveio nas duas capitais.

Não creio que, anos atrás, o efeito pudesse ser similar ao produzido agora. Admito que Fidel foi beneficiado por um momento histórico favorável. Por outras palavras: começou a recolher os frutos de uma seara que semeou e cultivou com tenacidade durante anos, numa atmosfera de quase indiferença.

Não sem alguma surpresa para os politólogos e sociólogos das grandes universidades do Ocidente (estas reacções chegam sempre de repente), a humanidade, como todo, principiou no ano findo a dar significativos indícios de rejeição do projecto de integração brutal, política e económica, que o imperialismo norte-americano (com a cumplicidade de meia dúzia de potências industrializadas) lhe quer impor para servir a estratégia das grandes transnacionais e das forças que fazem do jogo do dinheiro um objectivo supremo e da globalização uma nova religião.

O neoliberalismo, aparentemente no auge, em vésperas de estabelecer a sua dominação planetária, principiou a ser contestado massivamente em todos os cantos da Terra pelos trabalhadores que lhes sofrem as consequências.

A pregação dos teólogos da sacralização do mercado é fustigada e ridicularizada por sectores sociais cada vez mais amplos.

O império norte-americano não deu, contudo, mostras de se aperceber das mudanças em curso. Seguro da sua força, confiante no poder da unipolaridade, multiplica as acções prepotentes e arrogantes. O ano de 96 será recordado pelos bombardeamentos da Bósnia e do Iraque pela NATO, pela imposição da falsa paz de Dayton, pela substituição da humilhada ONU pela NATO na Bósnia, pelo veto à reeleição de Butros Ghali, pelas tentativas de impor ao mundo as leis americanas através da extraterritorialidade da Helms-Burton e da Kennedy D'Amato, e por muitas outras iniciativas reveladoras da soberberia imperial dos EUA. A nomeação para Secretária de Estado da embaixadora Madeleine Albright, representante dos sectores mais obscurantistas da sociedade norte-americana, fechou o ano como desafio à humanidade.

A engrenagem que controla a Casa Branca avaliou, contudo, mal o estado do mundo.

A União Europeia estava disposta a cooperar com a estratégia anticubana da Administração Clinton e deu provas disso ao tornar as suas medidas políticas de grosseira ingerência sugeridas por José Maria Aznar. Mas nunca poderia aceitar o Título 3º da Helms-Burton. Daí a iniciativa para submeter o contencioso com os EUA à Organização Mundial do Comércio.

A pretensão norte-americana à extraterritorialidade fere interesses económicos fundamentais de todos os estados soberanos. Aliás, a queixa relativa à Helms-Burton envolve indirectamente a Kennedy D'Amato da qual as potências europeias evitam falar porque põe em causa países como o Irão e a Líbia.

Mas é agora transparente que, de Paris a Tóquio, de Bonn a Otawa, de Londres a Camberra, o mundo capitalista não americano se apercebeu de que Fidel enuncia o óbvio ao advertir que os sinos que hoje dobram por Cuba poderiam repicar amanhã por qualquer outra nação independente.

Os EUA sofreram, com poucas semanas de intervalo, outra derrota estrondosa na Assembleia Geral da ONU. Somente dois países - Israel e o Usbequistão - permaneceram ao lado de Washington, votando contra a condenação da Helms-Burton expressa no projecto de resolução cubano aprovado por esmagadora maioria.

Simultaneamente, o Conselho da Organização Internacional da Aviação Civil reconhecia o direito dos aviões cubanos a utilizarem os corredores aéreos dos EUA.

*
* *

A frustração e a revolta geradas pelos efeitos das políticas neoliberais alastram. A retórica da globalização não convence; cansa e irrita os povos. O neoliberalismo agrava a crise geral da humanidade e contribui para o aumento do exército de desempregados na Europa e das multidões famintas do Terceiro Mundo.

É neste contexto sombrio que a palavra de Fidel Castro encontra uma nova ressonância.

Cuba oferece um exemplo que inspira respeito e admiração. O seu povo demonstra que é possível resistir ao maior império contemporâneo e seguir um caminho próprio. Apesar do bloqueio, o PIB cresceu 7% em 96.

Qual o segredo de Fidel? - perguntam por vezes. Não há segredo. Ao discurso sobranceiro do quero, posso e mando, à oratória da hipocrisia responde com o discurso da verdade, da modéstia, da coerência na defesa dos princípios.

Washington não encontra respostas credíveis para as suas perguntas-denúncia. Como esta: «Por que são investidos anualmente 700 mil milhões de dólares em gastos militares em vez de se combater a fome com esse dinheiro?»

Mais de 35 mil pessoas morrem de fome todos os dias, mas na luta contra essa tragédia, a meta fixada pela FAO é apenas conseguir que dentro de vinte anos o total de famélicos seja reduzido de 800 para 400 milhões. É uma vergonha! - brada Fidel.

«As águas poluem-se, a atmosfera envenena-se, a natureza está a ser destruída», alerta. Mas os envenenadores do ambiente, os responsáveis pelo ecocídio em marcha só pensam em levar mais longe o jogo do dinheiro e prosseguem e aprofundam as acções criminosas que ameaçam a própria sobrevivência da humanidade. Investem mais em armas, sacralizam as políticas que promovem o aumento do desemprego e aumentam o número de pobres e famintos. Nos últimos 15 anos - lembra Fidel - só os pagamentos relativos ao serviço da dívida extrema excedem 900 mil milhões de dólares. Apesar disso, a dívida global dos países do Terceiro Mundo aumentou.

Nos Estados Unidos, 15 presos políticos porto-riquenhos, cujo crime é terem lutado pela independência da sua pátria, cumprem penas de prisão que, somadas, atingem 981 anos. Entretanto, o Estado norte-americano - em cujos presídios os patriotas de Porto Rico foram espancados, torturados e alguns enjaulados como cães - permite-se acusar Cuba de não respeitar os direitos do homem.

Fidel recorda que em Cuba não há analfabetos (15 milhões nos Estados Unidos), não há famílias sem tecto, não há crianças

Do neoliberalismo USA ao neo-humanismo de Fidel

■ Miguel Urbano Rodrigues



abandonadas, não há doentes sem assistência (1 médico para cada 193 pessoas). Os factos da vida provam que Cuba, tão caluniada, é, afinal, «o país que mais se ocupa do homem, da integridade do homem, dos direitos do homem».

É natural que o discurso humanista de Fidel impressionasse cada vez mais aqueles que, em diferentes terras, o escutam. Assim tem acontecido em todas as cidades da América Latina por ele visitadas; assim ocorreu em Espanha, em França, na Turquia, na Itália, em Harlem, no coração negro de Nova Iorque.

Fidel, por onde passa, repete que em Cuba o êxito do cidadão não é avaliado pela capacidade de acumular dinheiro, mas pelo seu comportamento social.

Afirmavam os inimigos da Revolução que o socialismo não poderia sobreviver na Ilha. Mas enganaram-se; sobreviveu.

Em dois anos, a moeda revalorizou-se sete vezes. O dólar chegou a valer 140 pesos; agora é trocado por 20.

A vaga de entusiasmo, admiração e respeito que a passagem de Fidel por Roma (onde foi recebido com todas as honras pelo Papa) levantou, transcende contudo, pelo significado - repito - a própria personalidade do herói cubano.

O Presidente de Cuba aparece cada vez mais como símbolo de valores, princípios e ideais que os sacerdotes do dinheiro e os teóricos do pensamento único afirmavam estar definitivamente enterrados no cemitério da história. O seu discurso comove e arrebatou, convence, porque a vitalidade da Revolução Socialista em cujo nome fala demonstra a falsidade dessas campanhas.

É um discurso sem pompas, substantivo, simples, directo, coloquial, quase sempre proferido de improviso, olhando de frente aqueles que o escutam.

Na era sombria do neoliberalismo superindividualista, cínico, egoísta e farisaico, Fidel Castro renova uma oratória esquecida que, pelo conteúdo e estilo, desconcerta, perturba e desarma os próprios adversários.

Assim como os tenores do neoliberalismo lembram os cardeais da Igreja Medieval a exigirem dos fiéis penitências, dor e sofrimento porque a Terra seria apenas um vale de lágrimas, não havendo recompensa senão após a morte - Fidel traz à memória os grandes artistas do Renascimento, os seus poetas e escritores que trouxeram uma mensagem oposta, ligada à vida, ao amor e à alegria que o homem dela poderia extrair.

Fidel, no tempo da robotização do homem, da divinização do capital, situa-se na linha de Thomas More, de Galileu



e Darwin. Tão infenso à vaidade e à glória que o ouvi declarar há dias que se vê como «um pigmeu».

Exemplo de desambição e heroísmo pessoal, Fidel - que se considera discípulo e continuador de Martí (por ele definido como «o autor intelectual de Moncada») - nunca esquece as debilidades do homem e permanece atento às suas fraquezas, incluindo as próprias, por serem inerentes à condição humana. Mas acredita também na infinita capacidade do homem para superar as suas fragilidades através do exercício da vontade e da fidelidade a uma concepção ética e solidária da vida.

O seu caminhar, desde a juventude, faz prova de que a derrota aparentemente irreparável pode, pela força do querer humano, quando este é assumido por um povo, levar a vitórias épicas, inimagináveis, que contrariam a própria lógica da história.

Não conheço melhor definição de Fidel do que a que dele apresentou Volodia Teitelboim - ex-primeiro-secretário do Partido Comu-

nista do Chile e grande senhor das letras latino-americanas - numa entrevista à subdirectora do jornal cubano «Juventud Rebelde»:

«Nunca vi um homem tão grande, mais profundo, mais inteligente, mais fiel aos princípios. Por todo o lado afirmo: "se os Estados Unidos tivessem um presidente que fosse 10% de Fidel seriam um grande país democrático!"» (1)

A história responde por ele. É por isso que Fidel, quando fala em qualquer cidade do mundo, abre sempre brechas na muralha da mentira. Aparece como defensor do neo-humanismo num planeta cada vez mais angustiado com a devastação provocada pelo neoliberalismo.

A luta do povo cubano carrega uma mensagem directa e outra indirecta. Fidel insiste em lembrar à humanidade que ela pode e deve resistir às forças que pretendem transformá-la num imenso rebanho robotizado.

(1) In Revista «Contracorriente», pag. 81, Ano 2, nº 5, Havana, 1996.

Narciso chocado

Narciso Miranda, presidente da Câmara Municipal de Matosinhos, afirmou-se «chocado» com as afirmações do seu correligionário e Governador Civil de Braga, Pedro Vasconcelos, que classificou a expulsão duma comunidade cigana de Custóias, em Matosinhos, imposta há dias pelo executivo chefiado por Narciso Miranda, como «pena de banimento medieval». Garantindo que irá ripostar ao que considera «gravíssimas acusações» por parte do Governador Civil de Braga, Narciso afirmou também que só o fará depois de conversar com Pedro Vasconcelos. Esperemos que, nessa resposta,

Narciso esclareça uma outra acusação também lançada pelo seu correligionário (e que, curiosamente, ignorou na sua «chocada indignação»), ao lembrar que foi, precisamente, a Câmara de Matosinhos que expulsou pela primeira vez as comunidades ciganas que foram obrigadas a instalar-se em Oleiros e Cabanelas, no Concelho de Vila Verde, abrindo caminho aos tristes acontecimentos entretanto ocorridos...

As más contas da EXPO

Cardoso e Cunha, Comissário da EXPO/98 nomeado por Cavaco Silva e confiadamente

PONTOS CARDEAIS

reconduzido por António Guterres, foi chamado a S. Bento para explicar a derrapagem orçamental em que - diz-se - entraram os trabalhos do empreendimento. Segundo parece, os números apresentados pelo Comissário ao Governo socialista quando este iniciou funções «dispararam», num ano, para cifras muito superiores, falando-se em 31,524 milhões de contos a mais do que o previsto e afirmado pelo próprio Comissário há apenas uns meses. Da reunião de três horas agora mantida entre Cardoso e Cunha e os ministros António Vitorino, João

Cravinho e Sousa Franco, que tutelam o empreendimento, pouco ou nada transpirou, sabendo-se apenas que o Governo exige a partir de agora contas muito rigorosas, pelo que se propõe «vigiar de perto» as despesas. Trata-se de uma vigilância, além de tardia, um pouco cara, pois custou mais de 30 milhões de contos, até ver. Quanto a Cardoso e Cunha, que várias vezes garantiu pública e tranquilamente que a EXPO se pagaria a si própria, afirma agora com a mesma serenidade que «nunca disse isso». Quem convinha que dissesse alguma coisa era o Primeiro-

-Ministro António Guterres, nomeadamente para que o País, ao menos, fique a saber por que razão tem de pagar tão caro as suas «confianças»...

PP filtro

Conforme o tempo passa e as eleições autárquicas se

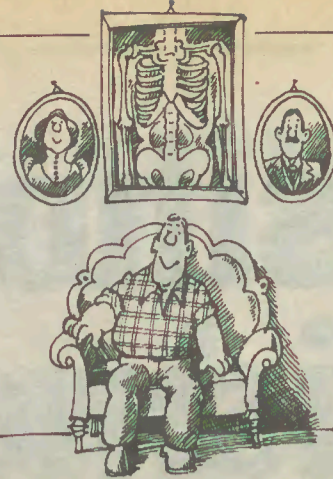
aproximam, o PP tropeça e dá saltos em frente para ver se não cai. É assim que já trema a decisão tomada em Congresso há poucas semanas, garantindo que o PP não fará coligações com o PSD em nenhuma autarquia. Esta estratégia de Manuel Monteiro depressa começou a ser subvertida, na prática, pelos seus correligionários, primeiro abrindo a hipótese «excepcional» de aliança em Lisboa «para combater a frente de esquerda», agora negociando com o PSD a torto e a direito e cada vez menos à sorrelfa.

Perante tal indisciplina, a direcção de Manuel Monteiro engendrou um esquema curioso: definiu «alguns critérios objectivos» para eventuais «entendimentos» com o PSD (o que é coerente à brava com o decidido em Congresso), impondo que quaisquer «avanços» nessas eventualidades sejam comunicados à direcção do partido, que as «filtrará» para uma decisão definitiva. Temos, portanto, agora um «PP filtro». Deve ser por causa da tosse.

O incrível Congresso

Mas as coisas não andam menos surrealistas pelos lados do PSD, o que mostra que a direita em Portugal anda, pelo menos, bastante criativa. No Congresso do PSD/Açores, realizado esta semana em Ponta Delgada, aconteceu o impensável: o candidato à liderança, Lalandia Gonçalves, tirou a si próprio as hipóteses de vitória no discurso que proferiu na tribuna do Congresso. Não se sabe ao certo o que é que o homem disse, pois nada transpirou para os órgãos de Comunicação Social, mas foi o suficiente para o transformar de líder antecipadamente vitorioso em candidato enterrado... por si próprio. Perante tão inesperado desenvolvimento, o Congresso do PSD/Açores virou-se atarantadamente à procura de um líder de ocasião, e como não encontrou nenhum entre os presentes na sala, tratou de arranjar um fora dela. Vai daí chamou à pressa o eurodeputado Costa Neves, da confraria local, que voou de Bruxelas, atravessou o vendaval que fustigava os Açores e aterrou no meio do Congresso com um discurso de posse alinhavado no avião.

Perante tal espectáculo, digam lá se a realidade é ou não é muito melhor que a mais delirante ficção!



PONTOS NATURAIS

Árvore com fitas negras

Repórter - Foi uma marcha contra a fome, o desemprego e os salários em atraso. Os mais de cem trabalhadores do COFTA já não recebem um tostão desde Agosto, vivem dias difíceis e quiseram, nesta altura de Natal, chamar a atenção para as situações de angústia por que estão a passar. Uma árvore enfeitada de fitas negras transportada pelos trabalhadores foi a maneira simbólica de mostrarem o Natal que vão ter.

Trabalhadora - Um Natal muito triste. Um Natal de lágrimas. Há muitas casas sem comer. A trabalhar sem ordenados, com filhos, vai haver muita fome.

Trabalhadora - O Natal vai ser tão negro como as bandeiras que os trabalhadores têm nas mãos. Muitos trabalhadores trabalham aqui, marido, mulher e filhos, para além de não terem salário é uma angústia muito grande.

Repórter - O Natal adivinha-se difícil e o futuro não se apresenta melhor. Os trabalhadores queixam-se da administração e estão revoltados porque dizem que a empresa é viável. Esta manifestação teve o apoio de Carvalho da Silva que deixou um aviso ao Governo:

Carvalho da Silva - Que se lembrem que as famílias

portuguesas têm milhares e milhares de trabalhadores que estão em dificuldades, que ganham mal, que têm salários em atraso, pessoas excluídas a viver na pobreza. E que o sapatinho dos patrões está cada vez mais cheio, o sapatinho do capital está cada vez mais cheio... e nem nesta altura se lembraram de tirar daí um bocadinho para pôr no sapatinho dos trabalhadores.

Repórter - Para estes trabalhadores, o sapatinho vai ser mais pobre, com salários em atraso, sem grandes perspectivas de futuro.

(Jornal da SIC)

Desempregadas

Repórter - Estas mulheres estão desempregadas, quase todas há mais de cinco anos. Há quem esteja há dez. Conhecem bem os centros de emprego, a papelada, as esperas, a começar péla espera para receber a primeira prestação. Do centro de emprego nunca receberam qualquer proposta de trabalho. Têm à volta de 47 anos; quando foram atiradas para o desemprego tinham 42. Aos 40 anos, ainda com 25 anos de vida activa pela frente, já

ninguém as quer para trabalhar. São os desempregados portugueses. Demasiado jovens para a reforma, velhos para a vida activa. Contam para as estatísticas e pouco mais.

(Telejornal)

Os sítios onde Jesus nasce

Paulo Jerónimo - Uma funcionária deu à luz no interior das instalações, sem qualquer tipo de assistência. Tudo porque a administração da Leica, uma empresa de

Mário Castrinho

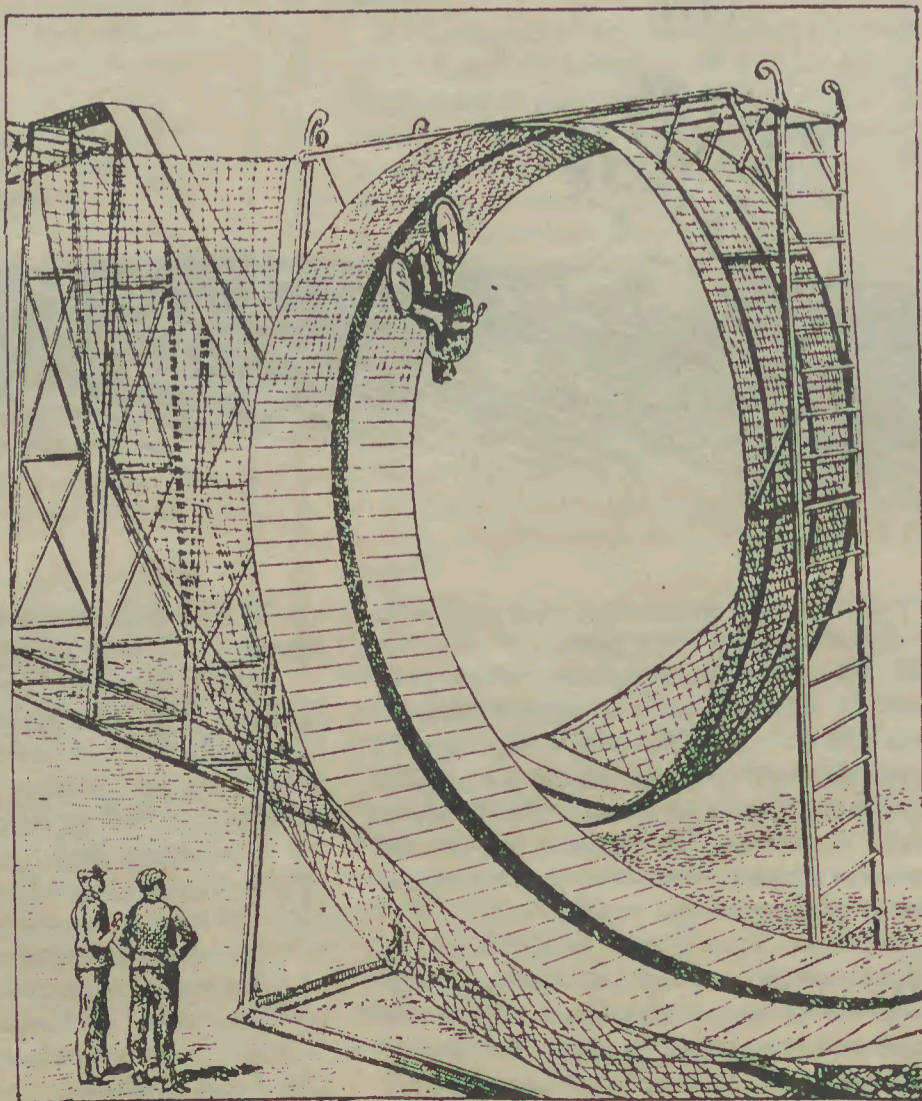
artigos ópticos de Famalicão, não autorizou. Uma denúncia de Carvalho da Silva.

Carvalho da Silva - Nesta empresa aconteceu um escândalo. Nasceu uma criança nas instalações da empresa porque foi recusado o apoio à trabalhadora e o transporte rápido para a maternidade. Isto feito sobre uma mãe solteira, no sector óptico desta empresa. É um dos vários casos que devem ser postos em evidência, porque as trabalhadoras deste país ainda estão sujeitas a actos de humilhação muito grandes.

Paulo Jerónimo - Carvalho da Silva deslocou-se a Famalicão para contestar a não aplicação da lei das 40 horas. A administração da Leica conta também os tempos da falta de efectivação do horário.

Carvalho da Silva - Fizeram uma redução de tempo de trabalho à custa das faltas que estavam incluídas no tempo normal de trabalho. E a tentativa para fazer crer que os trabalhadores são uma cambada de estúpidos e que, por obra milagrosa, o horário de trabalho, trabalhando o mesmo tempo, passou de 41 para 39 horas! É um absurdo.

Paulo Jerónimo - A administração da empresa não autorizou a entrada da comunicação social nas instalações, nem sequer comentou as acusações feitas pelos trabalhadores. A conferência de imprensa de Carvalho da Silva acabou mesmo por ser feita no meio da rua. À chuva.



AGENDA

Plenários em Lisboa...

Freguesia de S. João - O plenário de militantes do PCP da freguesia reúne-se no próximo sábado, 18, às 15 horas, nas instalações da Junta de Freguesia, para discutir a situação política e social e o Plano de Trabalho da organização para 1997.

Zona Oriental de Lisboa - No âmbito desta organização da Cidade de Lisboa, realizam-se esta semana plenários da freguesia de **Santa Engrácia** (hoje, quinta-feira, às 21 horas, no Centro de Trabalho da Graça, com a participação do camarada **Martinho Baptista**) e da freguesia de **Marvila** (sábado, às 15h, na Comissão de Moradores da Zona I de Chelas), ambos igualmente para discutir a situação política e os planos de trabalho locais para 1997.

... e no concelho do Seixal

Para discussão da situação política e dos planos de trabalho para 1997, incluindo o que se relaciona com as eleições autárquicas a realizar no fim do ano, reúnem-se esta semana as seguintes organizações e estruturas do concelho:

- a Comissão Concelhia do Seixal no dia 18, às 10h, no CT do Seixal;

- a Comissão Local de **Fernão Ferro** também no dia 18 (às 21h30, em casa do camarada Águas).

No próximo dia 23, quinta-feira, a partir das 18h, reúne-se no Centro de Trabalho o **Plenário Concelhio de Fundos**, que apreciará os resultados de 1996 no plano das iniciativas e do orçamento e traçará os correspondentes objectivos para 1997.



Reunião da DORAV

A DORAV vai realizar no sábado próximo, no Centro de Trabalho de Aveiro, a sua primeira reunião deste ano. Na Ordem de Trabalho está inscrita a discussão da situação política e social e da actividade do Partido na região após o XV Congresso, assim como a do Plano e Orçamento para 1997.



LOURES

Refeitório Municipal - Terça, 21,
às 17h45

(Célula do PCP no Município de Loures)

*

DEBATE

SOBRE A ACTUALIDADE POLÍTICA

promovido pela Célula do PCP
no Município de Loures

com

ÁLVARO CUNHAL

mud juvenil - cinquentenário da fundação

PORTO

Dia 25 de Janeiro, às 13h:

ALMOÇO-CONVÍVIO de antigos aderentes
no Restaurante do Palácio de Cristal
com a actuação do **Coro Popular de Espinho**
interpretando "Canções Heróicas" de F. Lopes-Graça

De 27 de Janeiro a 4 de Fevereiro:

EXPOSIÇÃO alusiva no Ateneu Comercial do Porto

(Informações e inscrições:

Maria Adelaide Bahia da Silva - R. Afonso Lopes Vieira, 220, Hab. 66 - 4100 Porto
Tel. 02-6065280)



CDU ALHANDRA

- Encontro-Convívio -

Com saída da Junta de Freguesia, sábado, 18, às 9h30

Com

- visita às obras mais significativas da freguesia (de manhã)
- almoço no CT do PCP

- Encontro CDU no Centro de Reformados CURPIFA
sobre o trabalho realizado e planos e perspectivas quanto às Eleições Autárquicas 1997

Participam

Jorge Cordeiro, do CC do PCP

Rui Brioso, vereador da CDU na CM VFX

António Primavera, presidente da JF Alhandra

Já à venda

Neste número

ESPECIAL CONGRESSO

- 4 Um Partido mais forte
Novo rumo para Portugal
- 5 Um Partido mais forte
na passagem para o séc. XXI
- 8 Um PCP mais combativo
e confiante
- 11 O caminho é o da luta
- 17 Questões da Organização
Um Partido mais forte
- 20 Sobre as Teses
- 23 Alterações aos Estatutos
- 24 Depoimentos
- 30 Delegações estrangeiras

JUVENTUDE

- 32 Campanha da JCP
- 35 Dizer a verdade
passar a palavra
- 37 Só há um caminho:
intensificar a luta



TELEVISÃO

Quinta, 16

RTP 1
 09.00 Notícias
 09.10 Infantil
 10.20 Marquesa de Santos
 11.00 Praça da Alegria
 13.00 Jornal da Tarde
 13.45 Em Jogo
 14.00 Malha de Intrigas
 14.45 O Campeão
 15.35 Seleção RTP
 16.25 Lições do Tonecas
 17.00 Notícias
 17.15 Canal Aberto
 18.30 100% Natural
 19.00 País País
 20.00 Telejornal
 20.45 Enviado Especial - "Os Fluxos de Emigrantes para a Construção Civil"
 21.25 Vidas de Sal
 22.45 Tudo às Escuras
 00.25 24 Horas
 00.55 RTP/Financial Times
 01.05 Olho Vivo
 01.35 Bom Bordo

RTP 2
 16.00 Informação Gestual
 16.50 Euronews
 17.15 Infantil
 19.30 Notícias 2
 19.35 O Agente Secreto
 20.30 Absolutamente Fabulosas
 21.00 Acontece
 21.30 RTP/Financial Times
 21.40 Remate
 22.00 Jornal 2
 22.50 Ecce Bombo
 (de Nanni Moretti, It.1978, com Nanni Moretti, Luisa Rossi, Glauco Mauri, Lina Sastri, Fabio Traversa, Piero Galletti. Ver Destaque)
 00.25 Falatório

SIC
 10.10 Buéréré
 11.50 As Receitas do Dia
 12.15 Vira Lata

Sexta, 17

RTP 1
 09.00 Notícias
 09.10 Infantil
 10.20 Marquesa de Santos
 11.00 Praça da Alegria
 13.00 Jornal da Tarde
 13.45 Em Jogo
 14.00 Olho Clínico
 14.45 Malha de Intrigas
 15.30 O Campeão
 16.10 Polícias
 17.00 Notícias
 17.15 Canal Aberto
 18.10 100% Natural
 19.00 País País
 20.00 Telejornal
 20.45 Vidas de Sal
 21.25 Futebol: Belenenses-Sporting
 23.40 24 Horas
 00.10 RTP/Financial Times
 00.20 Mesa à Portuguesa
 00.55 Cruzeiro sem Regresso (de Roger Holzberg, EUA/1987, com Faye Dunaway, Daniel J. Travanti, Kim Cattrall. Mistério)

RTP 2
 16.00 Informação Gestual
 16.40 Euronews
 17.15 Infantil
 19.30 Notícias 2
 19.35 O Agente Secreto
 20.30 A Bela Farda Azul
 21.00 Acontece
 21.30 RTP/Financial Times
 21.40 Remate
 22.00 Jornal 2
 22.40 Portas Abertas
 (de Gianni Amelio, It.1990, com Gian Maria Volonté, Ennio Fantastichini, Renzo Gianpietro, Renato Carpentieri. Ver Destaque)
 00.35 Falatório

SIC
 10.10 Buéréré
 11.50 As Receitas do Dia

Sábado, 18

RTP 1
 08.00 Sempre a Abrir
 11.30 Cybermaster
 12.00 Cuidados com o Cão
 13.00 Jornal da Tarde
 13.35 Top +
 14.25 Amores e Rebeldia
 15.15 2001
 15.45 Jornal Jovem
 16.25 Regresso Amaldiçoado (de Rod Holcomb, EUA/1985, com Jennifer O'Neill, Robert S. Woods, Michael Parks. Telefilme)
 18.10 Super Bébés
 18.45 Há Horas Felizes
 20.00 Telejornal
 20.45 Os Imparáveis
 21.25 Futebol: Boavista-Estrela da Amadora
 23.45 Serviço de Urgência
 00.45 24 Horas
 01.05 Sem Rasto (de Nigel Dick, EUA/1993, com Michael Madsen, Lisa Bonet, Gary Stretch, Tim Russ, Damien Chapa. «Thriller» Policial)
 02.40 Problemas de Solteiro (de Gary Walkow, EUA/1987, com Tom Villard, Susan Dey, Elaine Giffos. Comédia)

RTP 2
 09.00 Universidade Aberta
 12.00 Paixão pela Natureza
 12.30 A Caça
 13.05 Spray
 13.35 Mesa à Portuguesa
 14.00 Parlamento
 15.00 Desporto 2
 18.00 Sinais do Tempo
 19.05 Onda Curta: «A Ilha» (de Joaquim Leitão, Co-produção Internacional / 1990, com Joaquim Almeida, Christine Pascal, José Viana. Ver Destaque)
 19.35 Dinheiro Não Dorme
 20.05 Foyer - «O Século do Cinema» (II)
 21.00 Semana ao Sábado
 22.00 O Lugar da História
 22.50 Contos da Lua Vaga (de Kenji Mizoguchi, Jap.1953, com Machiko Kyo, Masayuki Mori, Kinuyo Tanaka, Sakae Ozawa, Mito Mitsuho. Ver Destaque)
 01.05 Notas de Música

SIC
 08.30 Buéréré
 12.00 O Nosso Mundo
 13.00 Primeiro Jornal
 13.40 Tostões e Milhões
 14.10 Cuidado com as Aparências
 14.50 Malhação
 16.00 Raven
 17.00 Cristine: o Carro Assassino (de John Carpenter, EUA/198, com Keith Gordon, John Stockwell, Alexandra Paul. Terror)
 19.00 Marina, Dona Revista
 20.00 Jornal da Noite
 20.50 Clube VIP
 21.20 Salsa e Merengue
 22.30 Pensão Estrela
 23.00 Big Show Sic
 01.45 Último Jornal
 02.05 Dakar / Dakar (de Jonathan Kaplan, EUA/1992, com Michele Pfeiffer, Dennis Haysbert, Stephanie McFadden, Brian Kerwin. Ver Destaque)

TVI
 09.30 Animação
 11.30 Novos Ventos
 12.00 Notícias
 12.40 O Mundo Natural de Mitsuaki Iwago
 13.40 Contra-Ataque
 14.50 Animação
 15.00 Não se Trata Assim uma Senhora (de Jack Smight, EUA-1968, com Rod Steiger, Lee Remick, George Segal, Murray Hamilton. Comédia)
 17.10 Top of The Pops
 18.10 Cybernet
 18.35 Martin
 19.30 Futebol: Atlético de Madrid-Real Madrid
 21.20 Telejornal
 22.00 Xica da Silva (Compacto)
 23.15 A Ira (Longa-metragem)
 01.25 Notícias
 01.15 Nostalgia (de Andrei Tarkovski, It./URSS-1983, com Oleg Jankovski, Domiziana Giordano, Erland Josephson)

TVI
 12.00 Animação
 13.30 TVI Jornal
 14.00 Laços de Amor
 14.50 Quase Modelo, Quase Detective
 15.45 Adultos à Força
 16.30 Animação
 18.00 Booker
 19.00 7 Ponto 15
 19.30 TVI Jornal
 20.15 Xica da Silva
 21.10 Melrose Place
 21.35 Revólver (de Gary Nelson, EUA/1992, com Robert Ulrich, Dakin Matthews, Steven Williams, David Ryall, Assumpta Serna. Policial)
 23.30 TVI Jornal
 24.00 A Balada de Hill Street

Domingo, 19

RTP 1
 08.00 Sempre a Abrir
 11.50 Sem Limites
 12.25 Repórteres da Terra
 13.00 Jornal da Tarde
 13.35 Made in Portugal
 14.35 Alta Voltagem
 15.15 86-60-86
 15.55 Magacine
 16.40 Caixa Mágica
 17.30 Ilusões
 18.35 Golos
 18.45 Casa Cheia
 19.30 Jet 7
 20.00 Telejornal
 20.50 Os Principais
 22.15 A Mulher do Sr. Ministro
 22.45 Domingo Desportivo
 00.50 24 Horas
 01.10 Máquinas

RTP 2
 09.00 Caminhos
 09.30 Novos Horizontes
 10.00 70 x 7
 10.30 Missa
 11.25 Ciência e Tecnologia - «Horizontes»
 12.10 Máquinas
 12.45 Os 100 Melhores Vídeos
 13.15 Desporto 2
 17.45 Fado, A História de Uma Cantadeira (de Perdigão Queiroga, Port.1948, com Amália Rodrigues, Virgílio Teixeira, Vasco Santana, António Silva, Raul de Carvalho, Eugénio Salvador. Melodrama)
 19.35 Bom Bordo
 20.10 Artes e Letras - «Umberto Eco»
 21.05 Diário Rural de Uma Senhora
 22.10 Horizontes da Memória
 22.35 Ópera: «La Traviata»
 00.45 Vidas do Século: «Stalin» (1ª. episódio)
 01.45 Rumo ao Sul

SIC
 08.30 Buéréré
 12.00 BBC - Vida Selvagem
 13.00 Primeiro Jornal
 13.40 Internacional SIC
 14.10 Assuntos de Família
 14.40 Malhação
 15.30 Balada de Nova Iorque
 16.20 Os Imortais
 17.10 Força Destruidora (de Newt Arnold, EUA/1988, com Jean-Claude Van Damme, Norman Burton, Forest Whitacker. Acção)
 20.00 Jornal da Noite
 20.50 Chuva de Estrelas
 21.50 Salsa e Merengue
 22.50 Missão de Alto Risco (de John Millius, EUA/1990, com Dennis Glover, Willem Dafoe, Brad Johnson. Drama / Guerra)
 00.55 Último Jornal
 01.15 Dakar / Dakar
 01.35 Jô Soares
 02.35 Portugal Radical

TVI
 09.30 Animação
 11.00 Angelus
 11.10 Missa
 12.30 O 8º Dia
 13.00 Notícias
 13.30 Portugal Português
 14.30 A Odisseia Submarina
 15.30 Competente e Descarada
 16.00 O Carro de Combate (de Harley Cokliss, Nova Zel.1981, com Michael Beck, Annie McEnroe, James Wainwright. Drama)
 17.30 1 West Waikiki
 18.30 Futebol: Bétis-Barcelona
 20.15 Telejornal
 21.00 Sim, Senhor Ministro
 21.30 Profiler
 22.25 Futebol: Lazio-Juventus
 00.10 Escândalos
 00.40 Notícias

Segunda, 20

RTP 1
 09.00 Notícias
 09.10 Infantil
 10.20 Marquesa de Santos
 11.00 Praça da Alegria
 13.00 Jornal da Tarde
 13.45 Em Jogo
 14.00 Malha de Intrigas
 14.35 Seleção RTP
 16.05 Os Principais
 17.00 Notícias
 17.15 Canal Aberto
 18.15 O Campeão
 19.15 País País
 20.00 Telejornal
 20.30 Gala de «A Bola»
 22.00 Isto... só Vídeo
 22.45 Vidas de Sal
 23.55 24 Horas
 00.25 RTP/Financial Times
 00.40 Horizontes da Memória

RTP 2
 16.00 Informação Gestual
 16.45 Infantil
 18.55 Universidade Aberta
 19.40 O Agente Secreto
 20.30 Murphy Brown
 21.00 Acontece
 21.30 RTP/Financial Times
 22.00 Jornal 2
 22.40 Tarzan, o Homem-Macaco (de W. S. Van Dyke, EUA/1932, com Johnny Weissmuller, Neil Hamilton, Maureen O'Sullivan, C. Aubrey Smith. Ver Destaque)
 00.20 Falatório

SIC
 10.15 Buéréré
 11.50 As Receitas do Dia
 12.15 Vira Lata
 13.00 Primeiro Jornal
 13.30 O Juiz Decide
 14.00 Os Donos do Jogo
 14.30 Portugal Radical
 14.40 Donos da Bola
 15.40 Buéréré
 18.00 De Corpo e Alma
 19.00 Anjo de Mim
 20.00 Jornal da Noite
 20.45 O Rei do Gado
 21.45 Ponto de Encontro
 22.45 Arma Mortífera (de Richard Donner, EUA/1987, com Mel Gibson, Dennis Glover, Gary Busey, Mitchell Ryan, Tom Atkins. Ver Destaque)
 00.55 Último Jornal
 01.15 Conversas Secretas
 02.15 Vibrações

TVI
 12.00 Animação
 13.30 TVI Jornal
 14.00 Laços de Amor
 14.50 Quase Modelo, Quase Detective
 15.45 Caída do Céu
 16.45 Animação
 18.00 Booker
 19.00 7 Ponto 15
 19.30 TVI Jornal
 20.15 Xica da Silva
 21.10 Em Resumo (Desporto)
 21.55 VR5, Realidade Virtual
 22.45 PSI Factor
 23.45 TVI Jornal
 00.15 A Balada de Hill Street

Terça, 21

RTP 1
 09.00 Notícias
 09.10 Infantil
 10.15 Marquesa de Santos
 11.00 Praça da Alegria
 13.00 Jornal da Tarde
 13.45 Em Jogo
 14.00 Malha de Intrigas
 14.45 O Campeão
 16.00 Seleção RTP
 16.35 Jet 7
 17.00 Notícias
 17.15 Canal Aberto
 17.55 Futebol: Portugal-Dinamarca (Sub-21)
 20.00 Telejornal
 20.45 Vidas de Sal
 21.45 Nós, os Ricos
 22.30 De Par em Par
 22.45 Maria Elisa
 00.45 24 Horas
 01.15 RTP/Financial Times
 01.30 Grandes Nomes

RTP 2
 16.00 Informação Gestual
 17.00 Infantil
 19.00 Rotações
 19.35 O Santo
 20.30 Cybill
 21.00 Acontece
 21.30 RTP/Financial Times
 22.00 Jornal 2
 22.40 Aventuras de Robin dos Bosques (de Michael Curtiz, EUA/1938, com Errol Flynn, Olivia de Havilland, Basil Rathbone, Claude Rains, Patrick Knowles, Melville Cooper. Ver Destaque)
 00.55 Falatório

SIC
 10.15 Buéréré
 11.50 As Receitas do Dia
 12.15 Vira Lata
 13.00 Primeiro Jornal
 13.30 O Juiz Decide
 14.00 Os Donos do Jogo
 14.30 Portugal Radical
 14.40 Escrita em Dia
 15.40 Buéréré
 18.00 De Corpo e Alma
 19.00 Anjo de Mim
 20.00 Jornal da Noite
 20.55 O Rei do Gado
 21.55 Ai os Homens!
 23.15 Esta Semana
 00.25 Último Jornal
 00.45 Escrita em Dia
 01.45 Vibrações

TVI
 12.00 Animação
 13.30 TVI Jornal
 14.00 Laços de Amor
 14.50 Quase Modelo, Quase Detective
 15.45 Caída do Céu
 16.45 Animação
 18.00 Booker
 19.00 7 Ponto 15
 19.30 TVI Jornal
 20.30 Xica da Silva
 21.10 Pontos nos II
 22.00 Luta até ao Fim (de Rod Hardy, EUA/1992, com Susan Dey, Lorraine Toussaint, D. W. Moffett, Piper Laurie. Drama)
 23.40 TVI Jornal
 00.10 A Balada de Hill Street

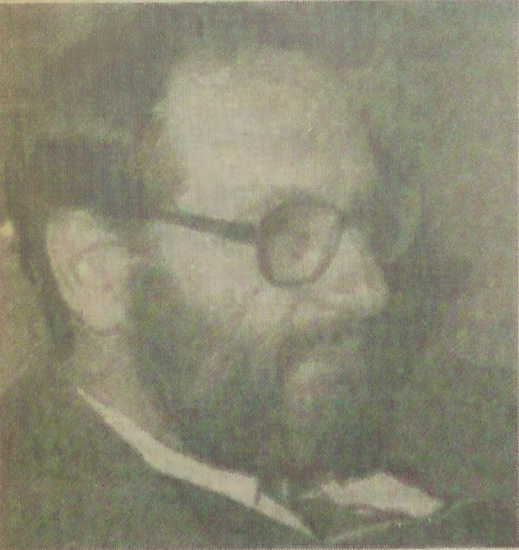
Quarta, 22

RTP 1
 09.00 Notícias
 09.10 Infantil
 10.15 Marquesa de Santos
 11.00 Praça da Alegria
 13.00 Jornal da Tarde
 13.45 Em Jogo
 14.00 Malha de Intrigas
 14.45 Seleção RTP
 15.45 Espaço Juvenil
 16.30 Nós, os Ricos
 17.00 Notícias
 17.15 Canal Aberto
 18.10 O Campeão
 19.00 País, País
 19.40 Totobola
 20.00 Telejornal
 20.35 Futebol: Portugal-França (AA)
 22.45 Vidas de Sal
 23.45 Crime Violento
 00.55 24 Horas
 01.25 RTP/Financial Times

RTP 2
 16.00 Informação Gestual
 16.40 Euronews
 17.15 Infantil
 19.35 Shaka Zulu
 20.30 Os Simpsons
 21.00 Acontece
 21.30 RTP/Financial Times
 22.00 Jornal 2
 22.40 Ivanhoe (de Richard Thorpe, EUA/1952, com Robert Taylor, Elizabeth Taylor, Joan Fontaine, George Sanders, Alyn Williams, Robert Douglas. Ver Destaque)
 00.30 Falatório

SIC
 10.15 Buéréré
 11.50 As Receitas do Dia
 12.15 Vira Lata
 13.00 Primeiro Jornal
 13.30 O Juiz Decide
 14.00 Os Donos do Jogo
 14.30 Portugal Radical
 14.40 Escrita em Dia
 15.40 Buéréré
 18.00 De Corpo e Alma
 19.00 Anjo de Mim
 20.00 Jornal da Noite
 20.55 O Rei do Gado
 22.00 Surprise Show
 23.30 A Noite da Má Língua
 00.45 Último Jornal
 00.50 Toda a Verdade
 01.50 Vibrações

TVI
 10.00 Animação
 11.00 Missa
 13.30 TVI Jornal
 14.00 Laços de Amor
 14.50 Quase Modelo, Quase Detective
 15.45 Caída do Céu
 16.45 Animação
 18.00 Booker
 19.00 7 Ponto 15
 19.30 TVI Jornal
 20.15 Xica da Silva
 21.10 Melrose Place
 22.00 Aquela Noite (de Craig Bolotin, EUA/1992, com Susan Dey, Lorraine Toussaint, D. W. Moffett, Piper Laurie. Drama)
 23.40 TVI Jornal
 00.10 A Balada de Hill Street



Um documentário sobre um homem de muitos saberes e de muitos talentos - também o de comunicar: é Umberto Eco, esta semana no Artes e Letras da RTP2, domingo à noite

13.00 Primeiro Jornal
 13.40 O Juiz Decide
 14.00 Os Donos do Jogo
 14.30 Portugal Radical
 14.40 Ponto de Encontro
 15.30 Buéréré
 18.00 De Corpo e Alma
 19.00 Anjo de Mim
 20.00 Jornal da Noite
 20.55 O Rei do Gado
 21.55 As Aventuras de Camilo
 22.30 Casos de Polícia
 23.30 Viva a Liberdade
 00.35 Último Jornal
 00.55 Dakar / Dakar
 01.15 Contos de Arrepiar
 02.15 Vibrações

TVI
 12.00 Animação
 13.30 TVI Jornal
 14.00 Laços de Amor
 14.50 Quase Modelo, Quase Detective
 15.45 Adultos à Força
 16.30 Animação
 18.00 Booker
 19.00 7 Ponto 15
 19.30 TVI Jornal
 20.15 Xica da Silva
 21.10 Melrose Place
 21.35 Revólver (de Gary Nelson, EUA/1992, com Robert Ulrich, Dakin Matthews, Steven Williams, David Ryall, Assumpta Serna. Policial)
 23.30 TVI Jornal
 24.00 A Balada de Hill Street



De Verdi, «La Traviata», com uma nova Violetta - a romena Angela Gheorghiu. Domingo em «Noite de Ópera» da RTP2



Jô Soares volta à televisão portuguesa, agora na SIC. Domingo, às tantas da noite...

TELEVISÃO

Por isto e por aquilo...



Um fotograma de «Contos da Lua Vaga», uma obra-prima de Kenji Mizoguchi



Maureen O'Sullivan e Johnny Weissmuller, em «Tarzan, O Homem-Macaco», de W. S. van Dyke

Ecce Bombo (Quinta, 22.40, RTP2)

Seguindo uma linha ideológica habitual no seu cinema, o cineasta e actor **Nanni Moretti** remete-nos aqui para os tempos posteriores ao Maio de 68 e às suas repercussões em Itália ao acompanhar o percurso de um ex-estudante universitário e militante político cujas contradições e desilusões se agudizam nas complexas relações com os amigos e companheiros dos seus círculos políticos, com os seus familiares ou mesmo com a sua namorada, tudo em meio de referências políticas mais ou menos sarcásticas que reflectem os tiques já mais que conhecidos do «folclore esquerdista». Mas, independentemente da visão política em concreto, o filme preocupa-se (mesmo que de forma distorcida) em tentar fazer o retrato do real e, sobretudo, a aplicar-lhe o ferrete da sátira - o que bem podia servir de exemplo para os dias de hoje...

Portas Abertas (Sexta, 22.40, RTP2)

Um outro filme italiano cujo tema é político. Aqui o fulcro das atenções são os anos 30 e o regime fascista, com todas as suas prepotências ditatoriais, injustiças e corrupção e em que surge em primeiro plano a figura de um juiz que questiona a pena de morte durante o julgamento de um sindicalista de Palermo (aliás, fascista) que assassinara um colega que o substituíra por causa de um pequeno delito que cometera. O destaque vai para o papel principal de um grande actor: **Gian Maria Volonté**.

A Ilha (Sábado, 19.05, RTP2)

«Linda e Andrea chegam a uma pequena ilha no meio do Atlântico. Ela é antropóloga e veio até à ilha para fazer pesquisas. Ele veio de férias e só vagamente acredita que os dois conseguem reencontrar o mesmo amor que os uniu há dez anos. Um dia Andrea vê uma bela mulher ruiva no mar. Fica fascinado embora aparentemente mais ninguém a consiga ver. Andrea fica obcecado com a imagem da sua «sereia» e não quer deixar a ilha.» É assim, factualmente - o que, às vezes, é bem melhor do que tentar convencer-nos em ridículos textos laudatórios da bondade da escolha das verdadeiras mistelas para o Canal 1 por parte dos programadores cinematográficos da casa -, que o Boletim de Programas da RTP descreve a curta-metragem inédita, agora estreada em televisão, e que é uma co-produção internacional com produção executiva de **António Cunha Telles** e realização de **Joaquim Leitão** para a série «Amor à Primeira Vista». Nos principais papéis, **Christine Pascal**, **José Viana** e o próprio **Joaquim Leitão**. A descobrir.

Contos da Lua Vaga (Sábado, 22.50, RTP2)

A acção situa-se durante uma das muitas guerras civis que o Japão conheceu em pleno século XVI. Numa pequena vila, dois



Danny Glover e Mel Gibson, em «Arma Mortífera», de Richard Donner

cunhados, um camponês e o outro oleiro, separam-se das suas famílias: um para se tornar *samurai*, o outro para ganhar fama e enriquecer com a sua arte. Depois de muitas atribulações, o camponês torna-se definitivamente *samurai*, revelando a extrema crueldade da sua natureza, e regressa à vila agora acompanhado da sua mulher que se tornara prostituta. O oleiro, que procurava sem cessar vender as suas obras, sucumbira aos amores de uma bela mulher e seguira-a na senda de um mundo de paixão e voluptuosidade. Mas a bela mulher era, afinal, um fantasma e o oleiro acaba por se encontrar só, num mundo vazio e desolado. E, desesperado, mete de novo ombros ao seu humilde mister. Estes admiráveis *Contos* são uma fabulosa composição cinematográfica - enriquecida por uma brilhante planificação e por assombrosos movimentos de câmara - imaginada pelo grande cineasta **Kenji Mizoguchi** a partir das *Histórias da Chuva e da Lua*, de **Ueda Akinai**, um dos clássicos da antiga literatura japonesa, e alternando com elevado talento dois estilos narrativos: o da mais insuportável crueldade e violência, em meio da guerra civil e dos comportamentos brutais do lado mais animal do homem e o da tensa suavidade das sequências de transcendente beleza e arrebatada paixão. Uma obra-prima.

Nostalgia (Sábado, 01.15, TVI)

Um escritor e poeta russo viaja pela Itália em busca do trajecto que, no século XVIII, um seu compatriota, compositor, havia seguido. E é então que, partindo de Roma para ir admirar um *fresco* de **Della Francesca**, se cruza com as personagens mais estranhas e inquietantes. Filmado já numa época em que o seu autor - **Andrei Tarkovsky** - vivia fora da União Soviética e realizado com o seu habitual brilhantismo visual, *Nostalgia* é claramente um filme sobre a solidão do exílio e uma das obras nas quais, em toda a sua cinematografia, a «incomunicabilidade» entre os seres mais aflige e incomoda. Um filme premiado em 1983 no Festival de Cinema de Cannes.

Contra Tudo

(Sábado, 02.25, SIC)

Uma cabeleireira de Dallas, **Lurene**, grande admiradora de **Jacqueline Kennedy**, leva uma vida insuportável ao lado de um marido que a subjuga e despreza. E quando o casal presidencial visita Dallas, **Lurene** decide arranjar um estratagemas para poder estar bem perto de **John Kennedy** à sua chegada ao aeroporto. Mas a tragédia acontece e, após o assassinato do presidente, ela decide ir a Washing-

ton para assistir ao funeral. No seu longo trajecto de autocarro, conhece um negro, **Dennis**, e ambos falam agora sobre o racismo e a luta pelos direitos cívicos. Por este pequeno resumo se percebe que estamos perante um filme centrado sobre os problemas da sociedade americana, embora **Jonathan Kaplan**, o realizador, não tenha conseguido completamente fugir a uma sobreposição talvez exagerada de várias histórias, sinais e pistas de reflexão, o que claramente tem que ver com insuficiências ao nível da escrita do argumento. Pela sua interpretação, **Michelle Pfeiffer** foi nomeada para o Oscar de Melhor Actriz Feminina em 93.

Tarzan, O Homem-Macaco

(Segunda, 22.40, RTP2)

Foi assim que tudo começou, com o olímpico **Weissmuller** a bater no peito e a saltar agilmente de liana em liana, em companhia da macaca **Cheetah**, sem deixar de reparar (pudera!) em **Maureen O'Sullivan** na pele da belíssima **Jane**. Nenhuma das milhentas versões posteriores se aproxima, sequer, da ingénua beleza e invenção desta. Não há que hesitar.

Arma Mortífera (Segunda, 22.45, SIC)

Perseguido sem descanso um bando de traficantes de droga por todo o Sul da Califórnia, dois polícias bem diferentes de do outro - o branco (**Mel Gibson**), um jovem meio paranóico, e o negro (**Danny Glover**), um bom chefe de família próximo da reforma - passam por uma série de situações de perseguição e pancadaria, até que tudo acaba num tiroteio insano e arrasador. Nada do que aqui é visto é novidade, em termos de filmes de acção, mas o requinte e virtuosismo com que tudo é feito tornou este filme um êxito perdurável que ficou a dever-se, sobretudo, à eficácia narrativa do realizador **Richard Donner**. Vê-lo ou perdê-lo é uma questão de gosto perfeitamente aceitável.

Aventuras de Robin dos Bosques

(Terça, 22.40, RTP2)

Pelo contrário, em relação a este filme, dir-se-ia que «não há amor como o primeiro». Trata-se, na verdade, da melhor versão de sempre de uma história, também localizada nas nossas memórias juvenis, mas que nunca como aqui teve realização e intérpretes de semelhante grandeza. Um grande filme de aventuras, com uma gloriosa banda sonora. E dois belíssimos (no rigoroso sentido da palavra) intérpretes: **Olivia de Havilland** e **Errol Flynn**.



Robert Taylor e Jean Simmons, em «Ivanhoe - O Vingador do Rei», de Richard Thorpe



Olivia de Havilland e Errol Flynn, nas melhores «Aventuras de Robin dos Bosques», de Michael Curtiz

A televisão que continuamos a ter

«(...) Limitar o tempo de publicidade na RTP significa que são os contribuintes a compensar as receitas que a estação é impedida de fazer. (...)»

(Joaquim Furtado, director-coordenador da RTP)

Esta frase citada numa das últimas edições do semanário «Expresso» - e que justificou, nos dias seguintes a ter sido publicada, uma apressada correcção pública por parte do Presidente do Conselho de Administração da mesma estação no sentido de tornar claro que essa opinião, meramente individual, não reflectia a posição oficial da empresa - não pode deixar de merecer alguns comentários. Porque, ao mesmo tempo que se lhe nota uma postura de «fanfarronice» corporativa por parte do «profissional» que não se engana e raramente tem dúvidas, não deixa de configurar um acto público de «desvalorização» do alcance das directrizes do membro do Governo que se ocupa deste importante pelouro.

Na realidade, custa ainda a admitir que um dos responsáveis máximos pelo nosso serviço público de televisão tenha também argumentado na mesma ocasião que as medidas do Governo tendentes a diminuir o tempo de emissão de publicidade na RTP 1 e a determinar a sua total anulação na RTP 2 constituíam uma «medida administrativa para resolver a má gestão dos privados», acrescentando (sem corar de vergonha) que «se a RTP tem publicidade (é) porque conseguiu ter bons resultados nas audiências» (!) - o que só não dá vontade de rir por tudo isto não passar de uma triste tragicomédia.

Por vários e simples motivos: em primeiro lugar, porque se tenta, assim, escamotear a pública (e não convictamente desmentida) denúncia de que também a RTP praticava (e porventura continua a praticar) um artificial abaixamento dos preços para a transmissão de publicidade; depois, porque é desviante e demagógico argumentar-se que a medida vai favorecer os operadores privados e prejudicar os contribuintes, salientando apenas uma das consequências (inevitáveis) da decisão mas omitindo que nunca seria a esse nível que a concorrência entre serviço público e privado deveria ser travada, antes pelo contrário tal se verificaria se em boa verdade se cuidasse do elevamento da qualidade e dignificação da programação daquele, precisamente para que as expectativas dos invocados contribuintes que não deixam de o sustentar (cumulativa e indirectamente, pela injeção dos chamados «fundos compensatórios» saídos do Orçamento de Estado) não fossem defraudadas; finalmente, porque teria sido muito mais aceitável e natural que o actual director-coordenador da RTP se tivesse preocupado sobretudo em sublinhar que o verdadeiro problema sempre residiu no facto de, há anos, o Governo cavaquista demagógicamente ter acabado com a taxa de televisão, o que constituiu um dos primeiros factores do progressivo abastardamento e descalabro do serviço público de televisão no nosso país.

E seja-nos permitidas mais duas observações: a primeira é a de que, nestas coisas, nada é mais hipócrita do que invocar meias-verdades, sendo «preferível» o descaramento da mentira assumida para assim se saber com quem estamos a lidar; a segunda é a de que não é com a rábula de criticar negativamente uma decisão do Governo que se finge dar a entender publicamente que, agora sim, temos uma RTP desgovernamentalizada - é pela prática quotidiana e a todos os níveis da isenção e do pluralismo, o qual deve ser respeitado na própria escolha de convidados, colaboradores, criadores e artistas nos mais diversos campos da informação e da programação.

Uma autêntica desilusão

Mas é também nas decisões tomadas quanto à distribuição dos vários programas pelas horas de emissão dos dois canais que se pode comprovar se houve ou não transformações qualitativamente diferentes a assinalar nos últimos tempos. E mais uma vez tem de dizer-se, infelizmente, que as decisões deixaram muito a desejar. Já não vale a pena falar da paupérrima programação da RTP 1, na qual as poucas e honrosas excepções não chegam para disfarçar a proliferação e reincidência em programas de baixíssima extracção e superficial arremedo populista, na indistigável demonstração de um complexo de seguidismo (e, portanto, de inferioridade) em relação ao concorrente mais directo.

Como entender, por exemplo, a estreia há poucos dias da reposição (para muito pior!) desse já anteriormente inenarrável «Isto é só vídeo» - agora com textos e comentários off que roçam a mais desbragada ordinárie e com uma apresentadora que nem vale a pena qualificar? E como justificar a idiotice de «Tudo às

de atabalhoada e continuada descaracterização do serviço público? E como é possível, contra as anunciadas intenções dos responsáveis governamentais, que um director-coordenador que já teve especial e destacado papel no campo da informação de qualidade continue a autorizar e a determinar a frequente interrupção dos principais serviços noticiosos para a emissão de publicidade e continue a manter a inserção de tais spots na RTP 2?

O problema é que as transformações operadas na estação da 5 de Outubro não podem deixar de se considerar o maior bluff e desilusão do último ano televisivo e que continua a existir uma clara contradição entre os procedimentos verificados na prática e os objectivos há muitos e muitos meses prometidos em teoria e até recentemente acordados e reforçados em protocolos com a administração da RTP. A qual se acrescenta uma outra contradição de fundo, com origem em condicionalismos estruturais muito evidentes e que têm que ver com certos princípios arraigados na RTP e que já pertencem à história (evidentemente problemática, altamente complexa e contraditória, mas não isenta de dignidade nos seus melhores tempos) das mais exaltantes tradições da instituição - o que de forma alguma significa qualquer branqueamento do seu triste passado fascista. É que, por um lado, a cópia dos esquemas e procedimentos declaradamente interesseiros e mercantis inerentes ao funcionamento de um operador privado são por princípio alheios à ética, aos princípios e à própria vivência de muitos dos melhores profissionais do nosso serviço público. E por outro lado, quando se faz apelo à pior colaboração externa ou se violenta a seriedade e profissionalismo do próprio sistema de funcionamento interno, o resultado passa a ser não apenas rasteiro quando ao nível de qualidade como insuportavelmente ridículo pelo desajeitado que sempre é tentar fazer imitação barata.

No melhor pano cai a nódoa

Sem dúvida que é na RTP 2 que pode continuar a encontrar-se o que de melhor hoje pode ser visto e ouvido em televisão no nosso país. Mas isso não pode servir de alibi, isso não chega para preencher os requisitos desde há muito defendidos por muitos analistas do fenómeno televisivo por-

escuras», a publicidade encoberta de «Magazine», a vacuidade de «Jet 7», a apressada transferência de «2001» da RTP 2 para a RTP 1 (chamando-lhe uma «estreia!»), se não

tuguês e mais recentemente corroborados e adiantados por alguns membros do Governo com responsabilidades neste sector e que - se não estão a enganar-nos - sem margem para dúvidas ou equívocos apontam no sentido da observação das mesmas obrigações de qualidade extensíveis à RTP 1, embora com características específicas quanto ao universo dos espectadores a atingir. Significa isto que, mesmo assim, não existem lacunas e desajustes na RTP 2? Infelizmente, não é isso que se verifica e, em alguns casos, a evolução traduziu-se em involução.

Vejamos, por exemplo, o caso de um programa como «Notas de Música», agora transmitido em fim de emissão, a altas horas da madrugada, o que significa que, objectivamente, ele é visto por uma

minoridade de noctívagos, desocupados ou atreitos a insónias. Que motivação pode ter a sua responsável - Paula Aresta - para produzir um programa que ela própria sente não terá a recepção naturalmente exigível? Como não comparar o actual e modesto formato deste programa com o do saudoso «Fórum Musical»?

É evidente que os novos condicionalismos de exibição do programa prejudicam o seu conteúdo e o arrefecem o próprio entusiasmo em (assim) fazer televisão. E se, na última emissão de «Notas de Música» - cujo genérico revelou, aliás, a circunstância inadmissível de ser agora uma «produção externa!» - foi extremamente agradável de seguir a entrevista em que Paulo Ferreira e Castro, director artístico do Teatro Nacional de S. Carlos, anunciou os projectos para a dinamização do repertório e dos públicos daquela vetusta e prestigiada sala; e se foi também motivo de surpresa e curiosidade sabermos de viva voz do envolvimento que a personalidade de Ary dos Santos indirectamente teve na génese de «Três Andamentos à Procura de um Quarteto», obra que António Victorino de Almeida escreveu para o Opus Ensemble; já nos pareceu uma manta de retalhos a própria organização interna do programa, em que esteve a mais (porque totalmente marcado pela

futilidade e pela superficialidade) o discorrer de Maria José Salavisa a propósito das suas preferências musicais e estiveram a menos os momentos em que pudesse ouvir-se música. Na realidade, apenas alguns segundos de música pelo Opus Ensemble ou pouco menos de dois minutos de um documento precioso do arquivo da RTP - como é a gravação de um recital pela soprano Elena Cotrubas em 1983 no Teatro S. Luiz em Lisboa - são um desperdício que não podemos dar-nos ao luxo de desculpar ou fingir que não vimos.

Em tempo: quanto acabei de lançar ao papel estes desabafos, desliguei o computador e fui dar uma olhadela ao televisor. Era 1.40 da madrugada de quarta-feira e tinha começado há momentos na RTP 1 um documentário sobre a pintora portuguesa Paula Rego, que aproveitei para ver e acabou... às 2.35. Depois, maquinalmente, comecei a clicar no controlo à distância e fui parar ali ao lado, à SIC. Estavam em amena e inteligente cavaqueira, no «Escrita em Dia», o seu autor Francisco José Viegas com Manuel Gusmão e Mário de Carvalho. O programa acabou às 2.55! Quantos espectadores viram estes programas? Que querem que chame a isto? Incompetência? Desperdício? Teimosia? Provocação?



ESCAPARATE

TEATRO

Uma estreia em Almada

Com a curiosidade de se tratar do primeiro trabalho de encenação para o teatro por parte de uma cineasta com larga experiência no cinema português - Monique Rutler é, nomeadamente, realizadora dos filmes «Velhos São os Trapos» e «Jogo de Mão» - a Companhia de Teatro de Almada estreia amanhã à noite a peça «O Tambor de Seda», com cenários de Fernando Filipe, figurinos de Filipe Faisca e interpretação de Alberto Quaresma, André Gomes, Celestino Silva, Francisco Costa, Maria Frade, Nuno Simões, São José Correia e Teresa Gafeira. Esta encenação de Monique Rutler inclui duas peças escritas pelo autor japonês Yukio Mishima e inspira-se no *Nô*, forma de espectáculo teatral japonesa já oriunda dos séculos XIV e XV.



Foto de ensaio de «O Tambor de Seda» (José Frade)

de um universo interior, tão composto de estados extremos de espírito, como era o do poeta». Com encenação, espaço cénico e orientação dramaturgica de António Olaio e, ainda, iluminação de Pedro Machado e sonoplastia de André Louro, a interpretação de «Como eu não possuo...» estará a cargo de Ana Saltão e André Louro.

«Da impossibilidade de possuir ou da sua inevitabilidade»

Começa hoje à noite na sala de teatro de O Bando, uma série de espectáculos (que prosseguirá nos dias 17, 18, 23, 24, 25, 30 e 31 de Janeiro e, ainda, 1 de Fevereiro) pelo Colectivo de Teatro «O Grupo». O espectáculo, intitulado «Como eu não possuo...», foi concebido a partir de textos de Mário de Sá-Carneiro e nele se procura «a exploração do corpo, da voz, das máscaras do actor, recriando toda a complexidade



«Como eu não possuo...» (Foto de José Frade)

«Bingo» despede-se

Entretanto, ainda podem ser vistas no Centro Cultural Malaposta até dia 19, com espectáculos às 21.30 (e às 16.00, apenas no domingo), as últimas representações da peça «Bingo, Cenas de Dinheiro e Morte», de Edward Bond, com tradução de Maria Helena Serôdio e encenação de José Peixoto, um dos mais recentes êxitos teatrais do CDIAG/Teatro Malaposta.



MÚSICA

Música de câmara russa

Prossegue esta semana, com dois recitais, a Temporada de Música e Dança 1996/1997 organizada pela Fundação Calouste Gulbenkian. O programa de amanhã, às 19 horas, no Grande Auditório estará a cargo de duas artistas russas de grande relevo, a cantora Galina Gorchakova acompanhada pela pianista Larissa Gergieva. O programa será preenchido integralmente com obras para canto e piano de compositores russos, como Glinka, Dargomyzshky, Rimsky-Korsakov, Balakirev, Tchaikovsky e Rachmaninov.

Na próxima 2ª feira, também às 19 horas, mas no Auditório Dois, será a vez de serem interpretadas obras de Franz Schubert (Quinteto em Dó Maior, D. 956, op. 163) e Johannes Brahms (Quinteto n.º 2 em Sol

Maior, op. 111). Actuarão os solistas da Orquestra Gulbenkian, a saber: Bin Chao (1.º violino), Elena Paniouchkina (2.º violino), Khatchatour Amirkhanian (viola), Levon Mouradian (violoncelo) e Yuri Azenov (contrabaixo).



Galina Gorchakova (soprano) e Larissa Gergieva (piano)

DANÇA

Exemplos de dança urbana

«É uma dança política e militante no sentido mais radical do termo, pois tem sido um médium fundamental da geração de 90. Expressionismo sem escola e sem estilo, se assim se pode dizer, o Hip Hop é a dança dos corpos rebeldes e festivos no seu estado puro e ficará, com certeza, como uma dança que identifica o final deste século.» É assim, oportuna e adequadamente, que o desdobrável da programação para os meses Janeiro / Março da Culturgest se refere aos dois espectáculos de «Danças Hip Hop» que, integrados no ciclo «Dança do Século XX», são apresentados no seu Grande Auditório amanhã e no sábado, pelas 21.30 horas. Um programa sem dúvida estimulante que contará com a presença dos solistas Kafig e



«Danças Hip-Hop», na Culturgest

Julie Dossavi bem como do Collectif Mou', que assim nos darão a imagem de uma forma de dança contemporânea, directamente inspirada na música popular urbana, sobretudo afro-americana.

Workshop de Improvisação

Mas uma outra experiência no campo da dança contempo-



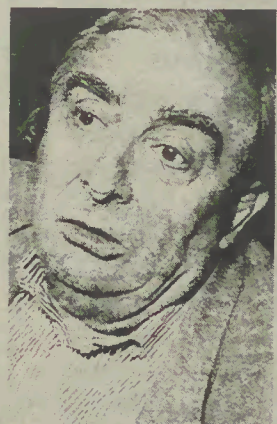
Humphrey Bogart e Lauren Bacall, em «Ter ou Não Ter», de Howard Hawks

«Bogie in Excelsis»

Sob o título acima reproduzido - e que confessadamente foi roubado ao crítico e realizador Peter Bogdanovich - está actualmente a realizar-se na Cinemateca Portuguesa (R. Barata Salgueiro, Lisboa) um ciclo dedicado a um dos maiores mitos do cinema norte-americano, o actor Humphrey Bogart. A lista dos filmes a projectar é invejável e, por exemplo, entre hoje e a próxima 4ª feira 22, poderão ser vistos, por esta ordem: 16 às 21.30, «Relíquia Macabra» (*The Maltese Falcon*, de John Huston, EUA/1941); 17 às 21.30, «Casablanca» (de Michael Curtiz, EUA/1943); 18 às 15.30, «Vidas Nocturnas» (*The Drive By Night*, de Raoul Walsh, EUA/1940) e às 21.30 «Ter ou Não Ter» (*To Have and Have Not*, de Howard Hawks, EUA/1944); 20 às 18.30, «Conflito de Almas» (*Conflict*, de Curtis Bernhardt, EUA/1945) e às 21.30 «À Beira do Abismo» (*The Big Sleep*, de Howard Hawks, EUA/1946); 21 às 18.30 «Maldita Mulher» (*Dead Reckoning*, de John Cromwell, EUA/1947) e às 21.30 «Prisioneiro do Passado» (*Dark Passage*, de Delmer Daves, EUA/1947); e 22 às 18.30 «Inspiração Trágica» (*The Two Mrs. Carrolls*, de Peter Godfrey, EUA/1947) e às 21.30 «Paixões em Fúria» (*Key Largo*, de John Huston, EUA/1948). Um ciclo imperdível, que continuará até ao fim do mês.

A França vista por...

Integrado num outro ciclo - «La France Vue Par...» - que em Janeiro e Fevereiro está a ser organizado pelo Instituto Franco-Português (Av. Luís Bivar, em Lisboa), é projectado na próxima 4ª. feira, 22, pelas 19 horas, o filme «A Mulher Infiel» (*La Femme Infidèle*, Fr./1968) do cineasta francês Claude Chabrol. Se há filme que melhor traduz as preocupações dramaturgicas que marcaram as melhores obras deste realizador, um deles é seguramente este, brilhantemente interpretado, não apenas pela sua actriz habitual que é Stéphane Audran, sua própria mulher, como sobretudo por Michel Bouquet, um actor-chave no desempenho dos inquietantes personagens que povoam o universo psicológico dos filmes de Chabrol. Aqui, um marido assassina o amante da sua mulher e é silenciosamente encoberto por esta, assim se refazendo, embora tarde de mais, a «paz» do casal desavindo. Um retrato de certa burguesia hipócrita francesa, que o realizador estigmatiza com um olhar implacável.



Claude Chabrol

Workshop de Improvisação



Trata-se de um projecto orientado por Howard Sonenklar e que teve origem já no ano passado, em Dezembro, quando o CCB acolheu um grupo de bailarinos, músicos e artistas plásticos portugueses e estrangeiros (EUA, Alemanha, Suécia, França e Dinamarca) para investigarem a improvisação no bailado.

LIVROS

Salazarismo e Franquismo

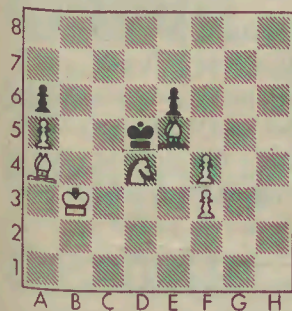
Da autoria de Manuel Loff, editado pela Campo das Letras na sua colecção Campo da História, foi publicado recentemente este livro, que é como que uma lufada de ar fresco por entre as várias obras que recentemente têm vindo a lume com o objectivo de branquear o salazarismo. Ou de afirmar que o fascismo não existiu; ou que existiu um regime autoritário, nomeado de várias maneiras a fim de lhe retirar a carga de ditadura terrorista e de lhe disfarçar os objectivos e os métodos. Salazarismo e Franquismo na época de Hitler (1936/1942) põe a nu a «crise da memória», mais evidente como intenção por altura do 50.º aniversário do final da II Guerra Mundial. Entre nós, alguns escritores tentaram assim a «reelaboração da história». Como o autor desta obra acentua, «parece-nos indubitável que a vertente negativa dessa reelaboração - a contestação de legitimidade ao actual regime, a sua denúncia como traição nacional e histórica - há muito que vem alagando o terreno sobre o qual se procura construir um discurso historiográfico, político, social, sobre a história do nosso país. É admissível concretamente que as dispersas alegações revisionistas dos neo-salazaristas, chamemos-lhe assim, em torno do que em 1994 se chamou o branqueamento do regime salazarista, especificamente quanto ao que foram as suas características e práticas definidoras, terão tido, apesar de tudo, menos sucesso entre a maioria da opinião pública que o conseguido naquele outro campo particular da memória do Portugal salazarista que se tem mostrado permeável, muito permeável até, à imposição revisionista da História». «Estamos aqui, obviamente», continua o autor, «a referir-nos à questão colonial, quer na interpretação do conflito armado, quer sobretudo no do reconhecimento do direito à autodeterminação dos povos africanos e à descolonização que se lhe seguiu. Esta tem sido a plataforma onde se tem conseguido inscrever mais solidamente uma versão geral dos acontecimentos com intenções amplamente desculpabilizadoras da prática e da responsabilidade do anterior regime, ao mesmo tempo que se tem revelado a mais eficaz das armas apontadas contra a consolidação do 25 de Abril como o valor fundamental da democracia portuguesa».

Não é pois na perspectiva de desculpabilizar o fascismo - nem de lhe maquilhar o nome e as práticas - que esta obra surge, lançando luzes sobre um conturbado período da história de Portugal e da Europa e sobre as afinidades dos regimes ibéricos na cumplicidade com as outras ditaduras da época de Hitler.

XADREZ

DXCIV - 16 DE JANEIRO DE 1997
PROPOSIÇÃO Nº 1997X03
Por: THÉODORE HERLIN
Régence, 1849

Pr.: [3]: Ps. a6, e6 - Rd5
Br.: [7]: Ps. a5, f3, f4 - Cd4 - Bs. a4, e5 - Rb3



Mate em 5 lances

SOLUÇÕES DO Nº DXCIV

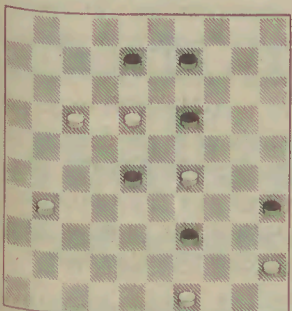
Nº 1997X03 [Th. H.]: 1. B681, -; 2. Bg6, -;
3. Bb1, -; 4. Ba2, -; 5. Rb4! #

A. de M. M.

DAMAS

DXCIV - 16 DE JANEIRO DE 1997
PROPOSIÇÃO Nº 1997D03
Por: PAUL DEGUÉE - Bélgica
A L'Ombre de Mon Clocher, 1970

Pr.: [6]: 8-9-19-28-35-39
Br.: [6]: 17-18-29-31-45-49



Branças jogam e ganham

SOLUÇÕES DO Nº DXCIV

Nº 1997D03 [P. D.]: 1. 49-43!, (39x48-D);
2. 29-23, (48x12); 3. 23x3-d+ Se: 3, ...,
(12x23); 4. 3x29+ Se: 3, ..., (12x29); 4. 3x15+
Se: 3, ..., (12x40); 4. 3x39+

A. de M. M.

ÚLTIMAS

ATALHE
DE FOICEUm dia na vida
de Marcelo Rebelovitch

(Nota prévia: A semelhança entre a história que se segue e a realidade não é pura coincidência, como se pode verificar numa reportagem do Diário de Notícias do passado dia 12.)

Acordando no passado fim-de-semana do seu tradicional sono de quatro horas/noite, Marcelo Rebelo de Sousa dirigiu-se ao espelho com o objectivo de compor um perfil de agitador de massas, pelo que atou ao pescoço uma vistosa gravata vermelha.

O recurso justificava-se. Ia de estacada ao Algarve, à terra do outro. Todas as armas não eram demais. Disparado País abaixo, fez a sua primeira paragem algarvia em Porches, onde foi confundido com Manuel Monteiro.

Longe de desanimar, Marcelo resumiu divertidamente para a sua arma secreta, a gravata vermelha: «Também o que é que se havia de esperar duma terra que tem nome de automóvel?».

E desandou em passo de ténis para uma visita a Lagoa onde, à falta de uma recepção devidamente organizada pelos «laranjas» locais, desatou a cumprimentar toda a gente. Por azar os transeuntes não abundavam e em breve a bacalhauzada começou a rarear, o que inesperadamente colocou Marcelo em sintonia com as dificuldades do povo português, nomeadamente em sede de carência alimentar.

Só que Marcelo ia armado com os necessários apetrechos de agitador de massas, o que lhe inspirou um raciocínio tipicamente de esquerda: «Ai ele é isso?», casquinhou de novo para a gravata, arreganhando-lhe o mais inimitável dos seus risos sardónicos. «Pois vou fazer um porta-a-porta!».

E desatou a entrar nas lojas.

Aí Mendes Bota, o político-cantor, viu ensejada a ocasião de farpar o líder com um pouco de humor. Aproveitando a entrada na loja de um correligionário, ironizou acerca da gravata vermelha com que Marcelo decidira atacar as massas algarvias.

«Cantas mal e não me alegras», pensou Marcelo olhando o outro de viés e tirando sem hesitações a gravata vermelha, que autografou e ofereceu ao proprietário da loja. Este, babado com tamanha deferência, ofereceu-lhe de imediato outra de cor azul, que Marcelo também sem hesitações colocou ao pescoço. Pelo que o líder entrou vermelho e saiu azul Lagoa. Apesar de subtraído ao seu instrumento de agitação, Marcelo não desistiu de interpelar as massas algarvias. Ampliou, mesmo, o seu raio de acção e trocou as lojas pelos mercados, onde se lançou numa vigorosa campanha de solidariedade com todo e qualquer vendedor que lhe aparecesse pela frente.

Era a agitprop por atacado, o banho de multidão na mais aquática das multidões - a dos vendedores de peixe. Até que foi fisgado. Uma peixeira do mercado de Ferragudo levou-lhe à letra as manifestações de solidariedade e impingiu-lhe a venda de dois quilos de carapau.

«É por uma boa causa», proclamava Marcelo num sorriso a tombar para o azul da gravata, vendo ali a oportunidade de se vingar do Bota.

A quem ofereceu os carapaus.

Deixando o deputado-cantor a bramir com o problema de ficar com o carro a cheirar a peixe, Marcelo rumou para o clímax da sua campanha algarvia: um almoço em Carvoeiro com os notáveis do partido na região. Picado pela troca forçada da cor das gravatas, não esteve com meias-tintas: chamou «políticos de gabinete» aos barões locais e desafiou-os a candidatar-se às autarquias. Pelo que se vê, muito pode o vermelho.

Um pingo na gravata, e revoluciona qualquer cabeça. Até a orientar este dia na vida de Marcelo Rebelovitch.

■ HC

PCP na rua denuncia
aumento dos preços

O PCP está a desenvolver por todo o país uma acção de informação alertando para o aumento exagerado dos preços, que ao contrário do que o Governo pretende fazer crer está a ser muito superior aos números oficiais da inflação.

O folheto em distribuição refere vários exemplos do

agravamento do custo de vida, desde os sucessivos aumentos dos combustíveis até aos telefones, e contesta os números oficiais da inflação, os quais servem sobretudo para justificar a política de baixos aumentos de salários e reformas.

«Acordo secreto»
é invenção

A propósito de notícias recentemente publicadas, o gabinete de imprensa divulgou, no passado sábado, dia 11, o seguinte comunicado:

«O PCP considerou que a natureza e características ostensivamente artificiosas do título e da notícia do «Público» de ontem sobre um pretensão «acordo secreto» entre o Governo e o PCP sobre a PSP, dispensavam um desmentido a algo que muito se assemelhava a uma pura operação de «contra-informação».

Entretanto, a circunstância de alguns outros órgãos de informação terem retomado o tema, o facto de os líderes do PSD e do PP terem decidido explorar a «notícia» do «Público» e sobretudo o facto de, no seu comentário ao desmentido emitido pelo Gabinete do Ministro da Administração Interna, o «Público» voltar a insistir em graves deturpações, justificam que o PCP saliente o seguinte:

1. O título e a notícia do «Público» de ontem não têm qualquer fundamento, não existindo qualquer acordo, secreto ou público, directo ou através de terceiros, entre o PCP e o Governo sobre questões de segurança interna.

2. É também uma completa falsidade que, como afirma hoje o «Público», entre o PS e o PCP tenha sido negociada, «em termos parlamentares, uma plataforma de entendimento quanto ao futuro da iniciativa legislativas que se encontram ou vão entrar na Assembleia da República» e que haja «entre PS e PCP, um inegável acordo estratégico que, na quinta-feira, foi materializado na Assembleia da República».

Na verdade, o único facto substantivo politicamente da sessão parlamentar de quinta-feira foi que um importante diploma do PCP sobre segurança interna, em vez de ter sido inviabilizado pelo voto contra ou pela abstenção do PS, baixou sem votação à respectiva Comissão Parlamentar, aguardando outras iniciativas legislativas nessa área.

Como é óbvio, e só pode ser esquecido por quem tem a constante preocupação de

apresentar todos os outros partidos, incluindo o PCP, como apoiantes do PS e do seu Governo, o PCP não assumiu nem tem qualquer compromisso de apoiar ou vir a votar favoravelmente diplomas governamentais sobre segurança interna que ainda não foram apresentados e cujo preciso teor e orientação nem sequer são conhecidos».

A INFLAÇÃO
OS AUMENTOS DE PREÇOS
e a conversa fiada deles

Todos os meses, os portugueses recebem a notícia oficial de que a taxa de inflação continuará a baixar, o que deveria querer dizer que os aumentos de preços seriam cada vez menores.

Mas não é isso que os portugueses sentem na sua vida e nas suas contas. Pelo contrário, conhecem e sofrem aumentos de preços muito superiores à propagandada taxa oficial de inflação, sentem que o custo de vida está a aumentar, sentem que a vida está cada vez mais difícil, sabem que, cada mês, sobra mais mês e falta mais dinheiro.

E, com toda a razão, desconfiam que há uma manobra com os números oficiais sobre a inflação que serve sobretudo ao Governo para justificar a sua política, apoiada pela UGT, de baixos aumentos de salários e reformas.

GASOLINA +8%

Nos últimos 12 meses os combustíveis sofreram vários aumentos:

GASOLINA SUPER (13500) + 13%

GASOLINA SICHUMBO 95 + 8%

GASÓLEO RODOVIA (11500) + 11%

GASOLINA SICHUMBO 98 + 7%

De 13500 de aumento na gasolina super, 6500 são para impostos.

Depois digam que os impostos não aumentam.

GARRAFA DE GAS +10%

1/3 dos

MEDICAMENTOS +8%

PORTAGENS +5% a 13%

QUANTO MAIOR

MAIOR É O AUMENTO

CARCAVELOS - CASCAIS = +11%

LOURES - T. VEDRAS = +10%

V. FRANCA - T. VEDRAS = +12%

LOURES - LOUSA = +13%

MAIA - BRAGA = +5%

TELEFONES: +8%

É um escândalo este aumento de preços de uma empresa, a TELECOM, que em 95 terá tido MAIS DE 50 MILHÕES DE CONTOS DE LUCRO! Esta política de preços é para engordar os privados a quem o governo PS vai entregar a Telecom.

O governo fala de uma descida global de 0,7% nos telefones mas a realidade é bem diferente.

A quebra de preços verifica-se apenas nas chamadas interurbanas e internacionais, as chamadas locais e regionais e a assinatura mensal aumentam 8%.

Ora, as chamadas locais e regionais são o maior peso da conta telefónica das famílias. Vejamos: Telecom, mais de 2,7 milhões são residências que fazem em média 2 chamadas (1 local e 1 regional).

Como se vê estamos perante a fusão das médias estatísticas que nos faz lembrar a velha piada do tempo e da estatística: «se um português come dois frangos e outro não come nenhum, logo comeu um frango cada um!»

+ 8%

Camionistas em marcha lenta

Mais de 100 camiões, concentrados desde madrugada junto ao nó do Foguetreiro, iniciaram, cerca das 15 horas de anteontem, uma caravana de protesto que chegou a atingir cinco quilómetros, deslocando-se em marcha lenta até aos terrenos da Expo'98 onde, chegados ao fim da tarde, foram impedidos de entrar.

Em causa estão as reivindicações há muito defendidas pelos camionistas que prome-

tem não desistir enquanto não as virem satisfeitas. Passam estas pela redução do preço do gasóleo, utilização dos corredores de transportes públicos, na Ponte 25 de Abril, aumento da tonelagem da carga e redução do preço das portagens.

O protesto, que se manteve às portas da Expo até cerca das 22 horas, terminou quando os camionistas obtiveram a promessa de ser recebidos pelo

secretário de Estado dos Transportes, no dia seguinte.

Comentando a manifestação dos camionistas, o PCP diz que ela «é mais um sinal do mal-estar que se faz sentir na sociedade portuguesa», em consequência das políticas de direita.

Faleceu
José Vieira

Faleceu, no passado sábado, José Martins Vieira, que foi presidente da Câmara Municipal de Almada entre 1976 e 1987. Operário, afinador de máquinas no Arsenal do Alfeite, aderiu ao PCP em 1974, tendo sido condecorado com a Medalha de Ouro da Cidade de Almada, em reconhecimento do seu dedicado trabalho como autarca em prol do concelho.

O seu corpo esteve em câmara ardente nas instalações da SFUAP, onde compareceram centenas de almadenses, autarcas e dirigentes associativos. Em representação da direcção do PCP, estiveram Francisco Lopes e Jorge Pires, da Comissão Política. O seu funeral, em que participaram mais de mil pessoas, realizou-se na terça-feira para o Cemitério do Monte de Caparica, tendo aí usado da palavra Maria Emília de Sousa, presidente da CM de Almada, e António Belo, em nome da Comissão Concelhia do PCP.



Encontro PCP-PS

Às 16 horas de ontem, realizou-se no Largo do Rato, em Lisboa, um encontro com o Partido Socialista, proposto pelo PCP, para apresentação das conclusões do seu XV Congresso. Do lado do Partido Comunista Português, participaram os camaradas Carlos Carvalhas, secretário-geral, Agostinho Lopes, Luís Sá e Fernanda Mateus, da Comissão Política. A delegação do PS que recebeu os comunistas era composta por António Guterres, Jorge Coelho, Jorge Lacão e António Galamba.



5 603199 000445